

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

LIA COSTA MAMEDE

VISITABILIDADE-VIVÊNCIABILIDADE EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS
um estudo da acessibilidade de percursos urbanos no Conjunto Santa Terezinha,
em Fortaleza-CE.



NATAL
MAIO de 2011

LIA COSTA MAMEDE

VISITABILIDADE-VIVÊNCIABILIDADE EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS
um estudo Da acessibilidade de percursos urbanos no Conjunto Santa Terezinha,
em Fortaleza-CE.

Dissertação submetida à banca para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Área de concentração: urbanização, projetos e políticas físico-territoriais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha.

NATAL

2011

LIA COSTA MAMEDE

VISITABILIDADE-VIVÊNCIABILIDADE EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS

um estudo Da acessibilidade de percursos urbanos no Conjunto Santa Terezinha,
em Fortaleza-CE.

Dissertação submetida à banca para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Área de concentração: urbanização, projetos e políticas físico-territoriais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Maria Dulce Picanço. Bentes Sobrinha.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha - PPGAU/UFRN (Orientadora)

Prof. Dr.: JOSÉ ANTONIO LANCHOTI - Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto-SP

Profa. Dra. Amadja Henrique Borges - PPGAU /UFRN (Examinadora PPGAU/UFRN)

Profa. Angelina Dias Leão Costa - UFPB (Examinadora externa)

NATAL, 09 DE MAIO DE 2011.

Dedico esse trabalho àqueles que acreditam no poder transformador e reflexivo do homem, aos que lutam pelo direito à cidade descobrindo as possibilidades dentro de impossibilidades.

AGRADECIMENTOS



Sempre acreditei que as grandes vitórias da vida são conquistadas por que dividimos nossa história e nossos sonhos com pessoas que por vezes transformam o curso de nossas empreitadas. A experiência do outro nos engrandece, o viver e a obra.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em particular à professora Dulce Bentes por ter acreditado na proposta da pesquisa e ter conduzido e orientado o trabalho, mostrado novos caminhos, novos olhares, conteúdos implícitos e, sobretudo por ter feito com que o trabalho crescesse e galgasse outras dimensões na reflexão. Sem dúvida, tenho nela inspiração para uma vida acadêmica rica e comprometida. Não poderia esquecer a Prof^a. Dr^a Françoise Vallery cujas ajudas me fizeram superar as dificuldades acadêmicas iniciais. Agradeço à amada professora Amadja H. Borges por apresentar-me a leitura de Lefebvre mudando minha maneira de pensar e olhar a vida.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudo que viabilizou a realização da pesquisa.

Aos meus colegas Raimundinho, Sandoval, Marcílio, Hugo, Márcio, Ari, Rafaelle e Ricardo agradeço pelo apoio na preparação do projeto de pesquisa e por ter compartilhado comigo uma prática profissional ética e forte ideologicamente, de onde surgiu todo o questionamento que inspira essa pesquisa.

Agradeço à Edmar, Camila, Vanessa, Vilanir e ‘Bichinho’ pela participação. O percurso seguiu com a mudança de Estado e novas descobertas, obrigada à Francinete e sua família pela acolhida. Agradeço também pela generosidade das colegas do Grupo de Estudos de Lefebvre: Cinthia, Silvana, Andréa, Rosa, Camila e Edmilza que contribuíram com questionamentos e sugestões enriquecendo o trabalho. Agradeço a Vicente, meu amado companheiro pelo apoio emocional e incentivo durante essa jornada. À minha irmã Ana Carla nos levantamentos de dados, e aos meus pais pelo apoio em todo o processo.

Sobre tudo e todos agradeço a Deus e à Maria Nossa Senhora por ter me dado inspiração e luz no caminho, me fazendo superar limites e iluminando as possibilidades!

RESUMO

A presente pesquisa aborda o tema da acessibilidade em assentamentos informais, buscando identificar desafios e limites definidos por configurações urbanas informais à aplicação de parâmetros de acessibilidade. Toma como universo empírico o Conjunto Santa Terezinha, situado em Fortaleza-Ce. Inicialmente o estudo apresenta uma reflexão sobre a questão habitacional no Brasil e a produção do espaço informal na perspectiva do Direito à Cidade. Nesse sentido, são referências principais os trabalhos de Suzana Pasternak (2008), Nabil Bonduki (1998) e Ermínia Maricato (1996-97), entre outros. Segue com o debate acerca dos conceitos e classificações desse tipo de assentamento, fazendo uma análise do conteúdo da legislação e normativa referente à acessibilidade e propõe a discussão da rota acessível como estratégia para o direito à cidade. Em outra etapa, foi aplicada a metodologia do 'passeio acompanhado' criado por Dischinger (2000) num trecho previamente escolhido, no qual a pesquisadora acompanha a pessoa com deficiência durante o percurso urbano e o registra através de fotos e vídeo. Os comentários e percepções são comparados à análise espacial da morfologia urbana, feita a partir da metodologia de Del Rio (1990) e Panerai (2006), e aos parâmetros da NBR 9050. O conhecimento da área é enriquecido pela metodologia de análise da produção do espaço feita através da metodologia de Henri Lefebvre em seu livro 'A produção do espaço' (1974) nas categorias: espaço concebido, percebido, e vivido. Outra referência fundamental desse autor é o livro 'O Direito à Cidade' (1991), que possibilitou o aprofundamento das reflexões sobre a função social da cidade. Concluindo, o estudo constata que para garantir um mínimo de condições de acesso em áreas informais é necessário conhecer as especificidades de sua morfologia, de suas relações e práticas urbanas na perspectiva da visitabilidade-vivenciabilidade, entendidos como conceitos complementares.

PALAVRAS CHAVE: Acessibilidade, desenho universal, parâmetros urbanos, assentamentos informais, visitabilidade, vivenciabilidade.

ABSTRACT

This research approaches the issue of accessibility in informal settlements, seeking for the challenges and limits defined by informal urban settings, about the application of accessibility parameters. Take the empirical universe as the Conjunto Santa Terezinha, located in Fortaleza-Ce. Initially, the study presents a reflection about the housing issue in Brazil and the informal settlements in view of the Right to the City. In this sense, the main references are, the works of Suzanne Pasternak (2008), Nabil Bonduki (1998) and Erminia Maricato (1996-97), among others. Follows with the discussion of the concepts and classifications of this type of settlement, making a content analysis of legislation and regulations relating to accessibility and proposed the discussion of the accessible route as the right strategy for the city. In another step, the methodology of 'walking together' created by Dischinger (2000) was applied in a passage previously chosen, which the researcher follows the disabled person during the journey through city making records like photos and video. The comments and perceptions are compared to the spatial analysis of urban morphology, made from the method of Del Rio (1990) and Panerai (2006), and the parameters of NBR 9050. Knowledge of the area is enriched by the methodology of the production of space made by Henri Lefebvre in his book 'The production of space' (1974) with these categories: space conceived, perceived and lived. Another key reference of this author it's the book 'The Right to the City' (1991), which allowed in-depth reflections on the social function of town. In conclusion, the study finds that to guarantee a minimum access conditions in informal settlements it's necessary to know the specifics of their morphology, their relations and urban practices in view of the visitability- experiencebility, describing it as complementary concepts.

KEY-WORDS: Accessibility, universal design parameters, urban informal settlements, visitability, experiencebility.

LISTA DE FOTOS



Foto 01: Av. Areia Branca. Arquivo pessoal da autora, 2010.....	18
Foto 02 e 03: A complexidade da informalidade no Conjunto Santa Terezinha. (Av. Areia Branca) em abril de 2009. Arq. Pessoal.	44
Foto 04: Obstáculos criados pelo uso inadequado do espaço público na Av. Areia Branca. Fonte: Arquivo pessoal, 2009.....	64
Foto 05: Processo de verticalização na Av. Areia Branca. Fonte: Arquivo pessoal, 2010.....	77
Foto 06: Praia do Mucuripe em 1940. Fonte: www.blogdoguilhon.blogspot.com Acesso em 12 de julho de 2010.....	90
Foto 07: Enseada do Mucuripe em 1945. Disponível em: www.blogdoguilhon.blogspot.com . Acesso em 12 de julho de 2010.....	90
Foto 08: Farol do Mucuripe em 1950. Disponível em: www.blogdoguilhon.blogspot.com . Acesso em 12 de julho de 2010.....	91
Foto 09: Enseada do Mucuripe no ano de inauguração do Conjunto Santa Terezinha, 1979. Disponível em: http://media.photobucket.com/image/mucuripe%201979/ewaldo_album/postalnoturnodoMucuripeiniciodadeca.jpg	92
Fotos 10 e 11: Trecho do passeio acompanhado. Fonte: Arq. Pessoal da Autora. Ano 2010.....	94
Foto 12: Casa com carro na frente: Arquivo Agência Diário do Nordeste/ Miguel Portela - data: 28.12.1989.....	99
Foto 13: Foto vertical da casa na areia: Arquivo Agência Diário do Nordeste - data:07.11.1989.....	100

Foto 14 e 15: Calçada do ABC Mucuripe, início do trecho do passeio acompanhado. Fonte: Arquivo pessoal da autora. Data: março de 2010.....	101
Foto 16 e 17: Calçada residencial, meio do trecho do passeio acompanhado. Fonte: Arquivo pessoal da autora. Data: março de 2010.	102
Foto 18: Calçada com lixo, meio do trecho do passeio acompanhado. Fonte: Arquivo pessoal da autora. Data: março de 2010.	102
Foto 19 e 20: Passeio de um comércio e residência. Fonte: Arquivo pessoal da autora. Data: março de 2010.....	103
Fotos 21 e 22: Informalidade nos passeios e áreas públicas. (Arquivo pessoal, 2009).....	106
Fotos 23 e 24: Ilustram o problema dos desníveis na Avenida Areia Branca. Fonte: Arquivo Pessoal da Autora.....	111
Fotos 25 e 26: Mostram problemas de desnível do passeio que não acompanha o greide da rua e mobiliário dificultando a circulação em decorrência da invasão do passeio. Fonte: Arquivo pessoal da autora.....	111
Foto 27: Demonstra que a insegurança no ato de caminhar acontece não só para o deficiente, mas para todos. Fonte: Arquivo pessoal da autora.....	112
Foto 28 e 29: Passeio tomado por lixo e ausência de rampas. Fonte: Arquivo pessoal da autora.....	132
Foto 30 e 31: Passeio ocupado de forma irregular e pavimentação inadequada. Fonte: Arquivo pessoal da autora.....	133
Foto 32 e 33: Falta de sinalização tátil e mobiliário urbano em alinhamento inadequado. Fonte: Arq. pessoal.....	136

Foto 34 e 35: Os problemas relativos à relação relevo-informalidade. Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2010.....	141
Foto 36: Acesso por escadarias, sem possibilidade de rampa, devido às ocupações irregulares. Arquivo pessoal da autora, 2010.....	142
Foto 37 e 38: Os diversos usos e ocupações irregulares na rua dificultam a segurança da circulação. Arquivo pessoal da autora, 2010.....	143

LISTA DE FIGURAS



- Figura 01:** Conjunto Santa Terezinha. (fonte Google, 03/09/12009).20
- Figura 02:** Percurso do passeio acompanhado (em amarelo), Av. Areia Branca. Fonte: Elaborado pela autora com base em foto aérea do Google, acesso 8/11/2010.....23
- Figura 03:** esquema da política nacional de acessibilidade elaborado com base nos cadernos do Programa Brasil Acessível. (Elaborado pela Autora com base nos Cadernos do Programa Brasil Acessível de 2004).62
- Figura 04:** Esquema de articulação com a cidade, elaborado pela autora com base em foto aérea fornecida pelo IPLANCE – ano 2003.....84
- Figura 05:** Rebaixamento D. Fonte: NBR 9050 de 2004.....108
- Figura 06:** Estacionamento na via. Fonte: NBR 9050 de 2004.108
- Figura 07:** Desníveis. Fonte: imagem retirada da NBR 9050 de 2004.....110
- Figura 08:** Tridimensionalidade & Multidimensionalidade no Conjunto Santa Terezinha. Esquema elaborado pela autora – Possibilidades nas interseções dialéticas.....121

LISTA DE MAPAS



Mapa 01: Mapa de localização na cidade – Conjunto Santa Terezinha.....	88
Mapa 02. Evolução do crescimento do Conjunto Santa Terezinha, em Fortaleza - Ce. Fonte, elaborado pela autora com base cartográfica da CAGECE – 2006 e SEINF.....	93
Mapa 03: Mapa de uso do solo e sistema viário.....	97
Mapa 04: Pontos de visita na avenida areia branca.....	117
Mapa 05: Uso do solo e relevo do trecho do passeio acompanhado.....	123
Mapa 06: Percurso do passeio acompanhado com pessoa com deficiência.....	125
Mapa 07: Percurso Do Passeio Acompanhado com Pessoa com Mobilidade Reduzida E Def. Auditivo.....	127
Mapa 08: Leitura Técnica do trecho do passeio acompanhado.....	131

LISTA DE TABELAS



- Tabela 01:** Indicadores do bairro Vicente Pinzon. Fonte: elaborada pela autora com base em dados Censitários 2000 e IPLANCE (Instituto de Planejamento do Ceará). * Fonte: Cadastro de gratuidade do transporte público – ETUFOR.....87
- Tabela 02.** Tabela de indicadores populacionais e socioeconômicos - elaborada pela autora com base em censo realizado pela Associação dos Moradores do Conjunto Santa Terezinha em dezembro de 2008, 1920 domicílios pesquisados.....89
- Tabela 03.** Comparativa das calçadas. Fonte: elaborada pela autora com base em levantamento em campo. Ano 2010.....104

LISTA DE GRÁFICOS



- Gráfico 01: crescimento da informalidade em Fortaleza. Dados: Bernal, 2004, p.159.....72

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS



ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas

PMR - Pessoa com mobilidade reduzida

PCD - Pessoa com deficiência

PBA – Programa Brasil Acessível

MCidades – Ministério das cidades

STDS – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NBR – Norma Brasileira

MNRU- Movimento Nacional pela Reforma Urbana



INTRODUÇÃO.....	15
------------------------	-----------

I PARTE - ESTRUTURA URBANA INFORMAL E O DIREITO À CIDADE

CAPÍTULO I - ACESSIBILIDADE E ASSENTAMENTOS INFORMAIS NA PERSPECTIVA DO DIREITO À CIDADE.....	26
--	-----------

1.1 A MOBILIZAÇÃO PELA REFORMA URBANA E A DISCUSSÃO SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NO RECONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL DOS ASSENTAMENTOS INFORMAIS NAS CIDADES.....	27
---	----

1.2 ASSENTAMENTOS INFORMAIS: CONCEITOS E CLASSIFICAÇÕES.....	36
--	----

1.3 AUTOCONSTRUÇÃO, ESTRUTURA URBANA INFORMAL E ACESSIBILIDADE.....	44
---	----

1.4 ACESSIBILIDADE COMO DIREITO EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS: POSSIBILIDADES E CONTRADIÇÕES.....	49
--	----

CAPÍTULO II - EVOLUÇÃO E SUPERAÇÃO: DOS PARADIGMAS RELACIONADOS À DEFICIÊNCIA À CONSTRUÇÃO DA LEGISLAÇÃO E NOVA TERMINOLOGIA.....	51
--	-----------

2.1 OS DIREITOS DO DEFICIENTE APÓS A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: SUPERAÇÃO DE PARADIGMAS E ABERTURA SOCIAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	52
---	----

2.2 O CAMINHO BRASILEIRO: ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ACESSIBILIDADE.....	57
---	----

2.3 A MUDANÇA DE PARADIGMAS: CONSTRUINDO NOVAS POSSIBILIDADES NA VIVÊNCIA DAS CIDADES.....	65
--	----

II PARTE - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS.

CAPÍTULO III – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO MORRO SANTA TEREZINHA: DIALÉTICA ENTRE O ESPAÇO CONCEBIDO E O ESPAÇO VIVIDO.....	68
--	-----------

3.1 DADOS DA INFORMALIDADE EM FORTALEZA-CE.....	70
3.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO MORRO SANTA TEREZINHA – O ESPAÇO CONCEBIDO.....	72
3.3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO MORRO SANTA TEREZINHA – ESPAÇO PERCEBIDO.....	74
3.4 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO MORRO SANTA TEREZINHA – ESPAÇO VIVIDO.....	78
3.5 A DIALÉTICA ENTRE A CONCEPÇÃO E A VIVÊNCIA: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS.....	80

CAPÍTULO IV – ANÁLISE ESPACIAL URBANA E A VISITABILIDADE NO CONJUNTO SANTA TEREZINHA.....	83
--	-----------

4.1 ANÁLISE ESPACIAL URBANA DO CONJUNTO SANTA TEREZINHA, EM FORTALEZA-CE.....	84
4.1.1 LOCALIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO NA CIDADE.....	86
4.1.2 CRESCIMENTO.....	89
4.1.3 TRAÇADO E PARCELAMENTO: ESTRUTURA FUNDIÁRIA, RELAÇÕES, CIRCULAÇÃO E ACESSIBILIDADE.....	94
4.1.4 TIPOLOGIAS DOS ELEMENTOS URBANOS: CALÇADAS.....	100
4.2 CONCEITOS E PARÂMETROS DA NBR-9050: DESAFIOS E POTENCIAIS DE APLICAÇÃO NO CONTEXTO DO CONJUNTO SANTA TEREZINHA.....	104

4.3 O CONCEITO DE VISITABILIDADE - VIVÊNCIA E A ROTA ACESSÍVEL COMO ESTRATÉGIA DE ACESSIBILIDADE EM ÁREAS INFORMAIS.....	112
--	-----

III PARTE- PASSEIO ACOMPANHADO NO CONJUNTO SANTA TEREZINHA, EM FORTALEZA-CE

CAPÍTULO V - PASSEIO ACOMPANHADO EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS: OS DESAFIOS DA ACESSIBILIDADE NO CONJUNTO SANTA TEREZINHA, EM FORTALEZA-CE.....	118
---	------------

5.1 O CAMINHAR COMO MÉTODO DE APREENSÃO DAS ESPECIFICIDADES URBANAS DO CONJUNTO SANTA TEREZINHA.....	119
--	-----

5.2 O TRECHO ESCOLHIDO E OS PERCURSOS DO PASSEIO ACOMPANHADO.....	121
---	-----

5.3 O TRECHO ESCOLHIDO E O PERCURSO DO PASSEIO ACOMPANHADO ATRAVÉS DA LEITURA TÉCNICA.....	128
--	-----

5.4 O CAMINHAR NO CONJUNTO SANTA TEREZINHA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	134
--	-----

IV PARTE – CONFIGURAÇÃO URBANA INFORMAL E ACESSIBILIDADE

CAPÍTULO VI – CONFIGURAÇÃO URBANA INFORMAL E PARÂMETROS DE ACESSIBILIDADE: POTENCIALIDADES E DESAFIOS DE APLICAÇÃO NO CONJUNTO SANTA TEREZIHA.....	138
---	------------

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	146
---------------------------------------	------------

GLOSSÁRIO DE TERMOS.....	155
---------------------------------	------------

INTRODUÇÃO



Atualmente, muito se discute sobre a acessibilidade dos espaços; a relevância desse tema ultrapassa as questões relacionadas às deficiências físicas. Estudos recentes já abordam essa temática como uma qualidade ambiental a ser construída, na perspectiva de uma inclusão social ampla, através da qual a população, em sua diversidade de formas e culturas, circulará com segurança pelas cidades.

Há, no entanto, um longo caminho a ser percorrido até a concretização dessa realidade. Em relatório publicado pela Rede Internacional de Deficientes e pelo Centro de Reabilitação Internacional e divulgado na BBC News, o Brasil é apresentado como o País com a legislação mais avançada das Américas para pessoas com deficiências, seguido pelos Estados Unidos e pelo Canadá.¹ Contudo, a população com deficiência (e não só ela) continua a enfrentar sérios problemas de acessibilidade ao espaço urbano e seus equipamentos públicos.

O Estatuto do Deficiente, segundo o Decreto nº 3.298 que regulamenta a lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, prevê condições de acesso às políticas públicas, equipamentos públicos, esporte e lazer, cultura, educação, além de políticas urbanas, dentre outras, para o deficiente físico, em todas as instâncias governamentais e não governamentais. Não obstante, é apenas em 2004 que surge a primeira política pública nacional de acessibilidade.

¹ Notícia divulgada em 25 de agosto de 2004 pela BBC News no endereço: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2004/08/040825_deficienciacass.shtml. Acesso em 10/02/09.

O Programa Brasil Acessível, lançado em 2004 pela Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, tem como objetivo estimular e apoiar os governos municipais e estaduais a desenvolverem ações que garantam a acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade aos sistemas de transportes, equipamentos urbanos e à circulação em áreas públicas². O programa orienta, ainda, o papel do poder público e os instrumentos de aplicação da política.

O Brasil Acessível representou um avanço como Política de Acessibilidade propondo-se a articular políticas públicas, criar banco de dados e nortear ações nas várias instâncias do poder. Além disso, gerou uma grande repercussão na sociedade e passou por uma série de discussões sendo, então, construído por diversos segmentos sociais.

Observa-se, porém, que as pessoas com deficiência continuam enfrentando dificuldades em relação à acessibilidade dos prédios, do espaço urbano e transportes, mesmo depois da lei federal nº 10.048 de 08/11/2000, lei federal nº 10.098- de 19/12/2000³ e do Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004⁴. Reconhecendo que a atual legislação e política pública de acessibilidade representaram um avanço, resultado da luta dos movimentos sociais, e que é recente a sua implementação no país, percebe-se que existem questões a serem enfrentadas, dentre elas coloca-se a discussão da acessibilidade em áreas de assentamentos informais.

Os assentamentos informais contam com uma estrutura urbana diferenciada, seja no tamanho dos lotes, arruamentos ou passeios. No Brasil, a maior parte deles está inserida em áreas de risco, tal como encostas de morro, dunas, entre outros... Isso implica em uma série de características urbanas diferenciadas, portanto, desafios a mais na aplicação da legislação.

² Terceiro caderno do Programa Brasil Acessível, publicado em 2004 pelo Ministério das Cidades.

³ Lei Federal nº10.098-19/12/2000 - estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

⁴ Decreto nº5.296 de 02 de dezembro de 2004- regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000

No período de 2002 a 2006⁵ a autora participou de um trabalho no Conjunto Santa Terezinha devido a uma demanda do Governo Federal em relação à adaptação dos edifícios públicos aos parâmetros de acessibilidade exigidos pela NBR-9050, situação que trouxe uma série de questionamentos e dificuldades de implementação. Dentre eles, observou-se uma maior dificuldade de adaptação nos edifícios situados em áreas informais, uma vez que o entorno urbano criava situações de impedimento aos pedestres restringindo seu acesso. As ocupações irregulares observadas nas áreas públicas configuram uma situação de perigo para a livre circulação do pedestre, em decorrência disso toda a população é prejudicada, fato que pode ser observado na Foto 01, onde o pedestre recorre à pista de rolamento para circulação.



Foto 01: Av. Areia Branca. Arquivo pessoal da autora, 2010.

⁵ De 2002 a 2004 como estagiária do setor de engenharia da Secretaria da Ação Social. De 2004 a 2006 como arquiteta no setor de engenharia da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

Durante o processo de adequação das edificações públicas da STDS (Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social) à normativa de acessibilidade NBR-9050, o Conjunto Santa Terezinha apresentava dificuldades em relação ao entorno urbano dos edifícios: havia pontos sem calçadas, ou o mobiliário urbano encontrava-se mal posicionado (muitas vezes em decorrência da ocupação irregular dos passeios), rampas em garagens tomando o passeio, batentes, pavimentação inadequada, dentre outros problemas gerados por uma ocupação irregular. Como uma pessoa com deficiência poderia acessar os equipamentos públicos e os serviços oferecidos encontrando tais obstáculos durante o percurso?

Na prática, o empírico nos mostrou as dificuldades oriundas de uma configuração urbana diferenciada onde pedestres competem com veículos - por falta de passeios -, numa situação extrema não só para deficientes. Ao ocupar de forma irregular as áreas de preservação das dunas e os passeios, os moradores do Conjunto Santa Terezinha produziram um tecido urbano no qual a aplicação da acessibilidade parece impraticável e, ao mesmo tempo, necessária para circulação de todos.

Com a observação dessa realidade surgiu o questionamento: como aplicar parâmetros de acessibilidade em áreas informais, diante das especificidades dessa estrutura urbana? Visando esclarecer essa indagação, o presente estudo objetiva compreender as especificidades da estrutura urbana de um assentamento informal (Conjunto Santa Terezinha, em Fortaleza-Ce) e identificar quais são os desafios e limites definidos por essa configuração urbana à aplicação de parâmetros de acessibilidade em áreas informais.

Diante da questão levantada, a hipótese é que a estrutura urbana diferenciada dos assentamentos informais, com suas peculiaridades tais como: tamanho dos lotes, arruamentos, passeios e declividade, impedem a aplicação da normativa da NBR 9050 de 2004 e da implementação da acessibilidade urbana disposta no Decreto Federal nº. 5.296/04, por isso, parte desses parâmetros urbanos não se aplicam a áreas informais. Delimita-se como universo de pesquisa o Conjunto Santa Terezinha, precisamente sua estrutura urbana que ocupa parte de dois bairros: Vicente Pinzon e Mucuripe, no município de Fortaleza-Ce, onde a problemática da ocupação irregular se apresenta com suas especificidades.



Figura. 01: Conjunto Santa Terezinha. (fonte Google, 03/09/12009). Trecho estudado em amarelo.

Os estudos na área de acessibilidade e desenho universal estão muito ligados às abordagens que tratam da percepção dos usuários. Este é um tema que encontra explicação na obra de Henri Lefévre⁶, com os conceitos metodológicos abordados em seu livro *Critique de la vie quotidienne vol. II, de 1961*. Em sua obra ele explora tanto a percepção do usuário, seu cotidiano e suas relações com o meio urbano, como as estratégias do pesquisador, sempre com a perspectiva da importância da *práxis* e do todo.

⁶ Lefebvre, Henri. *Critique de la vie quotidienne vol. II* de 1961.

Em sua obra, ganha importância para esse estudo a metodologia de análise da produção do espaço, que propõe três categorias, a serem exploradas na aproximação e compreensão da área estudada: o espaço concebido, o percebido e o vivido. Dessa forma, a aproximação com a área de estudo não se conclui apenas com a análise espacial, ganha profundidade conhecendo a dialética do contexto, seu passado, a dimensão do cotidiano e suas perspectivas, no movimento regressivo-progressivo.

Com essa análise, a compreensão do contexto urbano do Conjunto Santa Terezinha apresenta a realidade da comunidade, colocando o pesquisador na *práxis* e trazendo os elementos dialéticos de sua construção e das relações estabelecidas ao longo do tempo. Revela possibilidades e impossibilidades, aproximando o pesquisador e o objeto pesquisado.

Nessa perspectiva, o presente estudo busca compreender o desafio de trabalhar a acessibilidade em assentamentos informais, delimitando três eixos importantes para fundamentação teórica e metodológica: o primeiro é o sujeito, com sua percepção diferenciada por sua condição corpórea e necessidades especiais de espaço; o segundo, a estrutura urbana de um assentamento informal com características que dificultam as adaptações de acessibilidade; o terceiro, o Estado que regulamenta esse espaço com a normativa NBR-9050.

De início, para apreensão de como o Estado propõe a regulamentação e a normativa de acessibilidade, fez-se uma análise de conteúdo da legislação atual sobre o tema, especificamente do Programa Brasil Acessível (2004), conhecendo os princípios e parâmetros propostos, assim como o resgate de processos de sua construção, a evolução dos paradigmas relacionados à terminologia, tratamento e cidadania da pessoa com deficiência.

Na etapa seguinte encontra-se o segundo eixo: a estrutura urbana marcada pela informalidade. Para a análise espacial do Conjunto Santa Terezinha e a compreensão de sua configuração urbana, a metodologia apresentada por Panerai (2006) e Del Rio (1990) foi seguida trazendo os elementos do espaço público (evolução do crescimento, passeio, lote, arruamento e mobiliário) em conjunto com a produção do espaço de Henri Lefebvre quanto à análise do espaço concebido, do percebido e do vivido. Os resultados foram fonte de compreensão da área estudada e as especificidades de sua estrutura urbana, apreendendo a ordem próxima e a distante.

No terceiro eixo está o usuário, para o qual o estudo da percepção diferenciada do envolvimento do corpo no ato de uma pessoa com deficiência se locomover - abordado por Cohen (2006) -, e a metodologia desenvolvida pela professora Dishinger (2000), dos “passeios acompanhados”, serviram como referencia para a escolha da estratégia metodológica.

O trecho escolhido para o *Passeio Acompanhado* encontra-se num ponto crítico do Conjunto Santa Terezinha - a Avenida Areia Branca, onde se concentra grande parte do comércio local com bares, pontos de serviço, e também residências, em que a ocupação irregular dos passeios é uma constante, podendo-se observar seus efeitos no fluxo competitivo estabelecido entre pedestres, transporte público e automóvel, dentre outros tipos de ocupação que impedem o uso seguro da circulação pública.

O trecho escolhido para realização do Passeio Acompanhado é apresentado no mapa a seguir, com destaque em amarelo, compreendendo o percurso urbano que vai do ABC Mucuripe ao Centro Comunitário Santa Terezinha, no bairro Vicente Pinzon em Fortaleza-Ce.



Figura 02. Percurso do passeio acompanhado em amarelo, Av. Areia Branca. Fonte: Elaborado pela autora com base em foto aérea do Google, acesso 8/11/2010.

Para o *Passeio Acompanhado* foram selecionados usuários com restrições de locomoção, compreendendo: pessoa com mobilidade reduzida, pessoa com deficiência auditiva e pessoa com mobilidade reduzida. Esses três participantes fazem parte do Grupo De Acessibilidade Humana Da Secretaria Do Trabalho E Desenvolvimento Social criado em 2004 e do qual faz parte a autora desse trabalho.

Os participantes foram escolhidos fora da comunidade em razão da dificuldade em encontrar e mobilizar pessoas com deficiência na área. Durante a pesquisa, toda articulação com a comunidade foi feita através da Associação de Moradores do Conjunto Santa Terezinha que não possuía cadastro nem conhecimento das pessoas com deficiência residentes no Conjunto. Ao final do processo, em dezembro de 2010 a presidente da Associação localizou José Atanásio, cadeirante e morador ao qual foi apresentado e discutido os pontos de visita do trecho da Avenida Areia Branca.

O percurso é apresentado nas etapas a seguir (com acompanhamento do pesquisador, que efetuou registro através de vídeo e fotos durante o percurso, com estimativa de tempo para o fim da atividade):

- Ponto de partida prefixado.
- Descrição prévia do local com maior detalhamento possível.
- Pontos marcantes.
- Referências espaciais.
- Entrevistas sobre a percepção do percurso.

Paralelo ao *Passeio Acompanhado*, visando apreender a situação atual de acessibilidade do Conjunto Santa Terezinha, foi feita uma leitura técnica que avaliou as condições de acesso do trecho do passeio acompanhado, com roteiro previamente elaborado e check-list baseado nos parâmetros urbanos contidos na NBR 9050, (check-list, croquis e medições in loco) com escala de cores na qual:

- Verde: acessibilidade plena conforme a norma.
- Amarelo: necessita de pequenos ajustes para se adequar à norma.
- Vermelho: apresenta fator de impedância que torna impraticável a utilização por pessoas com deficiência.

Concluindo os elementos de análise, o cruzamento entre essas avaliações foi fundamental para compreender a problemática da acessibilidade em assentamentos informais, identificando-se como a estrutura urbana do Conjunto Santa Terezinha e suas especificidades desafiam e limitam a aplicação dos parâmetros normativos da NBR 9050. Para o desenvolvimento dessa pesquisa o trabalho foi estruturado em cinco partes seguindo os eixos de análise.

Na primeira parte são apresentadas as reflexões de João W. Ferreira, Ermínia Maricato e Villaça sobre o processo referente à reforma urbana no Brasil e a recuperação e inclusão dos assentamentos informais na cidade. Posteriormente discute-se a produção do espaço informal e suas implicações práticas, assim como as especificidades da estrutura urbana e a informalidade no Brasil, com a leitura de Laura Bueno e Tales Lobosco, concluindo com a reflexão sobre a acessibilidade como direito em assentamentos informais.

Na segunda parte são abordados os paradigmas relacionados à deficiência, com Sasaki e Cambiaghi, relatando-se a influência da Declaração dos Direitos Humanos na superação de conceitos e na abertura social às pessoas com deficiência. Concluindo com as novas perspectivas geradas com a discussão da acessibilidade na vivência das cidades.

Na terceira parte são expostos os elementos de apreensão e compreensão da área estudada. Inicialmente, recupera-se o processo da produção social do espaço no Conjunto Santa Terezinha, revelando-se seu contexto, cotidiano e virtualidades com base na obra de Henri Lefebvre; prossegue-se com a análise espacial da estrutura urbana com a metodologia de Del Rio e Panerai, observando-se a evolução do crescimento e elementos urbanos, tais como: passeios, vias, lotes e edifícios, buscando-se configurar suas especificidades morfológicas.

Após a apreensão da morfologia urbana do Conjunto Santa Terezinha e suas especificidades de configuração, segue-se com a análise de conteúdo da normativa: recupera-se o processo de elaboração da legislação de acessibilidade e evolução dos paradigmas, os princípios de constituição, a mudança da terminologia e suas implicações no tratamento e visibilidade social da pessoa com deficiência, assim como os parâmetros normativos, observando-se potenciais e limites de aplicação em assentamentos informais.

Na quarta parte é aplicada a metodologia do *Passeio Acompanhado* no percurso da Avenida Areia Branca, observando-se a percepção dos usuários acerca do trajeto, suas dificuldades e desafios, conhecendo-se, assim, a dimensão da problemática da acessibilidade em áreas informais. Finalizando, coloca-se o conceito de visitabilidade e rota acessível como estratégia para a implementação da acessibilidade em áreas informais.

Concluindo a análise, são apresentados os desafios e especificidades da estrutura urbana informal do Conjunto Santa Terezinha em relação à aplicação de parâmetros de acessibilidade, abordando-se os potenciais encontrados na política nacional de acessibilidade e as estratégias possíveis para adaptação dessas áreas.



I PARTE

Assentamentos informais e o Direito à Cidade.



ACESSIBILIDADE E ASSENTAMENTOS INFORMAIS NA PERSPECTIVA DO DIREITO À CIDADE.



Para entender a produção do espaço em assentamentos informais, não devemos percebê-los como um mero produto da concentração da pobreza urbana, ou ainda, como uma imitação incompleta e restrita das estruturas formais, partilhando com estas os mesmos valores simbólicos. Ainda que se autodenominem como “comunidades” - um modo de enfatizar a idéia de convivência entre iguais -, as favelas são, na verdade, um espaço bastante heterogêneo, com fortes tensões internas e possibilidades diversas de apropriação e pertencimento. Uma estrutura espacial rica e complexa, articulada em um território estruturado por práticas urbanas específicas. (Lobosco 2009, p.1)

Compreendendo que é necessário conhecer a conjuntura de inserção do Conjunto Santa Terezinha, implementado em 1979, e as questões urbanas envolvidas no tratamento das áreas informais, estrutura-se esse capítulo sobre quatro eixos: o contexto social e político do Brasil, relativo ao urbano, da década de 1970 à atualidade; conceitos e classificações dos assentamentos informais; especificidades da estrutura urbana informal e a perspectiva do direito à cidade com a acessibilidade.

Como referencial teórico do primeiro eixo observa-se alguns autores (Ferreira: 2005; Júnior Santos: 1995, dentre outros) versando sobre o processo histórico que se inicia com o Seminário pela Reforma Urbana de 1963, seguindo com a mobilização popular na Constituinte e o reconhecimento do direito à cidade na Constituição de 1988. Prosseguindo, aborda-se a importância da participação popular no controle social proposta pelo Estatuto das cidades na perspectiva da inclusão social dos assentamentos informais e das pessoas com deficiência.

No segundo eixo a discussão segue com os conceitos e classificações de diferentes segmentos internacionais e nacionais a respeito dos assentamentos informais: UN-HABITAT, IBGE, e as proposições de Laura Bueno acerca de uma classificação baseada nas vulnerabilidades. Concluindo essa parte, apresenta-se o problema do subdimensionamento da informalidade no Brasil e suas implicações.

Em seguida, no terceiro eixo, faz-se necessário a esse estudo a compreensão de como a estrutura urbana informal se apresenta, suas singularidades de configuração urbana, e quais suas especificidades em relação aos parâmetros de acessibilidade.

Concluindo a análise, no quarto eixo a reflexão sobre a reforma urbana, função social da terra e do direito à cidade no Estatuto das cidades, compreendendo a acessibilidade como um tema transversal pelo qual se estabelece um diálogo constante nas cidades no que se refere à inclusão dos assentamentos informais e da pessoa com deficiência, possibilitando uma nova vivência do espaço urbano, construindo e consolidando o direito à cidade.

1.1 A MOBILIZAÇÃO PELA REFORMA URBANA E A DISCUSSÃO SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NO RECONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL DOS ASSENTAMENTOS INFORMAIS NAS CIDADES.



A discussão sobre a reforma urbana no Brasil tem em 1963, com o “Seminário de Habitação e Reforma Urbana”, um marco importante cujo intuito foi inserir a discussão dos problemas urbanos nas reformas de base de João Goulart. Essa proposta progressista abordou vários temas relacionados à questão habitacional e à reforma urbana, baseada em considerações e afirmações que denunciavam os percalços acerca da habitação no Brasil.

Em suas nove considerações iniciais, o documento denuncia alguns problemas sociais e os põe em pauta. O debate inicia com a questão habitacional na América Latina apontada como resultado das condições de subdesenvolvimento e processos espoliativos além da gravidade da desproporção crescente entre o salário (ou renda familiar) e o preço de locação ou aquisição de moradia, além do déficit de oferta de imóveis residenciais somada a uma produção construtiva voltada para camadas populacionais economicamente favorecidas.

A discussão segue abordando o problema do crescimento urbano desordenado, gerado em função das relações agrárias arcaicas e do processo de industrialização que resultaram num aumento populacional, desacompanhado de medidas ordenadoras e disciplinantes, sobrecarregando as cidades que, entre as décadas de 1970 e 1980 apresentaram elevado índice de crescimento.

Sobre as moradias, mesmo para a população que vivia em habitação permanente, havia a defasagem dos serviços públicos e equipamentos urbanos, necessários em função de sua crescente complexidade. Esse fato agravou-se pela incapacidade da iniciativa privada em obter recursos e investimentos necessários para o aumento da oferta de habitações no ritmo do crescimento populacional.

Encerrando as considerações, verificou-se que a ausência de uma política habitacional sistemática, apesar de algumas exceções bem sucedidas, ocasionou prejuízos ao desenvolvimento do País, diminuindo o rendimento econômico-social.

O tom de denúncia do Seminário se contrapôs aos problemas baseado no reconhecimento da habitação como direito fundamental do homem e da família, exigindo limitações ao direito de propriedade e uso do solo, sendo um elemento fundamental do padrão de vida, ultrapassando a função de abrigo e servindo também à interação social. Em função disso, houve a proposição de moradias com um mínimo de habitabilidade em termos estruturais, sanitários e culturais, para uma sociedade em desenvolvimento, partindo da observação de que apesar de já existirem conhecimentos técnicos para sanar o problema em tempo curto, apenas uma parcela da população usufruía disso.

O debate apontou o contraste entre a questão habitacional no Brasil e os ideais de democracia e justiça social; o problema deveria ser superado pela atualização da estrutura econômica nacional e por um avanço construtivo e de coordenação de esforços e métodos de produção. A solução precisaria estar vinculada à política de desenvolvimento econômico e social.

O relatório do Seminário apontou o Estado como responsável pelo problema habitacional, pelo qual as intervenções deveriam disciplinar e coordenar as atividades, incentivando medidas para a solução dos problemas. Para tanto, a política habitacional não deveria ser de cunho assistencialista, fornecendo apenas a casa, mas inserida numa perspectiva maior de planejamento para o País.

Dessa forma, a política deveria se concretizar através de planos nacionais e territoriais dentro de um planejamento integrado a nível nacional, regional, estadual e municipal, assim como existia a necessidade da criação de um órgão federal com autonomia financeira e autoridade.

Dentre as idéias progressistas destaca-se no Seminário de Habitação e Reforma Urbana de 1963, o reconhecimento da importância da formação de uma consciência popular do problema e da participação da população nos programas de desenvolvimento de comunidades. E, mesmo não informando como se daria o processo participativo vinculado à política de habitação, lançou a semente do planejamento participativo e controle social como uma saída democrática para o desenvolvimento urbano e suas questões.

Outra inovação referiu-se tanto à desapropriação para fins da reforma urbana, que propunha uma mudança constitucional do parágrafo 16º do artigo 141 da Constituição Federal de forma a permitir a desapropriação sem pagamento à vista em dinheiro, quanto à idéia inicial do que viria a ser o IPTU progressivo, indo além e propondo a aplicação em imóvel residencial sem uso fornecendo alternativas à política habitacional.

Embora o Seminário tenha proposto idéias e caminhos progressistas para a solução das questões habitacionais e urbanas, com o golpe de 1964 e a ditadura militar (que durou até 1984) essas propostas foram suprimidas. Segundo João Ferreira (2005: p.15), *“a ditadura militar desmontou a mobilização social em torno das reformas sociais, inclusive a urbana, substituindo-a por um planejamento urbano centralizador e tecnocrático”*.

No período que se seguiu, foi criado no regime militar o Banco Nacional de Habitação (BNH) (1964-86) em resposta à questão habitacional. Entretanto, mesmo sendo responsável por ¼ da produção de moradias no País nesse período, estava aquém da demanda. Além disso, a negligência do sistema SFH/BNH em relação ao desenvolvimento urbano tornava-se explícita na péssima inserção urbana (ou na falta dela) dos conjuntos habitacionais em termos de localização em sua grande maioria. Distante das áreas urbanizadas e do local de moradia anterior, seus moradores ficaram segregados no espaço das cidades. Outro agravante foi o fato do maior volume dos financiamentos não atingirem a população com renda abaixo de cinco salários mínimos e sua distribuição ter se tornado um instrumento do clientelismo. (Ferreira, 2005:14-15)

Com as políticas e os planos desenvolvidos pelo Estado, Villaça (2004:227) relata que “desenvolveu-se a ideia dominante de que os problemas urbanos derivavam da falta de planejamento de nossas cidades. A ideia do “caos urbano” tornou-se um lugar-comum, e sua causa era a falta de planejamento”. Ambos tinham cunho ideológico pelos quais o Estado buscava manter o controle das questões sociais.

Em resposta a esse planejamento alienante, na década de 1970 acontece uma nova fase da consciência popular a respeito dos problemas urbanos. Segundo Ferreira, houve uma mobilização social reivindicando a regularização dos loteamentos clandestinos, a construção de equipamentos de educação e saúde, a implantação de infraestrutura nas favelas, etc. (Ferreira, 2005:16) A primeira vitória desse movimento aconteceu em 1979, com a aprovação da Lei nº 6766, que regulamentou o parcelamento do solo e criminalizou o loteador irregular.

Nesse período houve o reconhecimento da crise do Estado centralizador que, segundo Júnior Santos (1995), foi marcado pela fragmentação institucional, exclusão da participação social e política nos processos decisórios e pelo uso clientelista da máquina social. Além disso, os problemas urbanos agravaram-se na expansão industrial, com os fluxos migratórios e o crescimento populacional superior à absorção de mão-de-obra nas cidades.

A falência desse modelo de planejamento do regime autoritário ficou exposta pela incapacidade do Estado de promover a superação das desigualdades sociais, apesar da elaboração de inúmeros planos. Nesse clima de insatisfação, as ideias da sociologia francesa marxista influenciaram, segundo Júnior Santos (1995), uma crítica ao reconhecer que:

(...) a ação do Estado sobre o urbano revelaria, na verdade, uma intervenção política com a finalidade de regular as contradições, assegurar os interesses de classe e a reprodução estrutural do modo de produção dominante. Ao mesmo tempo, identifica-se no movimento social urbano o sujeito capaz de alterar a correlação de forças na luta de classes, transformando a estrutura do sistema urbano e, em última instância, o poder do Estado. (1995, p.33)

Com esse reconhecimento, a relação dos movimentos sociais com o Estado mudou, ainda que de forma lenta e gradual, através da reflexão sobre as contradições internas do regime. Dessa forma, abriram-se novos campos de atuação política e de transformação da lógica excludente, identificando-se a esfera local como um novo campo para o debate sobre o desenvolvimento urbano, agregando a participação popular ao planejamento das cidades. Reivindicava-se um *planejamento participativo* em contraponto ao modo tecnicista, autoritário e desenvolvimentista de gestão das cidades.

E foi nesse clima de transformação que surgiu o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), formado no final da década de 1970. Atuava em duas frentes: a luta política nas ruas e os embates nas casas legislativas e tribunais. Posteriormente convertido em Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNRU) no fim da década de 1980, composto por setores progressistas da Igreja Católica, segmentos sociais não governamentais, técnicos de assessoria dos movimentos sociais e lideranças dos movimentos urbanos. Para esse segmento, a ação do Estado (o plano e sua legislação) provocou e reproduziu até hoje a cisão nas cidades brasileiras: a cidade legal e a cidade ilegal, formal e informal. O *lugar fora das ideias e as ideias fora do lugar*⁷.

⁷ Expressão utilizada por Ermínia Maricato em seu texto: O lugar fora das ideias e as ideias fora do lugar. In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Editora Vozes. Petrópolis, RJ: 2002.

Em contraposição a essa cisão nas cidades e por condições mais justas no espaço urbano, a plataforma da Reforma Urbana proposta pelo MNRU na Assembléia Nacional Constituinte foi formada por três proposições básicas (Silva, 2003):

- A função social da cidade e da propriedade urbana, significando a prevalência do interesse coletivo sobre o direito individual da propriedade;
- O direito à cidade e cidadania, numa nova lógica de universalização do acesso a serviços e equipamentos urbanos;
- A gestão democrática da cidade, onde o planejamento é submetido ao controle social, afirmando a importância da participação popular.

Essa plataforma de idéias resultou na Emenda Constitucional de Iniciativa Popular pela Reforma Urbana, na qual 130.000 eleitores se inscreveram e conseguiram inserir na Constituição de 1988 os artigos 182 e 183, que estabeleceu alguns instrumentos para o controle público da produção do espaço. Entretanto, houve um embate no que diz respeito à propriedade urbana já que essa afetava os interesses econômicos do capital imobiliário. Nesse confronto, a Constituição representou um marco no processo de combater a visão do direito de propriedade como absoluto. No artigo 5º, incisos XXII e XXIII, o texto constitucional diz que a terra deve cumprir sua 'função social', o interesse comum se sobrepõe ao individual. Além disso, apresentou um capítulo específico sobre a política urbana.

O capítulo referente à política urbana apresentava instrumentos que visavam dar mais controle ao Poder Público sobre as dinâmicas urbanas, nas quais o Estado tinha um forte papel regulador. Para Ferreira (2005:16), a ideia era a de que cabia ao Poder Público uma forte ingerência na regulamentação social na produção urbana, buscando prover habitação de interesse social integrada à malha urbana, evitando a gentrificação⁸, preservando espaços públicos como ambientes de uso democrático e promovendo usos habitacionais sociais no mercado imobiliário através de ações de indução e incentivo.

⁸ Gentrificação - processo decorrente da valorização imobiliária, que expulsa antigos moradores de determinada área central valorizada e os substitui por moradores de maior renda. Ferreira, 2005: 16p.

No entanto, mesmo com as conquistas alcançadas, a Constituição de 1988 foi alvo de críticas ao atrelar o cumprimento da 'função social de terra' à elaboração de um plano diretor para cidades com mais de 20 mil habitantes (art. 182, par.1º). Para alguns autores como Maricato (1997) e Villaça (2004), isso significou um retrocesso. Foi uma solução *“apresentada por uma espécie de aliança entre tecnocratas do aparelho do Estado e Congressistas que se credenciaram como mediadores diante das resistências que ocorreram às propostas contidas na Emenda Popular da Reforma Urbana”*(Rolnik, 1994,p.38) não partindo do MNRU.

Apesar da polêmica em torno do plano diretor, a Constituição de 1988 foi um marco tanto para as questões de acessibilidade, garantindo o direito à locomoção (Art. 5º, XV) (artigos 227, parágrafo 2º, e 244), quanto para a discussão sobre a função social da propriedade, abrindo um diálogo a respeito da inclusão e reconhecimento das áreas de assentamentos informais com o direito à regularização fundiária (Art.183). Esse debate trouxe novos rumos para as políticas de desenvolvimento urbano com a atribuição da esfera municipal no âmbito da gestão das cidades.

No período que se seguiu à promulgação da Constituição de 1988, as cidades se voltaram à elaboração de seus planos diretores pelos quais a terra cumpriria sua função. Entretanto, treze anos se passaram até ser aprovada a lei nº 10.257 de julho de 2001(Estatuto das Cidades) que regulamentou os artigos 182 e 183. A ideia era dar ao Estado um controle maior sobre as dinâmicas urbanas, criando instrumentos de regulação, priorizando o interesse comum e uma produção do espaço socialmente mais justa na perspectiva do direito à cidade.

Nesses treze anos, entre a Constituição de 1988 e o Estatuto das Cidades, o Brasil chegou a uma realidade na qual apenas 200 dos 5.563 municípios com mais de vinte mil habitantes, possuem leis locais de parcelamento e uso do solo⁹. Dessa forma, a vida nas cidades aconteceu em maioria sem planejamento urbano, o que contribui para piorar as condições de mobilidade e moradia da população. Paralelamente a essa situação, no ano 2000¹⁰ existiam 24,6 milhões de pessoas com deficiência (19,8 milhões vivem em áreas urbanas, e 4,8 milhões em áreas rurais) perfazendo um total de 14,5% da população brasileira para a qual a falta que instrumentos normativos e reguladores do espaço urbano reitera invisibilidade social e alienação.

Outro ponto agravante, além da falta de um planejamento urbano, é a exclusão ampliada. Considerando que 54% da população de pessoas com deficiência ganham menos de dois salários mínimos¹¹ configura-se uma dupla vulnerabilidade social (pobreza e deficiência), como apontam AZEVEDO; CALEGAR & ARAÚJO (2006,p.10) :

Se, por um lado, grande contingente populacional se encontra excluído economicamente da acessibilidade urbana, indivíduos com deficiência ou com mobilidade reduzida sofrem efeitos desta exclusão de forma ampliada, ora por exclusão sob o aspecto socioeconômico, ora por se apresentarem em desconformidade com os padrões estéticos de “normalidade” aclamados por nossa sociedade.

Em contraposição a essa realidade segregadora e alienante, o Estatuto das Cidades vem reforçar os dispositivos de participação na gestão e no controle social da administração das cidades, propondo uma nova lógica no tratamento do espaço urbano no qual o interesse privado é indissociável do público, sem que um suprima o outro. Essa visão ampliada da cidade encara o espaço como *locus* natural do diálogo e da execução das demandas sociais (Art. 43) pactuadas na sociedade civil. Dessa forma, a Lei nº 10.257/01 defende um processo legítimo de planejamento urbano pautado na diversidade de segmentos e atores.

⁹ Dados do Ministério das Cidades.

¹⁰ Fonte: Censo 2000, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

¹¹ Fonte: CPS/FGV a partir de microdados do Censo Demográfico de 2000 - IBGE

O Estatuto da Cidade também foi um marco significativo para as questões de acessibilidade, tanto pelo direito à voz na gestão da cidade (Art.2, inciso II) como no direito à mobilidade (Art.2, inciso I) das pessoas com deficiência. Contudo, o avanço não se deteve apenas nas questões de acessibilidade; com o Art.4º, o direito à moradia é tratado através da regularização fundiária fundamentada nas Zonas Especiais de Interesse Social.

Outros instrumentos importantes são propostos para o reconhecimento das áreas informais, tais como a concessão do direito real de uso, a concessão de uso especial para fins de moradia, o usucapião especial de imóvel urbano, o usucapião coletivo e a assistência técnica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos. Esses dispositivos buscam dar às áreas informais um tratamento mais justo, em contraposição ao processo de segregação socioespacial no Brasil. Para Edésio Fernandes (2009), o Estatuto da Cidade e a Medida Provisória nº2.220/01 romperam com “a tradição histórica que inicialmente tornava inviáveis as favelas e outros assentamentos informais, que sequer constavam das plantas e mapas das administrações municipais até recentemente, e das políticas de remoção forçada.”

É evidente que o Estatuto da Cidade representou um avanço em direção a uma nova presença do Estado na regulamentação, indução e controle na produção da cidade. Com seus instrumentos progressistas busca-se a realização da função social da propriedade urbana, refrear a especulação assim como um maior controle sobre áreas que demandam uma maior democratização, como as áreas de interesse social. No entanto, há controvérsias sobre o atrelamento da função social da propriedade ao plano diretor (polêmica que se arrastou desde a Constituição de 1988).

Segundo Ferreira, o lado positivo é que esse fato relega à esfera municipal a mediação do conflito entre o direito privado e o interesse público, permitindo as diferenciações entre as diversas realidades municipais do País. Além disso, aproxima o cidadão da discussão da questão urbana, sendo mais participativa. Por outro lado, o aspecto negativo é a disputa política no nível municipal causada pela regulação dos instrumentos posteriormente ao plano diretor, que por isso podem ser parcialmente efetivados. (Ferreira, 2005:19)

O saldo, embora haja controvérsias sobre alguns pontos do Estatuto, é que seus instrumentos provocam e promovem mudanças nas políticas públicas, na sociedade, e no espaço público ampliado e redefinido, no qual o interesse privado é reconstruído em relação ao público. E ainda que a acessibilidade urbana e a regularização fundiária dos assentamentos informais não se concretizem apenas por meio legislativo, é justamente nesse espaço público ampliado que reside a possibilidade de construção de uma sociedade inclusiva espacialmente e economicamente.

Se o Estatuto da Cidade vai ou não efetivar seus instrumentos e contribuir no processo de reforma urbana é uma incógnita. Afinal, o Brasil se encontra no caminho para a construção de uma *práxis* mais justa ou irão se reproduzir os discursos antigos com nova roupagem?

No sentido da construção para essa nova *práxis* e no caminho da reforma urbana faz-se necessário conhecer as dimensões, especificidades e aspectos dos problemas urbanos. Conhecer e reconhecer a problemática da cidade informal, desse *lugar fora das ideias*, quantitativamente e qualitativamente. Para isso é preciso uma recuperação crítica de conceitos e dimensionamentos, abordados a seguir.

1.2. ASSENTAMENTOS INFORMAIS: CONCEITOS E CLASSIFICAÇÕES.



O século XX marca o período de explosão populacional nas cidades brasileiras. A segregação social característica do processo, acentua a informalidade, e tem como um de seus componentes as questões relativas à moradia em zonas diferenciadas em sua conformação física. As ocupações ocorrem muitas vezes de forma “... aleatória, ambientalmente precária e densa, habitadas predominantemente por população de baixa renda...” se contrapondo às condições melhores de habitabilidade encontradas pelas camadas de alta renda (SOUSA, 2008:28). Nessa condição de informalidade dos espaços, dos “não cidadãos” salientada por Sousa (2008) e apontada por Tales Lobosco, aponta-se:

(...) Ainda que possamos entender as suas raízes históricas, ancoradas na lógica da estruturação do espaço segundo a ordem capitalista, e a indefectível desigualdade social que lhe acompanha, não podemos nos limitar a perceber o surgimento dos assentamentos informais como fruto exclusivo de uma concentração de pobreza urbana ou como uma imitação perfeita e incompleta da cidade formal, partilhando com esta as mesmas características e valores simbólicos. (Lobosco, 2009: p.26)

Em relação aos conceitos de favelas, assentamentos informais, e assemelhados, e por suas dificuldades de definição, faremos uma reflexão tomando o conceito de “assentamento informal” citado em 2003 pela ONU, em seu UN-HABITAT relatório sobre habitação, e o conceito utilizado pelo IBGE de aglomerado subnormal e assemelhados. A ONU em 2003 com o UN-HABITAT relata algumas linhas gerais sobre a classificação dessas comunidades, tais como ‘assentamento informal’ e ‘habitação informal’, mas ressalta que os próprios países devem fazer essa classificação de acordo com suas peculiaridades. Assim sendo, assentamento informal, pelo UN-HABITAT (2003) é, em linhas gerais:

O termo ‘assentamento informal’ geralmente se refere ao processo de urbanização ilegal ou semi-ilegal não sancionado, subdivisões de terra na (em) periferia urbana onde a ocupação irregular se deu – geralmente por ocupantes, que constroem casas usualmente sem uma permissão formal do proprietário da terra e geralmente com materiais e padrões construtivos que não atendem aos critérios do código de obras e posturas. Esse tipo de favela é usualmente referido como casebre, ou assentamento informal. Dependendo das condições do local, muitas autoridades locais reconhecem formas derivadas desses abrigos informais como tipos distintos de favelas, como um assentamento informal em lotes urbanos vazios ou em sítios urbanos precários ao longo de canais, nas margens de rodovias ou áreas adjacentes a aterros. Algumas cidades sem uma definição formal de favela aplicam termos ou conceitos que denotam diferentes tipos de favela habitacional, dependendo do tipo de construção, locação, legalidade, status, etc. (Tradução livre da autora do inglês para o português, p.196)

Embora essa forma possa ser criticada por universalizar os dados, tem o objetivo de possibilitar a comparação de realidades diversas, como no caso do UN-HABITAT, cujo objetivo seria, ao mesmo tempo, monitorar o alvo 11 (melhorar significativamente a vida de 100 milhões de favelados até 2020) dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e fazer uma estimativa das formas de habitação precária no mundo, pela qual a universalização dos dados seria útil (Barros, 2009:3). Em relação às habitações informais a classificação é proposta da seguinte forma, segundo a ONU UN-HABITAT 2003:

Habitação Informal:

A habitação é descrita como informal quando não está em conformação com as leis e com o quadro regulatório da cidade em que ocorre. Pode ser informal em diversos níveis. A habitação pode ser provida através de construções sem licença e cujo trabalho não fornece garantias. Por sua vez, a habitação pode não estar em conformidade com o plano regulador ou ser construída em áreas que não necessitam conformação – por exemplo, em áreas semipúblicas em Bangladesh ou fora dos limites da cidade. As habitações que não estão conforme as regras o são em diversas maneiras, incluindo:

- Serem construídas em terras destinadas a outro uso (embora a construção estando em conformidade com o previsto pelas regulações);
- Não conformidade com todos os padrões previstos para aquela parte da cidade;
- Não estar sujeito a permissão de planejamento ou de construção-inspeção, embora possa ser elegível;
- Ser construída em terreno não pertencente ao ocupante e sem a permissão do proprietário. Habitações formais podem se tornar informais pelo processo de extensão e alteração (transformação) por usuários sem permissão, ou de forma que não atendam aos padrões.

(Tradução livre da autora do inglês para o português, p.104)

No Brasil, o esforço de classificação e nomenclatura reflete inclusive as questões ideológicas referentes à maneira como a sociedade reconhece ou não seus cidadãos. Segundo Pasternak (2008:79), a mensuração dessas áreas começa na década de 1950 através do IBGE, que pela primeira vez incluiu ocupações informais na contagem da população. Para Guimarães:

A conceituação oficial considerou como favelas os aglomerados que possuísem, total ou parcialmente, as seguintes características:

- Proporções mínimas - agrupamentos prediais ou residenciais formados com número geralmente superior a cinquenta;
- Tipo de habitação - predominância de casebres ou barracões de aspecto rústico, construídos principalmente com folha de flandres, chapas zincadas ou materiais similares;
- Condição jurídica de ocupação - construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida;
- Melhoramentos públicos - ausência no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;
- Urbanização - área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento.

(Guimarães apud Pasternak, 2008:79)

Observa-se nesses critérios que quatro deles se relacionam a aspectos físicos e apenas um refere-se a estatuto jurídico – a ocupação ilegal da terra. Em função das dificuldades de generalização e aplicação de critérios físicos, a situação jurídica da moradia tem sido oficialmente o critério que define a classificação do setor censitário como aglomerado subnormal (Cardoso, 2009:61). Posteriormente, o IBGE alterou parcialmente os conceitos usados na metodologia para o Censo Demográfico de 1980, admitindo melhoramentos em termos de infraestrutura:

O chamado setor especial de aglomerado urbano é aquele com no mínimo 50 domicílios, em sua maioria, dotados de infraestrutura carente e geralmente localizados em terrenos não pertencentes aos moradores, como é o caso das favelas, mocambos, palafitas, malocas, etc. (Costa, 2002 apud Cardoso 2009).

No entanto, a imprecisão e a dificuldade na coleta dos dados e na classificação dos assentamentos continuaram, além de ter sido reafirmado o critério da legalidade da terra. Os demais critérios aplicam-se apenas parcialmente. Em relação ao critério Urbanização, as características urbanísticas não garantem a caracterização do fenômeno da informalidade (já que existem especificidades). Considerando o tipo de habitação, muitas construções são similares, em materiais, a outras em situação formal. O número mínimo de 50 habitações exclui os agrupamentos inferiores em quantidade, e no que tange à infraestrutura, muitas áreas informais já passaram por intervenções. Enfim, diante de tanta imprecisão o fator decisivo continua sendo jurídico – a posse legal.

Para Suzana Pasternak (2008) o Censo de 1991 e a Contagem de 1996 acrescentam a variável localização, com categorias de casa ou apartamento isolado ou em condomínio, em conjunto popular e em aglomerado subnormal. Já no Censo 2000, a diferença entre os domicílios em aglomerados subnormais e os domicílios próprios em terrenos não próprios vai existir, os dados sobrepostos nem sempre coincidem. Para o IBGE, em sua “*metodologia do censo demográfico 2000*”, (1998), os seguintes critérios caracterizam as ocupações informais:

Setor Especial de Aglomerado Subnormal

É um conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia – pública ou particular – dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais. Podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: Invasão; Loteamento irregular ou clandestino; e Áreas invadidas e loteamentos irregulares ou clandestinos, regularizados em período recente. (IBGE, 1998, p.229)

Observando os termos referentes às ocupações irregulares, tais como: “subnormalidade”, “desordem” e “invasão”, revela-se um paradigma no qual a terra é reconhecida como propriedade absoluta, onde o direito à cidade se subordina a quem pode pagar por ela. Expõem também a visão parcial do Estado sobre a questão habitacional da população das camadas de baixa renda e a superficialidade dos dados nacionais relativos ao fenômeno da informalidade.

Ao computar apenas aglomerados com mais de 50 domicílios, o Censo tem subestimado o problema e transformado os dados obtidos em objeto de controvérsia. Suzana Pasternak relata que pelo Censo de 1980 não é possível separar domicílios totalmente próprios dos com apenas construção própria. No critério de condição de ocupação, existem as categorias: próprio pago e em aquisição, alugado, cedido e outro. Em relação aos domicílios rústicos, caracteriza paredes, piso e cobertura (Pasternak, 2008:80).

Outro elemento surge no Censo 2000, o setor censitário. O IBGE considera *aglomerado subnormal* um setor censitário quando nele existem 51 ou mais domicílios contíguos. Pasternak alega:

Caso um aglomerado possua 20 casas num setor e 40 em outro setor, esses setores não são considerados favelas, o que vai subestimar a realidade. De outro lado, existindo 51 moradias faveladas, todo o setor será considerado como aglomerado subnormal, mesmo que nele existam casas não faveladas. (Pasternak, 2008: p.82).

Há um debate nacional em torno dessa classificação; Cardoso (2008) faz a crítica pontuando que dessa forma ficam de fora os cortiços, os loteamentos ilegais, as favelas com menos de 51 abrigos, conjuntos irregulares e precários. Assim, configura-se uma situação estatística imprecisa do problema habitacional brasileiro. Para ele:

Além dos aspectos conceituais (...), a crítica metodológica relativa aos problemas técnicos de caracterização e mensuração de favelas (ou no caso assentamentos subnormais) se concentra nos itens relacionados ao: (i) subdimensionamento do número de favelas, (ii) subdimensionamento da área total das favelas no que se refere à atualização de seus limites – perímetro, (iii) subdimensionamento do número de domicílios e, por último (iv) subdimensionamento da estimativa da populacional favelada(em função do cálculo da taxa de crescimento da pop. favelada).(Cardoso, 2009:72)

Em função dessas disparidades, Suzana Pasternak coloca que é o momento de rediscutir o conceito de favela:

Devem ser incluídas na mensuração ocupações urbanizadas, ou seja, com posse, de certa forma reconhecida pelo poder público? E as ocupações efetivamente legalizadas, deixam de ser favelas? Se a ilegalidade da ocupação anteriormente significava risco de expulsão, hoje isso teria o mesmo significado, dado que a política majoritariamente vigente é a de urbanização e manutenção das pessoas no assentamento, sempre que possível? (Pasternak, 2008: p.81)

Nessa reflexão, Laura Bueno propõe uma classificação com base nos problemas a serem enfrentados, partindo da vulnerabilidade:

1. É necessário distinguir irregularidade de precariedade e de carência/vulnerabilidade social.
2. A irregularidade pode se referir à propriedade da terra (fundiária) ou à propriedade da terra e do imóvel, e/ou ao padrão (ou aos procedimentos) de parcelamento adotado (urbanística) e/ou ao padrão (ou aos procedimentos) de construção adotado (edilícia). Quanto à irregularidade fundiária, pode ocorrer ocupação de terras públicas (de uso comum do povo ou dominiais) ou privadas.
3. A precariedade pode se referir ao risco (alagamento, deslizamento, proximidade de linhas de transmissão de alta tensão, ou de estruturas viárias ou ferroviárias, proximidades de linhas de oleodutos, ocupação de aterros de lixo, etc.) e/ou à acessibilidade (dimensionamento e condições de circulação do viário), e/ou à infraestrutura (água, esgoto, lixo, pavimentação, energia, drenagem, iluminação pública) e/ou ao nível de habitabilidade das edificações [salubridade, segurança, densidade da

unidade habitacional (número de cômodos e/ou área adequada ao tamanho da família, número de pessoas por cômodo servindo de dormitórios adequados), condições de insolação e ventilação, disponibilidade de sanitário interno] e/ou à qualidade ambiental do assentamento (densidade, área verde por habitante, área de praça por habitante, grau de arborização, nível de poluição atmosférica, dos corpos hídricos ou do solo, etc.).

4. A carência social é definida pela existência ou predominância de grupos sociais caracterizados pelas suas posições inferiores na hierarquia social, em termos de renda, escolaridade e possibilidades de acesso ao mercado de trabalho. Vulnerabilidade social é caracterizada pela existência ou predominância de grupos sociais com dificuldades de acesso a recursos que os habilitem a participar ativamente da sociedade. (Bueno 2003 apud Cardoso, 2009:75-76)

Esses três elementos propostos (irregularidade, precariedade e carência social) possibilitam uma visão mais aprofundada do fenômeno e sua complexidade, assim como uma definição de critérios mais abrangentes que possam dar conta das especificidades dos assentamentos. Esse trinômio proposto por Laura Bueno agrega aspectos intrínsecos que apesar de sua inter-relação escapam às estatísticas nacionais.

Então, em meio a essa diversidade de conceitos, compreende-se pelo debate que há um longo caminho a ser percorrido na formulação dos mesmos, e na construção de critérios para classificação desses assentamentos até se chegar ao real dimensionamento do problema, sem o qual se perpetuam políticas públicas subdimensionadas agravando ainda mais a questão habitacional no Brasil.

Em função da imprecisão da classificação nacional dos assentamentos informais, para esse estudo delimitou-se o termo 'assentamento informal' proposto pela ONU, que engloba todas as situações de informalidade encontradas no Conjunto Santa Terezinha, onde a ocupação irregular utiliza e sobrecarrega a estrutura urbana implantada em 1979 e há uma situação de ambiguidade entre formalidade e informalidade, já que a área planejada do conjunto habitacional (área formal) confunde-se com a informalidade em vários níveis - da construção fora dos padrões exigidos no código de obras e posturas às ocupações irregulares em terras públicas.



Foto 02 e 03: ilustram a complexidade da informalidade no Conjunto Santa Terezinha. (Av. Areia Branca) em abril, 2009. Arq. Pessoal.

Como se observa nas Fotos 02 e 03, a situação de informalidade no Conjunto Habitacional Santa Terezinha em Fortaleza-Ce, também conhecido como “Morro do Mirante”, é de extrema complexidade. Existem ocupações atingindo vários níveis de irregularidade, tais como: ocupação de passeios, encostas, construções fora dos padrões normativos, etc.

Para Suzana Pasternak, “*dessa precariedade urbana, resultado da pobreza de seus habitantes e do descaso do poder público, surgiram as imagens que fizeram da favela o lugar de carência, da falta, do perigo a ser erradicado, do “outro”, distinto do morador civilizado*” (Pasternak, 2008:78). Gerando duas imagens da cidade (formal e informal) e da cidadania, a falta de reconhecimento dessas áreas agrava a situação de vulnerabilidade de seus moradores.

Essa precariedade das habitações e do espaço urbano desses assentamentos reitera a fragilidade social dos habitantes. Observando-se os percursos urbanos dentro da comunidade do Conjunto Santa Terezinha, constatam-se os problemas de acessibilidade gerados junto ao crescimento da informalidade. As diversas ocupações irregulares colocam nas ruas, nos espaços de socialização, barreiras intransponíveis para algumas pessoas e perigo a todos os transeuntes. Perante a acessibilidade, esse contexto figura-se mais como um *lugar fora das ideias*.

Para propor e viabilizar acessibilidade no espaço urbano desses assentamentos, buscando o trânsito seguro e possível dos cidadãos, é preciso compreender a forma como esse espaço é produzido, o sentido social dessa construção, suas prioridades e limitações. As funções desse espaço, suas relações internas e sua articulação com a cidade. Se a rua (estrutura urbana) é um elemento da vivência das cidades na qual há o encontro das pessoas, suas obras e contradições, nela também pode estar a estratégia. A acessibilidade pode ser o possível dentre as impossibilidades.

1.3 AUTOCONSTRUÇÃO, ESTRUTURA URBANA INFORMAL E ACESSIBILIDADE.



... Ainda que possamos entender as suas raízes históricas, ancoradas na lógica da estruturação do espaço segundo a ordem capitalista, e a indefectível desigualdade social que lhe acompanha, não podemos nos limitar a perceber o surgimento dos assentamentos informais como fruto exclusivo de uma concentração de pobreza urbana ou como uma imitação perfeita e incompleta da cidade formal, partilhando com esta as mesmas características e valores simbólicos. (Lobosco,2009:26)

Segundo Lefebvre (1991), a cidade é uma obra social. Em seu livro “O direito à cidade” ele aponta que toda realidade se reveste de forma e conteúdo; partindo disso, o espaço social apresenta três categorias gerais teórico-metodológicas: forma, função e estrutura. Esses elementos não se sobrepõem ao espaço, eles se entremeiam dialeticamente. Acreditam Limonad e Lima (2003, p. 17) que para Lefebvre, “é justamente a partir do reconhecimento de que o espaço social contém uma multitude de representações específicas desta tripla interação das relações sociais de reprodução social que emerge a tríade conceitual das práticas espaciais, das representações do espaço e dos espaços de representação”.

Além dessa tríade, o autor introduz em seu livro “Critique de La vie quotidienne” vol.II de 1961, o percebido, o concebido e o vivido. Adverte-nos Lefébvre que ao mesmo tempo em que o espaço carrega consigo simbolismos explícitos ou clandestinos – representações das relações de produção – próprios do cotidiano, do particular, do vivido, transmite também as mensagens hegemônicas do poder e da dominação – representações das relações sociais de produção –, expressões do geral, do concebido. (Ferreira, 2005)

Segundo Lefebvre (1991), para essas forças dialéticas que atuam na cidade, ela funciona como mediação entre uma *ordem próxima* (relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, organizados e estruturados) e a *ordem distante* (a ordem da sociedade, regida por instituições). “Contendo a ordem próxima, ela a mantém, sustenta as relações de produção e propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno e sobre um plano; o plano da vida imediata.” (Lefebvre, 1991:46)

Se a cidade é uma obra, uma sucessão de ações e resultados, fazem parte dela os assentamentos informais e suas relações, suas práticas urbanas. Partindo da ideia de Lefebvre (1991) para qual a sociedade urbana não dispensa uma base prático-sensível, uma morfologia, ainda que se possa entender essas áreas como fruto de um capitalismo que produz um espaço desigual, não se trata apenas da concentração da pobreza, nem de uma imitação das áreas formais. Relata Lobosco (2009) que nesses locais revela-se um paradoxo, produzido em função das desequilibradas relações de poder que impunham uma ordem impossível para parte da população. Dessa situação surgiu a forma precária de habitar a cidade e as práticas urbanas diferenciadas subordinadas às condições existentes pautadas pelas necessidades imediatas, com limitadas condições construtivas.

Essas condições foram acirradas com o crescimento das cidades no século XX, e segundo Maricato “a ocupação ilegal da terra urbana não só é permitida como é parte do modelo de desenvolvimento urbano do Brasil.” (Maricato,2002: 147). Uma lógica fixada sob a negligência de um Estado que não atende à demanda de moradia, infraestrutura e equipamentos urbanos, somada a uma estrutura sociojurídica¹² que condiciona o acesso à terra à aquisição da propriedade, fez com que chegássemos ao século XXI com um grave problema de informalidade.

Outro fator bastante comentado por autores como Ferreira (2005), Costa, Laranzini e Terra (2008), Jucá (2005) e Ermínia Maricato (1997) é, o trinômio “loteamento periférico + casa própria + autoconstrução” discutido por Bonduki (1998), no qual o Estado assegurava moradias sem custo e garantia mão-de-obra para as indústrias. Esse fato somado ao acelerado crescimento urbano do século XX e à ausência de políticas públicas estruturais agravou a informalidade no Brasil.

Na ‘brecha’ da informalidade a tática de ocupação utiliza o sistema sem, no entanto, confrontá-lo. A esse respeito Lobosco confirma: “sua capacidade ou forma mesmo de atuação se dá pela adaptação permanente às condições existentes, trabalhando com desvios e interpretações, nas fissuras de um sistema de estratégias que tenta controlá-las”. (Lobosco, 2009:29)

Sobre essa tática observa-se que essa população tem em suas mãos um duplo desafio relacionado à moradia: o primeiro é que não possuem recursos suficientes para pagar um aluguel enquanto pagam uma casa própria. O segundo desafio é que não podem pagar o custo de uma propriedade legal. Nessa situação, a maioria invade um terreno, constrói um abrigo que irá se tornar casa (com sucessivas construções) ao longo do tempo.

¹² Frota, Henrique Botelho. 2006.

Acerca dessas práticas urbanas específicas Tales Lobosco faz a seguinte reflexão:

Apesar destas ocupações se constituírem por espaços heterogêneos e múltiplos, com fortes tensões internas e possibilidades diversas de apropriação e acesso a serviços e equipamentos urbanos, podemos identificar o surgimento de práticas específicas, organizadas de forma a possibilitar o funcionamento e desenvolvimento de uma estrutura urbana que oscila entre as possibilidades de integração com a cidade e as táticas de produção e do uso do espaço, elaboradas segundo uma lógica própria, refletindo valores como necessidade, inserção em redes sociais e acesso ao trabalho e serviços. (Lobosco, 2009:27)

Diante de uma realidade de segregação, em que parte da população citadina “assiste” e produz uma cidade à qual tem pouco acesso, as práticas urbanas de produção informal refletem uma solução alternativa condicionada às restrições econômicas, espaciais e de serviços. Para Lobosco, resta a essa população a autoconstrução elaborada através da diferença e do choque, fruto da presença do outro no espaço compartilhado da cidade (2009:27). Então, observa-se nessa prática que é no espaço onde se afirmam a desigualdade, a dominação e a violência simbólica, e onde a cidade é uma obra cindida (cidade formal e informal), tensionada entre relações de poder.

Enquanto na cidade formal o poder se expressa por imagens, num espaço ordenado segundo uma ordem estabelecida, a informalidade se consolida na invisibilidade, no que escapa ao controle exercido na ordem distante e suas representações. É um lugar gerado em meio a impossibilidades, e ainda que seus habitantes percebam a origem dessa condição de desigualdade imposta, não enfrentá-la não quer dizer que aceitem passivamente as consequências. Eles exploram as lacunas dessa realidade para garantir sua sobrevivência, seu abrigo e sua permanência na cidade. (Lobosco, 2009)

Lobosco aponta uma questão importante sobre essa tática de produção do espaço: essa resistência seria produzida de forma consciente na busca de adequação do espaço construído a uma condição de vida divergente da dominante, ou seria apenas um “efeito colateral” de uma tentativa de sobrevivência e permanência no espaço urbano objetivando a conquista do espaço formal? (2009:30)

Sabe-se que essa ordem formal imposta nas cidades modernas fragiliza o indivíduo e o coloca em uma situação contraditória: habitar dignamente dentro dos padrões exigidos formalmente e mobilizar recursos para construir seu abrigo e deixar a condição de extrema fragilidade. Segundo Lobosco (2009), a estratégia dessa população ao longo dos anos foi uma saída a meio termo onde garantiam o abrigo e produziam a moradia definitiva num mesmo processo. Lobosco acredita que:

...Ao habitar um abrigo em construção e evoluir com ele num processo particular distante das lógicas formais do urbanismo tradicional e das obrigações a ele associadas, permitiram que o atendimento às suas necessidades de espaço e moradia se elaborasse de modo a produzir um espaço específico, que permitisse a evolução e a flexibilidade necessárias. (Lobosco, 2009:31)

Dessa forma permitiram também um fortalecimento enquanto grupo, buscando uma inserção na cidade e o direito à moradia. Como relatam alguns autores como Ferreira (2005), no Brasil houve um histórico de segregação de parte da população relegada às margens da possibilidade de uma inserção urbana nos padrões formais por falta de recursos, o que acabou propiciando práticas urbanas no sentido de contornar um desfecho de marginalização para garantir a sobrevivência e sua permanência na cidade.

Assim, a informalidade se consolidou na contradição de um espaço que oferece um trabalho de subsistência no qual não estão contidos elementos fundamentais como abrigo, condições de inserção social e possibilidades de vivência.

A força desse tipo de estratégia social está no grupo pelo qual a resistência e a luta pela moradia são estabelecidas. Uma relação paradoxal situada entre o fortalecimento enquanto comunidade é necessário para não serem removidos do espaço ocupado. Nessas condições, o ato de morar é subvertido, a necessidade de abrigar-se vem antes da obra.

Então, o abrigo é construído enquanto estrutura orgânica que se modifica ao longo do tempo pautado sobre a necessidade da família. A casa desenvolve-se, estrutura-se e se consolida com o tempo e a disponibilidade de recursos. Durante todo esse processo, o espaço é casa, abrigo e obra, e “não é entendida pelo que é no momento, mas pelo que será ou como poderá ser, enxergam hoje através de suas possibilidades latentes (...) vale mais como possibilidade do que como elemento acabado.” (Lobosco, 2009:36)

Em contraposição a essa condição de desvantagem existem possibilidades. Nesse sentido, o movimento pela reforma urbana representou um grande avanço ao propor novos conceitos, metodologias e a mudança de paradigmas sobre o direito e a produção da cidade. Os instrumentos do Estatuto da Cidade representam essa mudança em movimento. É certo que não há soluções prontas para o problema da informalidade, pois observa-se que as práticas variam e com elas as estratégias de recuperação, mas o caminho foi iniciado.

1.4 ACESSIBILIDADE COMO DIREITO EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS: POSSIBILIDADES E CONTRADIÇÕES.



Diante do exposto, verifica-se a necessidade de discutir conceitos e definições para melhor quantificar e qualificar a questão das ocupações irregulares. Sem isso, o problema continuará subdimensionado e as políticas públicas de enfrentamento, defasadas. Para iniciativas mais efetivas é importante conhecer as diversas morfologias urbanas e suas singularidades para uma estratégia de democratização da cidade. Caso contrário, a acessibilidade, seu sistema de legislação e normativa serão mais um caso de *idéias fora do lugar*. É indesejável que para a população mais fragilizada, social e economicamente, o acesso seja tão dificultado e as políticas públicas fiquem tão distantes.

Até então, o Decreto nº 5.296 de 2004 deixa a cargo de um estudo técnico as intervenções de adaptação em áreas informais permitindo uma flexibilidade em parâmetros, mas de forma vaga e imprecisa. No entanto, ainda não há um conjunto de soluções em desenho urbano específicas para esse contexto. Atualmente, a norma NBR 9050 apresenta um estudo para aplicação de parâmetros em áreas formais e planejadas previamente, o que não acontece nesses assentamentos.

Uma das possibilidades a serem discutidas encontra-se na rota acessível, que necessita de um estudo no contexto para sua elaboração e implantação. Faz-se necessário conhecer e aprofundar estudos de morfologia urbana em áreas informais para que a ferramenta do desenho urbano possa ampliar os subsídios projetuais para intervenções nessas comunidades. Além disso, é importante aprofundar estudos desse tipo de produção do espaço e suas relações cotidianas enquanto coletividade para apresentar e construir a acessibilidade, sempre remetendo à função social da terra e ao direito à cidade.

A discussão da função social da propriedade passa também pelo reconhecimento dos diversos segmentos sociais, dentre eles, as pessoas com deficiência que sofrem uma exclusão ampliada (pobreza e deficiência). Para eles a vulnerabilidade social é maior, já que o acesso à cidade, aos serviços urbanos e à possibilidade de vivência dos espaços encontra-se restrita pelas condições físicas de acesso.

Em função disso, além de identificar os conceitos e conteúdos relacionados aos assentamentos informais - onde muitos vivem devido às condições econômicas -, é necessário resgatar os paradigmas relativos à pessoa com deficiência, revelando como a sociedade civil os reconhece ou retifica sua vulnerabilidade social. É necessário também conhecer os dois aspectos da exclusão ampliada: a pobreza (como foi visto anteriormente) e a deficiência, e dessa forma vislumbrar as possíveis estratégias de abertura social viabilizando soluções inclusivas, espacialmente e economicamente. Por essa razão, a seguir abordam-se os paradigmas relacionados à deficiência, os conteúdos das terminologias ao longo do tempo e a abertura social com a perspectiva da inclusão.

CAPÍTULO II

EVOLUÇÃO E SUPERAÇÃO: DOS PARADIGMAS RELACIONADOS À DEFICIÊNCIA À CONSTRUÇÃO DA LEGISLAÇÃO E NOVA TERMINOLOGIA.



Os paradigmas e terminologias relacionados à deficiência e seus estigmas nos são úteis para a compreensão da maneira como a sociedade historicamente concebe o tema e apresenta as diversas formas de enfrentamento dos problemas. Compreende-se nessa análise também, qual o papel destinado às pessoas com deficiência na sociedade, como se dava sua adaptação e como era tratada sua cidadania e, portanto, que direitos a coletividade destinava a elas.

Esse exercício de reflexão nos remete a todo um movimento social: um esforço científico, jurídico, tecnológico e cultural de superação para abrir espaço na sociedade, em suas construções e dimensões. Trata-se de uma questão que envolve tanto um lado prático e concreto de modificar um espaço construído para um restrito padrão físico, quanto de atingir uma abertura cultural numa dimensão mais subjetiva (Cambiabhi, 2007).

Neste capítulo tratamos desse caminho, muitas vezes tortuoso, no sentido de compreender um processo de ruptura de antigos padrões e perspectivas e uma renovação de valores, na busca de nos aproximarmos de uma situação de equidade e de plena cidadania, viabilizando a circulação livre da coletividade em toda a sua diversidade.

2.1 OS DIREITOS DO DEFICIENTE APÓS A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: SUPERAÇÃO DE PARADIGMAS E ABERTURA SOCIAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA.



A Declaração dos Direitos Humanos, publicada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1948, representou um marco que deu início a uma série de questionamentos sobre os direitos básicos do homem; a repercussão gerou esforços conjuntos na compreensão dos problemas e possíveis soluções que garantissem direitos tais como o de ir e vir. Nesse sentido, conferências como a da Suécia em 1961, marcaram o início da busca pela redução de barreiras arquitetônicas para pessoas com deficiência.

Os primeiros conceitos começaram a serem formulados em 1963, na cidade de Washington, onde foi criada a Barrier-Free Design¹³. Era uma comissão para desenvolvimento de projetos de equipamentos, edifícios e áreas urbanas adequados às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O pioneirismo dos Estados Unidos se destacou com essa comissão e na criação do conceito de *desenho livre de barreiras* que evoluiu posteriormente para Desenho Universal. Dessa forma, pretendiam atingir o maior número de pessoas propondo uma concreta democratização de uso dos espaços, objetos e das cidades, viabilizando o cotidiano das pessoas.

Avançando na discussão a ONU apresentou, em 1971, a *Declaração dos Direitos do Deficiente Mental*; em 1975, a *Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência*. Com esses advenços, a visão sobre o deficiente começou a mudar e a forma como passou a ser tratado, também. A temática ganhou visibilidade mundial e as situações que iam do isolamento e asilamento ao assistencialismo, deram lugar a um processo de integração consolidado no século XX.

¹³ Desenho livre de barreiras. N.T

Nessa Declaração de 1971, o termo *pessoa deficiente* definia: qualquer pessoa que, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais, estivesse impossibilitada de cumprir sem ajuda, total ou parcial, as exigências de uma vida individual ou social normais. Posteriormente, a OMS (Organização Mundial de Saúde) publicou, em 1976, a primeira classificação das deficiências em caráter experimental, em separado da CID (Classificação Internacional de Doenças). Isso desvinculou deficiência do estigma de doença e estabeleceu um novo paradigma que viria a amenizar o da patologia (Cambiaghi, 2007).

O ano de 1981 foi declarado pela ONU como Década das Nações Unidas para as Pessoas Portadoras de Deficiência, e em 1982 essa entidade lançou o Programa a Ação Mundial para Pessoas Portadoras de Deficiência. Esses atos provocaram no mundo uma discussão sobre o tema, na busca de se construir políticas, processos, conceitos e produtos que promovessem a equidade na sociedade mundial.

Com esses marcos, houve uma ampla discussão na construção de novos conceitos, métodos e no desenvolvimento de novos parâmetros antropométricos que serviram de base para avanços para melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, e também para a criação de novas áreas do conhecimento voltadas a essa temática. A importância dessa construção foi fundamental para o início de um pensamento ampliado da cidadania, do ser humano em toda sua diversidade física e mental. Não apenas procurando romper com o isolamento das pessoas com deficiência, mas criando subsídios e meios para a essa inclusão.

Nesse sentido, a década de 1960 proporcionou o início da criação de sistemas normativos que propunham novos parâmetros baseados em uma antropometria diferente da usual, considerando pessoas em diferentes situações de mobilidade. O American National Standards Institute - Ansi - produziu e publicou em 1961 a primeira norma referente à acessibilidade com o título – “*Specifications for Making Buildings and Facilities Accessible to and Usable by Physically Handicapped People*”¹⁴ e formou a base técnica para outras normas nos Estados Unidos e no mundo.

¹⁴ Especificações para construção de edificações, facilitando a acessibilidade para pessoas em desvantagem.

Nesse processo, o desenvolvimento de parâmetros e a reflexão sobre as pessoas com deficiência se transformaram, e com isso, a forma como esses indivíduos eram vistos na sociedade mudou. As palavras usadas para definir essa população evidenciam não só o nível da aceitação social, mas a superação de paradigmas cujos conteúdos remetiam em algum nível a conceitos discriminatórios, superados ao longo da história.

A exemplo disso, observa-se inicialmente que os textos relatavam a palavra “*inválido*,”¹⁵ que traduzia um conceito de pessoa socialmente inútil, considerada um fardo para a família e sem valor profissional. Após a Primeira e Segunda Guerra Mundial esse conceito evoluiu para “*Incapacitados*” demonstrando que o indivíduo ainda tinha alguma capacidade residual, mas a deficiência acarretava uma redução geral das capacidades.

De 1960 a 1980 o termo “*defeituoso*” era usado para deficiência física e “*deficiente*” se referia a pessoas cuja deficiência levava à execução das funções básicas, como andar, de forma diferente das pessoas sem deficiência. E “*excepcional*” era utilizado para deficientes mentais (CAMBIAGHI, 2007.p.30). Esses termos mostram uma transformação importante na conceituação da deficiência que demonstra níveis maiores de entendimento e aceitação pela sociedade. A vida que era inicialmente encarada como um fardo, e estéril de possibilidades, ganhava espaço e reconhecimento social.

Esses termos mostram uma evolução importante na conceituação da deficiência que demonstra níveis de entendimento e aceitação pela sociedade. A segregação social junto com o tratamento asilar e caritativo que retirava esses indivíduos da sociedade oferecendo uma vida em isolamento se tornou obsoleta e deu lugar a novos conceitos e metodologias, no sentido da reabilitação e integração social. Nesses conceitos propostos, embora seja reconhecido o avanço, a visão assistencialista e paternalista afirmava que a pessoa com deficiência deveria ajustar-se aos padrões da sociedade. Sobre essa superação Sasaki (2004) destaca três aspectos importantes desse período:

- A disseminação de informações sobre os problemas, situações, necessidades, direitos, deveres e potencialidades das pessoas com deficiência e, em consequência, o surgimento da visão de integração social.

¹⁵ Extraído do Decreto Federal nº 60.501, de 14 de março de 1967

- Também marcante, o início da organização civil das pessoas com deficiência, a elaboração e aprovação de leis específicas, além da inserção de preceitos específicos nas Constituições dos países latino-americanos.
- Por fim, as reivindicações quanto ao atendimento descentralizado, através de centros regionais de reabilitação, projetos de reabilitação baseada na comunidade e serviços básicos de reabilitação em redes oficiais e particulares dos hospitais.

No período de 1981 a 1987 a terminologia recebe uma grande mudança, o acréscimo da palavra *pessoa* àquele com deficiência, equiparando-o a qualquer pessoa no mundo. Nesse período, com o *Ano Internacional das Pessoas Deficientes*, a terminologia de *pessoa deficiente* foi assimilada com dificuldade e a palavra *indivíduos*, aplicada a essas pessoas, deixou de ser utilizada. (CAMBIAGHI, 2007.p.31)

De 1988 a 1993 o termo '*pessoa deficiente*' passou a ser questionado em função de sugerir que o indivíduo seria deficiente em sua totalidade; a expressão utilizada passou, então, a ser '*portador de deficiência*'. Portar uma deficiência passou a ser visto como um detalhe, e não mais como uma característica que implicaria em redução das outras capacidades. Essa nova terminologia foi amplamente utilizada nas constituições, leis e conselhos.

Na década de 1990 surgiu o termo *peçoas com necessidades especiais*, que substituiu *deficiência*. Essa expressão deu origem a outras como: crianças especiais, alunos especiais, etc. A partir de 1994 passou-se a adotar a expressão "peçoas com deficiência", cujo uso se justifica, segundo Cambiaghi (2007), pelos seguintes princípios:

- Não esconder ou camuflar a deficiência;
- Mostrar com dignidade a sua realidade;
- Valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência;
- Combater neologismos que tentam diluir as diferenças e defender a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais em termos de direitos e dignidade;
- Identificar nas diferenças todos os direitos que lhes são pertinentes e encontrar maneiras de diminuir ou eliminar essas restrições de participação.

Atualmente discute-se o paradigma da inclusão social das pessoas com deficiência. Após a Convenção da Guatemala¹⁶ foi superado o paradigma de *integração*, que, segundo Cambiaghi, prevê a adaptação da pessoa com deficiência a uma sociedade organizada por pessoas sem deficiência, e ressaltou-se o valor da *inclusão*, trazendo a ideia de admitir uma diferenciação com base na deficiência para promover o acesso aos direitos adquiridos e nunca negar o seu exercício.

Nessa nova visão, a diversidade deve ser vista como um valor, onde todos se modificam para conviver em condições de igualdade. Esse ideal de igualdade, há muito perseguido, ganha espaço e representatividade junto à sociedade, caminhando para a consolidação dos direitos adquiridos e também construindo políticas públicas de implementação desses direitos.

Para essa inclusão é imprescindível a utilização desse conceito no desenvolvimento de projetos de arquitetura e design dentro da ótica do desenho universal, que procura criar lugares e objetos que atendam o máximo de pessoas possível. Dentro dessa perspectiva, pode-se almejar construir uma sociedade inclusiva considerando a pessoa em suas diferentes formas e situações ao longo da vida.

Esse conceito é extremamente libertador e revolucionário, pois ao considerar diversos padrões antropométricos, tira o foco da deficiência em si. Trata da sociedade como um todo (grávidas, idosos, crianças, pessoas com mobilidade reduzida permanente ou temporária, etc.), dimensionando espaços que proporcionem o exercício do direito de ir e vir. Por isso, desenvolver projetos de edifícios acessíveis e acessibilidade urbana é imprescindível para assegurar esses direitos.

¹⁶ Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, realizada em 28 de Maio de 1999.

2.2 O CAMINHO BRASILEIRO: ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ACESSIBILIDADE.



No Brasil, o caminho oficial em relação à discussão da acessibilidade começa em seguida à publicação do Programa de Ação Mundial para Pessoas Portadoras de Deficiência da ONU, em 1982. Em 1985, a Lei Federal nº 7.405 torna obrigatória a colocação do “símbolo internacional de acesso” em todos os locais prestadores de serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência. Posteriormente, no mesmo ano, foi publicada a primeira versão da NBR-9050 com o título “Adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa com deficiência”. Nesse título identifica-se o paradigma da integração.

Em 1988 com a Constituição Federativa do Brasil e a perspectiva de ampliação dos direitos, o País definiu qual seria a política adotada para lidar com a questão em diversos segmentos da sociedade. Após esse marco, a Lei Federal 7.853 de 1989 cria a CORDE, (Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência) ligada à Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, que instituiu a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplinou a ação do Ministério Público e definiu crimes.

Algumas leis complementares vieram posteriormente, tais como: Decreto nº 129 sobre a reabilitação profissional e emprego de pessoas portadoras de deficiência; Lei Federal nº 8.160 que caracterizava o símbolo que permite a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva; Lei Federal nº 8.213 que dispõe sobre benefícios da Previdência Social; e Lei nº 8.899 que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência.

O conjunto legal citado anteriormente começou a gerar oportunidades para que as pessoas com deficiência fossem reintegradas à sociedade, e com isso a demanda de adaptação dos espaços se intensificou. Em 1994 a NBR-9050 teve sua primeira revisão com o título “Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaços, mobiliário e equipamentos urbanos”, ampliando a discussão no urbano. Outras leis e normas foram criadas, mas para esse estudo daremos ênfase às que tratam do espaço urbano.

Com o Estatuto do Deficiente (Decreto nº 3.298 que regulamenta a lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, e prevê condições de acesso às políticas públicas, equipamentos públicos, esporte e lazer, cultura, educação, além de políticas urbanas, dentre outras, para o deficiente físico em todas as instâncias governamentais e não governamentais) a discussão ganhou força, somada aos demais dispositivos legais resultou na primeira política pública nacional voltada para pessoa com deficiência, o Programa Brasil Acessível (PBA) de 2004.

Lançado em 2004 pelo Ministério das Cidades, o Programa Brasil Acessível representou um marco na história da discussão da acessibilidade no País, apoiando os governos municipais e estaduais no desenvolvimento de ações que garantam às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência, acesso aos sistemas de transportes, equipamentos urbanos, e circulação em áreas públicas.

A implementação do Programa até hoje enfrenta desafios, tais como: ajustar as políticas municipais e estaduais na perspectiva da integração, fiscalização, dentre outros. Contudo, esse avanço permite colocar a discussão do direito à cidade na perspectiva da construção de uma sociedade inclusiva. E para isso, faz-se necessário constantemente rever os instrumentos normativos, metodologias de avaliação de políticas e estratégias de implementação.

Para a compreensão de onde se localiza o instrumento normativo da NBR – 9050 e seus parâmetros urbanos delinea-se a trajetória da Política Nacional de Mobilidade Urbana, da qual o mesmo faz parte, apreendendo o papel dos diferentes organismos do poder público e suas instâncias federais ligadas à temática da acessibilidade.

A Política de Mobilidade Urbana Sustentável surgiu após a criação do Ministério das Cidades em 2003, dita como fruto da busca de criar uma política integrada que viesse a combater a desigualdade social. Segundo o Ministério das Cidades, ela é o conjunto de políticas de transporte e circulação que visam proporcionar acesso amplo e democrático ao espaço urbano, e a acessibilidade deve ser vista como parte dela. E tem seu foco em quatro campos de ação:

- Desenvolvimento urbano,
- Sustentabilidade ambiental,

- Inclusão social,
- Democratização do espaço.¹⁷

Os princípios da nova visão de mobilidade urbana seguem as diretrizes do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001:

- Diminuir o número de viagens motorizadas,
- Repensar o desenho urbano,
- Desenvolver meios não motorizados de transporte,
- Reconhecer a importância do deslocamento de pedestres,
- Proporcionar mobilidade às pessoas com deficiência e restrição de mobilidade,
- Priorizar o transporte coletivo.¹⁸

Dentro dessa política atuam também órgãos federais instituídos pelo decreto 5.296/04 que agirão em conjunto para apoiar e monitorar os itens referentes às pessoas portadoras de deficiência. São eles: a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE e CONADE). A CORDE é o órgão de assessoria da Secretaria dos Direitos Humanos, da Presidência da República, que tem a função de implementar a política nacional para integração da pessoa com deficiência orientando sua ação em dois sentidos:

- No exercício de sua atribuição normativa e reguladora das ações dessa área no âmbito federal,
- Desempenhando a função de articuladora de políticas públicas existentes em todas as esferas governamentais.

O CONADE acompanha e avalia o desenvolvimento da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e das políticas setoriais de educação, política urbana, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto e lazer.

¹⁷ Retirado do Caderno 3 – Programa Brasil Acessível, 2004:p.22.

¹⁸ Retirado do Caderno 3 – Programa Brasil Acessível, 2004:p.23.

O Programa Brasil Acessível (PBA) representa um grande avanço e uma conquista para sociedade. Aprovado na 1ª Conferência das Cidades através de seu Fórum Nacional, e publicado em 2004, é fruto de muita discussão pelos diversos segmentos sociais que participaram também da formulação do conteúdo do Decreto 5.296/04.

A conquista de uma política feita de forma participativa marca o início de um novo caminho para a discussão da cidade. Também é perceptível durante o texto do PBA a tentativa de transição de paradigmas entre a integração das pessoas com deficiência (PCD) e a inclusão social. Para compreendermos, o programa segue sua estrutura e seu objetivo.

Objetivo: estimular e apoiar os governos municipais e estaduais a desenvolver ações que garantam a acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade aos sistemas de transportes, equipamentos urbanos e a circulação em áreas públicas.

(Caderno do Programa Brasil Acessível vol.1, 2004: p.3-4)

Em seguida apresenta-se o quadro esquemático das Políticas Públicas Nacionais, o PBA, que dispõe sobre acessibilidade, localizando o instrumento normativo da NBR-9050, seus princípios, instrumentos e órgãos reguladores:

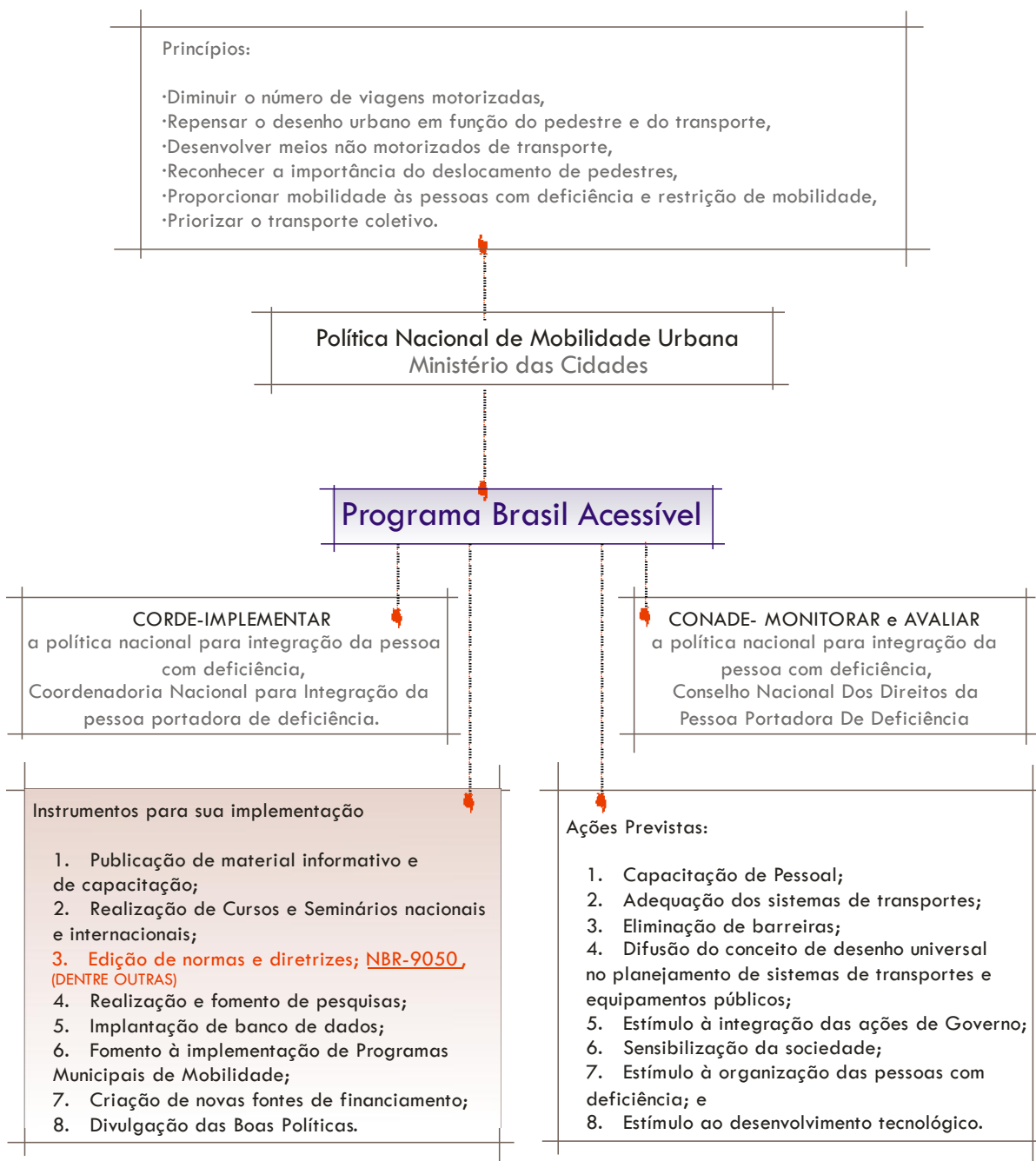


Figura 03: esquema da política nacional de acessibilidade elaborado com base nos cadernos do Programa Brasil Acessível. (Elaborado pela Autora com base nos Cadernos do Programa Brasil Acessível de 2004).

A NBR 9050, localizada no quadro acima, dentro da Política Nacional de Mobilidade Urbana dispõe os parâmetros necessários às edificações e ao meio urbano para que a acessibilidade plena seja alcançada. Orientando a prática projetual no sentido de adaptar gerar espaços acessíveis.

Outro ponto importante desse processo de inclusão é o Decreto 5.296, de 02.12.2004. É a base de toda a política nacional de acessibilidade. Um marco legal importante e decisivo para viabilizar e informar como o poder público irá se organizar, define seus papéis e a normativa a ser cumprida. Representa todo um esforço dos movimentos sociais na busca de assegurar direitos e deveres sociais que marcam uma mudança profunda na construção da cidadania para as pessoas com deficiência e para a sociedade em geral.

Decreto 5.296, de 02.12.2004, regulamenta as leis nº 10.048 e 10.098 e define critérios específicos para implantação da acessibilidade arquitetônica e urbanística e também aos serviços de transporte coletivo.

- Ao se referir à mobilidade urbana, define condições para construção de calçadas, mobiliário urbano, estacionamento público e sinalização de trânsito.
- Define padrões de acessibilidade para “veículos, terminais, estações, pontos de parada, vias principais, acessos e operação do transporte rodoviário, metro-ferroviário e aéreo”.

Em relação às áreas de assentamentos informais, o decreto avançou com o reconhecimento das dificuldades de aplicação da normativa NBR9050 nesse contexto urbano, ao permitir certa flexibilização da mesma mediante estudo técnico como afirma a seguir:

Nos casos de adaptação de bens culturais imóveis e de intervenção para regularização urbanística em áreas de assentamentos subnormais, será admitida, em caráter excepcional, faixa de largura menor que o estabelecido nas normas técnicas citadas no caput, desde que haja justificativa baseada em estudo técnico e que o acesso seja viabilizado de outra forma, garantida a melhor técnica possível. (Decreto 5.296, de 02.12.2004. Art.14 § 2º).

Entretanto, essa flexibilidade projetual tem alguns condicionantes a serem observados relativos às especificidades das áreas de assentamentos informais, caso contrário, poderá se concretizar uma realidade acessível apenas em projeto. Isso porque nessas áreas os hábitos de uso dos espaços urbanos são decisivos para acessibilidades de seus moradores. Ocupações estáticas, lixo, dentre outras, geram uma série de obstáculos nos percursos urbanos como se pode observar na foto a seguir.



Foto 04: Obstáculos criados pelo uso inadequado do espaço público na Av. Areia Branca. (Fonte: Arquivo pessoal, 2009).

A elaboração de um projeto para essas áreas deve ser feito junto à comunidade como um acordo social, onde há uma mobilização por parte da própria comunidade, de forma a garantir o acesso, mudando sua cultura de uso do espaço urbano. Sem isso, corre-se o risco de concretizar uma nova forma urbana alienada das reais necessidades dos moradores perpetuando os fatores de impedância na circulação.

Já no Caderno 2 do PBA (Divulgando o Decreto 5.296, de 02.12.2004) há uma preocupação em termos de edificação das habitações, prevendo uma regulamentação dos empreendimentos:

Seção III

Da Acessibilidade na Habitação de Interesse Social

Art. 28 Na habitação de interesse social deverão ser promovidas as seguintes ações para assegurar as condições de acessibilidade dos empreendimentos:

I - definição de projetos e adoção de tipologias construtivas livres de barreiras arquitetônicas e urbanísticas;

II - no caso de edificação multifamiliar, execução das unidades habitacionais acessíveis no piso térreo e acessíveis ou adaptáveis quando nos demais pisos;

III - execução das partes de uso comum, quando se tratar de edificação multifamiliar, conforme as normas técnicas de acessibilidade da ABNT; e

IV - elaboração de especificações técnicas de projeto que facilite a instalação de elevador adaptado para uso das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Os agentes executores dos programas e projetos destinados à habitação de interesse social, financiados com recursos próprios da União ou por ela geridos, devem observar os requisitos estabelecidos neste artigo.

(Decreto Federal nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004, Art.28)

Como fica evidente, o espaço urbano fica submetido à NBR 9050 que não apresenta parâmetros específicos ou margem de tolerância pra ser aplicada nas áreas de interesse social. Diante do exposto, conclui-se que embora o Brasil atualmente disponha de uma base legislativa e executiva que orienta todo o processo relativo à acessibilidade tanto em termos de edificações quanto no espaço urbano, ainda se apresentam muitos conflitos de acesso principalmente na interseção entre urbano e área edificada.

De fato, existem reflexões importantes a serem feitas na legislação e nas normas, principalmente no que diz respeito a como tratar o espaço urbano das áreas informais. Entretanto o Brasil delinea seu caminho na construção de cidades mais acessíveis com a ratificação da Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, em 2009, por meio do Decreto Legislativo nº. 186, de 9 de julho de 2008 e do Decreto Executivo nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, mais um marco na história da conquista dos direitos humanos no país, sendo o primeiro tratado internacional de direitos humanos a ingressar no ordenamento jurídico nacional com o status de Emenda Constitucional, nos termos do §3º, do art. 5º da Constituição Federal.

A Convenção, que se tornou parâmetro para a estruturação e a execução da política nacional sobre direito das pessoas com deficiência, já integra o sistema normativo brasileiro, apontando o desafio de sua implementação e monitoramento. ¹⁹Parte importante desse processo de difusão da cultura, conceitos e parâmetros de acessibilidade é a participação popular nas intervenções urbanísticas e na dinâmica das transformações do espaço urbano. A nível local é preciso ouvir a voz dos moradores, sua cultura, suas reais necessidades em relação ao urbano, para então elaborar parâmetros adequados ao seu contexto, resgatando sua cidadania.

2.3 A MUDANÇA DE PARADIGMAS CONSTRUINDO NOVAS POSSIBILIDADES NA VIVÊNCIA DAS CIDADES.



Conforme visto anteriormente, as mudanças de paradigmas trouxeram uma grande transformação na vida das pessoas com deficiência. A situação de isolamento foi rompida e, nesse processo inclusivo, a visão desse grupo foi ampliada e sua cidadania vem sendo recuperada. Um processo rico que muda não só o indivíduo, mas uma sociedade.

É evidente que ainda não vivemos numa situação ideal de direitos efetivados, mas constata-se que todo esse processo tem provocado aberturas e uma reflexão sobre a viabilidade das cidades para esse grupo. Os esforços têm se somado no sentido de concretizar os ideais de igualdade representados na legislação construída.

As discussões sobre o avanço desse tema têm proposto que a acessibilidade deve ser vista como uma qualidade ambiental a ser contemplada na construção dos espaços, e não apenas como uma forma de quitar uma dívida social junto às pessoas com deficiência. Nesse sentido, o sistema normativo vem buscando o princípio do Desenho Universal, um conceito que procura incluir a humanidade em sua diversidade.

¹⁹ Conectas direitos humanos. Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência. Disponível em: <http://www.conectas.org>

O grande desafio agora é pensar na cidade não para um grupo ou outro, mas para a sociedade. Para as pessoas em diversas situações ao longo da vida (idosos, deficientes, gestantes, pessoas com mobilidade reduzida, crianças, etc.). Como criar subsídios para projetos, manuais, metodologias e o próprio sistema normativo para alcançar o maior número de pessoas.

A legislação e a normativa construída apresentam uma base executiva e legal para apoiar esse processo de construção e concretização da acessibilidade em nível nacional, no entanto ainda é necessária uma reflexão em torno dos parâmetros de tolerância para as áreas informais. Na perspectiva de resgate de direitos e cidadania é preciso adequar soluções urbanísticas considerando as especificidades desse tipo de ocupação.

Para avançar com essas soluções, é preciso compreender a dinâmica dos espaços, dos territórios onde são aplicados os parâmetros normativos e conhecer as especificidades das organizações sociais e da estrutura urbana das áreas informais. As diferenças de relevo, as mudanças e construções sociais desenvolvidas pelas comunidades humanas ao longo do tempo, podem ter um grande peso nas soluções inclusivas. Nessa perspectiva foi realizada a análise espacial do Morro Santa Terezinha na tentativa de descobrir o quanto uma situação de informalidade pode influenciar nas questões de acessibilidade.

II PARTE

A Produção do Espaço em Assentamentos Informais



**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO MORRO SANTA TEREZINHA: DIALÉTICA ENTRE O ESPAÇO
CONCEBIDO E O ESPAÇO VIVIDO.**



Lá não existe felicidade de arranha-céu,
pois quem mora lá no morro já vive pertinho do céu...
Herivelto Martins

O pensamento de Henri Lefébvre se faz atual e, ainda hoje, é fonte de reflexão por seus estudos de aproximação do jogo social e da vida cotidiana. Em seu livro *Do rural ao urbano* (1978) ele trata da vida de bairro²⁰, a escala mais próxima dessa cotidianidade que constrói e modifica os espaços ao longo do tempo ao ampliar as categorias de análise urbanística acrescentando a dimensão da cotidianidade e ampliando o repertório metodológico do pesquisador no sentido de apreender ao máximo a realidade da comunidade estudada.

Essa leitura do urbano amplia a compreensão de suas especificidades e das construções sociais da comunidade. Em seus estudos ele mostra que a vivência da cidade está em seu cotidiano, essa é a escala mais próxima da vida e da vivência da cidade. A análise de Lefebvre é útil nesse estudo para a compreensão da construção social do Morro Santa Terezinha e seu contexto.

Para chegar a essa escala é importante delinear algumas ideias de Lefebvre para o entendimento do método de análise da produção do espaço, delimitada para fazer a leitura da comunidade do Morro Santa Terezinha, reflexões sobre a vida social na cidade, vida cotidiana e vida de bairro.

²⁰ Lefebvre, Henri. Bairro e vida de bairro. Institut d'aménagement et d'urbanism de La region parisienne, vo.7, 1967.

Refletindo sobre a vida social na cidade²¹ Lefebvre (1978) critica o modo demasiado analítico com que os urbanistas têm tratado as questões urbanas. Reconhece a importância da análise enquanto método operacional, mas constata que através dele é difícil atuar sobre o todo. Em seus textos ele busca a compreensão do todo, alertando para a pobreza da visão parcial e fragmentada em detrimento dos conteúdos. Ele observa que a cidade se projeta inteira sobre o terreno com seus símbolos, cultura, ética e suas superestruturas, que compreendem as bases econômicas e as relações sociais que constituem sua estrutura propriamente dita.

Por isso, Lefebvre (1978) alega que só o método dialético permite captar a interação das partes no todo. Seria um erro subestimar o bairro, de onde sabemos ser um todo dentro do todo. Pode ser que seja necessário conservar o conceito de unidade de base elementar, com certas dimensões, que não será mais o bairro, mas uma unidade, sem se separar da totalidade.

Por fim, para Lefebvre (1978), o bairro seria o ponto de transição entre o espaço geométrico e o espaço social, o lugar onde se faz a tradução (para e pelos usuários) dos espaços sociais (econômicos, políticos, culturais, etc.) no espaço comum geométrico. *Sem bairros, igual a sem ruas, pode haver aglomeração, tecido urbano, megalópoles, mas não cidade.* Nessa perspectiva de estudar a comunidade do Morro Santa Terezinha é feita uma aproximação dessa escala do cotidiano, do jogo social onde essa vida de bairro acontece sem perder de vista o todo, compreendendo sua especificidade como parte da cidade.

Para a apreensão dessa escala no Conjunto Santa Terezinha e seu contexto colocam-se inicialmente alguns dados do crescimento da informalidade em Fortaleza. Posteriormente observam-se os três elementos da produção do espaço definidos por Lefebvre em seu livro 'A produção do espaço' (1974): o espaço concebido, onde a representação abstrata do capitalismo confere uma ideologia ao saber técnico; o espaço percebido, intermediando a escala próxima e a distante, referentes às práticas espaciais, valores e especificidades de cada formação social; e o espaço vivido com as diferenças em relação ao modo de vida programado.

²¹ Texto extraído do livro De lo rural a lo urbano, capítulo IX – A vida social na cidade, de Henri Lefebvre, 1978.

Dessa forma, caracteriza-se o contexto do Conjunto Santa Terezinha, suas construções, sua relação com a cidade, o cotidiano de suas atividades e os desafios de circulação frente aos parâmetros de acessibilidade.

3.1 DADOS DA INFORMALIDADE EM FORTALEZA-CE.



Fortaleza atualmente é a quarta metrópole brasileira com maior população, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador²². Esse patamar é resultante de um intenso processo de urbanização nas últimas décadas. Para Bernal (2004) e Gondim (2007) os períodos de seca²³ tiveram um grande peso nesse aumento, dentre outros fatores. De fato, o crescimento da população somado à incapacidade do poder público de responder à demanda por moradias criou uma grave situação de desigualdade na cidade. (Botelho, 2006)

Como em muitas cidades brasileiras, a população de baixa renda de Fortaleza não teve condições de adquirir suas moradias no mercado formal e por conta disso resolveu seus problemas de abrigo com a autoconstrução. Para um maior aprofundamento nesse processo em Fortaleza, ver Bernal (2004) e Brandão (2001). Nesse estudo, apresentam-se os dados relativos à questão habitacional para compreender o contexto da informalidade em Fortaleza:

A maior parcela de coabitação familiar e dos domicílios improvisados está concentrada na faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos. Nesse intervalo, encontra-se 80,28% do déficit, enquanto que na faixa de 3 a 5 salários mínimos a coabitação e os domicílios improvisados correspondem a 9,78%. Considerando níveis de renda ainda mais elevados, a demanda diminui, sendo correspondente a 6,58% e 3,37% para as faixas de 5 a 10 salários mínimos e acima de 10 salários mínimos, respectivamente. (Botelho, 2006, p.1585)

²² Fonte: IBGE, censo 2000.

²³ Maiores secas registradas: 1877-79, 1888, 1900, 1915, 1932, 1952, 1958, 1980-84 e 1992-93. Fonte: Botelho, 2006.

Pelo gráfico a seguir observa-se o crescimento da informalidade em Fortaleza no período 1985-2002, no qual também aconteceram os dois grandes processos de invasão no Conjunto Santa Terezinha.

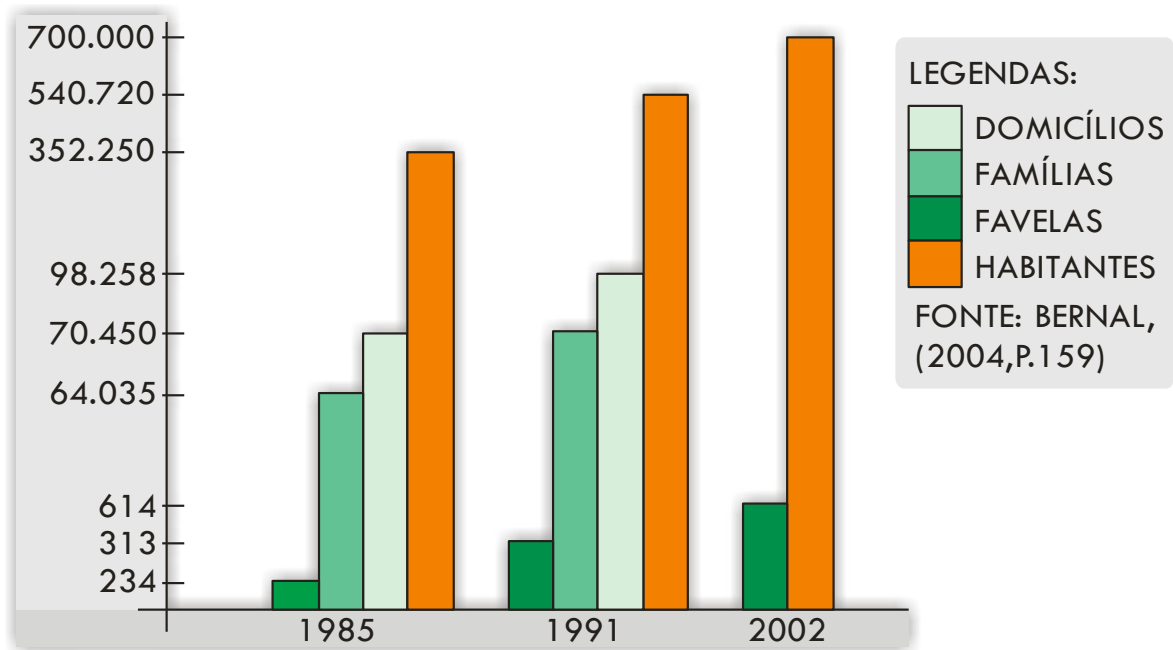


Gráfico 01: crescimento da informalidade em Fortaleza. Dados: Bernal, 2004, p.159

O crescimento da informalidade em Fortaleza teve seu reflexo também no Conjunto Santa Terezinha. Em vinte e nove anos (1979-2008) teve um crescimento de 356% contabilizado em 2008 pelo censo da associação de moradores, e 898 domicílios irregulares. Para compreender melhor esse processo, segue a análise da produção do espaço proposta por Lefebvre em seu livro 'A produção do espaço' (1974) em três categorias: espaço concebido, percebido e vivido.

3.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO MORRO SANTA TEREZINHA – O ESPAÇO CONCEBIDO.



Após a Segunda Guerra Mundial o cenário global passou por grandes mudanças econômicas comandadas pelos Estados Unidos, tendo como consequência a expansão capitalista baseada no consumo em massa. A crise do Fordismo na década de 60 propiciou a liberação de crédito para os países em desenvolvimento investirem em infraestrutura, modernização e indústria. Esse investimento incentivou a internacionalização das empresas transnacionais à procura de novos mercados, mão-de-obra barata e insumos. Tal processo foi denominado por Lipietz de Fordismo Periférico. (GOMES, 2003)

Nesse período o Brasil vivia o chamado “milagre econômico”, onde a estrutura produtiva passava por grandes mudanças, ganhando força a atividade industrial, ainda que com o controle estratégico do Estado sobre alguns setores. Com essa nova dinâmica o processo de urbanização se intensificou.

Pensando na produção do espaço urbano, Correa (1989) elenca os agentes: os proprietários fundiários, os agentes imobiliários e o Estado. Sendo o último o mais importante já que regula essa produção social do espaço. Nesse processo os loteamentos são vendidos com pouca ou nenhuma infraestrutura, o que faz com que a população lute para levar equipamentos e serviços coletivos, e quando isso acontece as glebas vazias se valorizam, beneficiando especuladores. Dessa forma, o Estado Brasileiro é produtor e consumidor do espaço, regulando e promovendo valorização com a distribuição de infraestrutura.

Em 1964 ocorre a criação do Serfhaú e do BNH (Banco Nacional da Habitação), extinto em 1986. Esses órgãos eram responsáveis pela política habitacional brasileira com os seguintes objetivos: coordenar a política habitacional dos órgãos públicos, orientar a iniciativa privada, estimulando a construção de moradias populares, financiar aquisição de casa própria, eliminar favelas, aumentar o investimento da indústria da construção civil, estimular a poupança privada e o investimento. (Gomes apud Rodrigues, 1988)

Nesse contexto, o Banco Nacional da Habitação/PROMORAR e Governo do Estado do Ceará implantam o conjunto Santa Terezinha, situado no bairro Vicente Pinzon, Fortaleza, durante o governo de Virgílio Távora (1979) - numa área de 20,08 hectares (terras do Estado) , respondendo a uma demanda de moradia dos pescadores e trabalhadores da zona portuária do Mucuripe com renda aproximada de 1,6 salários, oferecendo 1.022 unidades habitacionais.

O projeto, seguindo os objetivos do BNH, pretendia erradicar as favelas Guabiru, Olga Barroso, Maceió, Morro do Teixeira e Buraco da Jia. Foi entregue a uma população de 2.640 habitantes e construído num terreno de dunas próximo à enseada do Mucuripe. Após a implantação, os espaços de encostas e parte dos que eram destinados ao uso coletivo foram ocupados e o conjunto apresentou em 2006 um crescimento populacional de 356% (fonte: censo da Associação dos Moradores do Conjunto Santa Terezinha).

Passados mais de trinta anos observa-se que o plano original de erradicação das favelas da enseada do Mucuripe não funcionou. Uma hipótese é que o déficit habitacional e as condições salariais continuaram perpetuando a solução precária de habitar. De fato, o que se observa é uma verticalização do Conjunto, desmembramento dos lotes e a ocupação irregular dos terrenos públicos. Em pouco mais de um ano e meio de pesquisa, praças foram ocupadas, calçadas, dentre outros. Constata-se um constante processo de construção e reconstrução na comunidade sem que essas obras garantam qualquer melhoramento em termos de espaço coletivo.

Na verdade, há uma piora constante e crescente das condições de acessibilidade, salubridade e dos espaços públicos para socialização. A impressão é a de invisibilidade social, de precariedade, de um povo sem voz e vez. Vilanir Nascimento (presidente da associação dos moradores do Conjunto Santa Terezinha) em entrevista²⁴ lamenta a situação atual da comunidade e relata que os projetos de urbanização e melhoramentos prometidos pela prefeitura municipal foram feitos sem a participação da comunidade. A última proposta para a área ela soube pelo jornal, o que explicita o descaso com a população.

²⁴ Entrevista realizada no ABC Mucuripe no dia 03/12/2010.

É inevitável o questionamento de uma ação do Estado completamente retrógrada e fora das diretrizes da Constituição de 1988 e do Estatuto da Cidade. Reflete que antigos paradigmas se sobrepõem e se entremeiam no espaço e nas iniciativas governamentais. O que se pode dizer é que em meio a uma comunidade dinâmica onde o espaço é uma obra constante, qualquer planejamento feito sem um acordo social com a população estará fadado ao insucesso. Além disso, torna-se uma proposição alienada das necessidades reais dos moradores.

3.3 A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO NO MORRO SANTA TEREZINHA – ESPAÇO PERCEBIDO.



Sob um chão de estrelas, respira um morro que mira uma cidade, descortinando, no cair da tarde, o horizonte da capital cearense. Localizado na Grande Mucuripe, o Morro de Santa Terezinha – ou morro do Mirante – é o ponto mais alto de Fortaleza. Como um labirinto de contrastes, o Morro desfila sua história entre mazelas, progresso, fé e arte.

Oliveira, 2009.

Dez anos após a implantação do conjunto, a atividade turística em Fortaleza inicia seu desenvolvimento e a comunidade do Morro Santa Terezinha começa a explorar o turismo, que passa a dividir espaço com a função original residencial. O capitalismo então se reproduz no lazer e turismo modificando completamente as relações sociais do lugar.

Então quando Fortaleza passa a investir no turismo na década de 1990, o Governador Tasso Jereissati inaugurou a Praça do Mirante, e os restaurantes começaram a se proliferar no que seria uma das mais bonitas vistas da cidade. A cidade subia o morro para apreciar a vista e a gastronomia. A atividade turística era fortemente explorada.

A comunidade recebia cerca de duas mil pessoas nos fins de semana e uma nova efervescência começava a surgir. Nesse período as ocupações irregulares intensificaram-se no local aumentando a tensão social. Os adolescentes em suas afirmações começaram uma disputa territorial com o bairro vizinho e as brigas passaram a ser constantes. O espaço foi espoliado e por fim abandonado. O capitalismo consome o espaço e sua reprodução no turismo espoliador e desqualificado acaba por trazer muitos cânceres como afirma Zornitta (2005):

O turismo é autofágico e tem como suporte o território, onde as relações humanas e de consumo da atividade ocorrem e, se não for devidamente organizado, destrói a si mesmo, inviabilizando as destinações, que se desqualificam no processo, principalmente por políticas erradas, pela falta de coordenação dos diversos atores e de competências para tal.
²⁵Zornitta,2005.

Esse ciclo de produção e reprodução do capitalismo comentado por Harvey (2000), onde o espaço de consumo reitera o consumo do espaço, em uma década esgotou o Santa Terezinha. Então a comunidade se viu em um estado de isolamento. Dessa vez pior, espoliados, esgotados. A cidade desceu o morro para não mais voltar. Atualmente a praça abriga lixo, esquecimento e abandono. Uma nova relação da cidade com o morro surgia - o medo.

O processo de ocupação violenta nos anos seguintes aumentou a visão de desordem e violência no Morro do Mirante. Segundo a socióloga Carla Calvet, funcionária pública do Estado, que trabalhou no processo de implantação do Conjunto, "... depois de cinco anos, um certo político reuniu pessoas sem-teto de vários pontos da cidade e realizou uma invasão nas encostas dos platôs com cinco mil famílias. As pessoas invadiram até os quintais dos moradores. Aqueles que até então não puderam murar o seu lote, acabaram perdendo a terra coagidos pela violência. Foi um processo terrível, que transformou profundamente o Santa Terezinha, modificando inclusive as relações de vizinhança"²⁶.

²⁵ Zornitta, Fernando. In: Turismo: a Cearensidade e a Sustentabilidade. 2005.

²⁶ Entrevista concedida à autora em 20 de outubro de 2010.

Ao longo do tempo o processo de ocupação irregular das encostas do morro criou um ambiente urbano bastante heterogêneo onde o público e o privado se confundem pelas ruas. Na Avenida Areia Branca, concentra-se a maior parte do comércio local, os demais espaços são a maior parte de uso residencial. As casas de conjunto já bastante modificadas indicam um processo de verticalização com três pavimentos. Nenhuma melhoria foi feita nos espaços públicos em trinta anos, a população sofre uma invisibilidade diante do poder público que apenas faz promessas de implantação de uma mega estrutura cultural que seria implantada (“o Mirante das Artes”) em 2007, mas até hoje não se tem notícia.



Foto 05: Processo de verticalização na Av. Areia Branca, 2010. Fonte: Arquivo pessoal.

Do espaço construído num projeto pioneiro (em Fortaleza) de planejamento participativo junto à comunidade pesqueira, pouco restou. A informalidade atinge diversos níveis, tanto em relação ao espaço público quanto no privado. De forma que não se reconhecem mais as antigas casas do conjunto. Não restou nada da antiga ambiência com suas praças e ruas pacatas, segundo Oliveira (2009) apenas 20 famílias permanecem lá.

Essa descaracterização do Conjunto Santa Terezinha reflete um processo heterogêneo e violento de ocupação no qual a maioria dos moradores acabou vendendo suas moradias e deixando o morro. Queixas sobre violência, tráfico de drogas, são alguns dos fatores relatados durante a pesquisa. Além disso, há um abandono do poder público em relação a essa comunidade.

O projeto de requalificação proposto pela prefeitura municipal feito sem a participação da comunidade reflete tanto uma invisibilidade perante a sociedade, como um retrocesso contrário a toda lógica constitucional e das diretrizes do Estatuto da Cidade.

3.4. A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO NO MORRO SANTA TEREZINHA – ESPAÇO VIVIDO.



O vivido é uma mudança de casa, ao centro de sua passagem instável, vulcânica e tempestuosa. É o presente, é viver a presença. É assim, a obra viva ou morte do viver: É o que sou, o que sei, da minha luz e meus horizontes. A parte que consegui me apropriar do <viver> que não me pertence, ser social por excelência. É o cumprido, o real, atual.

Henri Lefévre (1961, p.219).

Do mar para o morro: duas maneiras completamente diferentes de se relacionar com a cidade. A vida bucólica tão saudosa pelos habitantes de Fortaleza, o cheiro do mar, as velas do Mucuripe saindo para pescar e a vila de pescadores na enseada são lembranças que se contrapõem às casas uniformes do conjunto Santa Terezinha onde essa população passou a habitar... Ao deixarem o Mucuripe suas referências mudaram da enseada para o alto. Contemplando a antiga vida lá embaixo, Oliveira diz:

Desse povo misturado, perdura o cheiro do mar, lembrança daqueles que primeiro habitaram suas colinas. Pescadores que, expulsos pela máquina do progresso a abrir ruas e avenidas na beira-mar, insistiam em viver perto do local de trabalho – a baía do Mucuripe – e construíram os primeiros barracos no Morro de Santa Terezinha. (Oliveira, 2009: p.112)

Os moradores sentem falta do movimento que havia no Mirante e que foi meio de vida para eles. Em relato ao jornal *O Povo*, Werdley Araújo relata: “Chegava a faturar até R\$ 30,00 por dia ‘pastorando carro’. Eu quase virava a noite, mas era bom. Nunca deixei de estudar e ainda conseguia ajudar minha família”. Dona Adelina, moradora há 20 anos, também lembra: “Eu vi o mirante nascer. Vi também ele se acabar. E espero vê-lo de volta. Como nos bons tempos”²⁷. A jangada emblemática na Praça do Mirante foi queimada, ninguém sabe por quem, arrancaram o piso, a vegetação secou e das 1.022 famílias do início do conjunto apenas 20 permanecem lá. Os restaurantes fecharam e a Rua do Mirante esvaziou. Só as crianças ainda brincam por lá.

²⁷ GUIMARÃES, Yanna. PONTO TURÍSTICO ABANDONADO. Jornal o povo, Fortaleza, 07 de fevereiro de 2008. Acesso 10 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.achanoticias.com.br/noticia.kmf?noticia=6944505>.

Em 2007 a prefeitura divulgou o que seria a promessa de mudança: o projeto “Mirante das Artes”, a ideia era reformar o Mirante, transformando-o em centro de referência de cultura e arte. A promessa de licitação e obra em 2007 não se cumpriu. Vislumbrou-se aí outra proposta de consumo. Outro ciclo, mais uma espoliação. A população solicita outra reforma. Eles pedem pelo que já conhecem e, como relata Lefévre no texto *utopia experimental*²⁸: consultadas, as pessoas tendem a pedir o que estão habituadas, embora queiram ser surpreendidas.

A prefeitura planeja outras reformas, mas a população já não acredita em sua implementação, como diz em relato ao jornal *O Povo*, Vilanir Nascimento – “ouvi dizer que o projeto de reformar o Mirante tinha sido cancelado. Depois disso eu não acredito mais em mudança. Quando o projeto foi divulgado na imprensa, foi um compromisso com toda a cidade, não só com a gente”²⁹.

O projeto proposto pela prefeitura propõe uma megaestrutura para o lugar, mais uma reprodução da sociedade do espetáculo³⁰. Além disso, foi elaborado sem consulta à comunidade. A escala da proposta esmaga o contexto local e conflita com o desejo ilustrado na fala de Dona Adelina Leandro Dias, moradora – “Não precisa um megaprojeto, basta consertar a pracinha e colocar policiamento”.³¹

O Morro Santa Terezinha expõe em seu espaço urbano as cicatrizes de uma comunidade à procura de uma vida de bairro que a renove, existem muitas vontades e ideias, mas todas ainda reproduzem o passado, e por fim, caem na tristeza dos conjuntos habitacionais comentada por Lefebvre (1978).

²⁸ Lefévre refletindo sobre propostas de projetos de cidades planejadas em: *De lo rural a lo urbano*, 1978.

²⁹ Relatos tirados de reportagem do jornal *o povo* com data de 7/2/2008.

³⁰ “Sociedade do espetáculo” Guy Débord. Paris, 1967.

³¹ Relatos tirados de reportagem do jornal ‘*O Povo*’ com data de 7/2/2008.

O sentimento, no entanto, não é só de tristeza, mas de esperança e renovação. O planejamento integrado e participativo é uma alternativa para construção de uma realidade onde a comunidade tenha vez e voz, e pode revelar a Fortaleza um Santa Terezinha simbólico como o Mucuripe, criar espaços com uma identidade expressa não só nos nomes de suas ruas e seus personagens. Aproveitar um espaço, onde a autoconstrução impera com seus problemas, e canalizar forças para uma nova construção do lugar.

O grande potencial reside em sua vida comunitária conturbada pelos territórios heterogêneos dentro do próprio Santa Terezinha, no qual os diversos processos de ocupação irregular ocorridos ao longo do tempo criaram identidades diferentes sobre o mesmo lugar. Observando a informalização do espaço em diferentes níveis no Santa Terezinha surge uma indagação: a irregularidade das ocupações consolidadas ao longo do tempo, induziram a uma prática urbana da informalidade? Para responder a essa pergunta seria necessário um estudo mais aprofundado, no entanto, é algo que se observa no morro. Se há a indução de um comportamento sobre outro, isso também é um potencial latente que pode ser utilizado para uma nova apropriação, na busca de uma visitabilidade e uma vivenciabilidade.

3.5. A DIALÉTICA ENTRE A CONCEPÇÃO E A VIVÊNCIA: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS.



A problemática da autoconstrução e das ocupações irregulares na comunidade teve um peso muito grande em sua estrutura urbana. As mudanças no decorrer do tempo, e a falta de fiscalização somada ao desinteresse do poder público, culminaram num espaço crítico para a livre circulação na comunidade. De fato, a acessibilidade nunca fez parte do Santa Terezinha, desde a elaboração do projeto de inserção urbana até sua condição atual.

As práticas informais resultaram num espaço urbano bastante heterogêneo no qual a falta de condições de circulação na estrutura urbana da comunidade acaba por criar uma situação de isolamento para as pessoas com deficiência, impondo também sérias restrições ao restante da população. Essa alienação dos deficientes na própria comunidade gera uma invisibilidade que complica ainda mais a possibilidade de mudança e cidadania.

Sobre essa invisibilidade, José da Silva Atanásio - morador e cadeirante- revela que os obstáculos são muitos, o que faz com que a maioria dos deficientes fiquem em casa, isolados e alienados. Cerca de 15 Pessoas com deficiência (PCD's) vivem esse drama no Conjunto Santa Terezinha. Ele relata que possuía um comércio na Rua das Flores, mas pelas dificuldades de acesso, abriu uma loja em casa.

Para José da Silva Atanásio as maiores dificuldades são:

- As empresas de abastecimento de água e luz - CAGECE e COELCE - ao realizarem obras de manutenção acabam cortando o asfalto, que fica irregular dificultando o acesso. Os postes são instalados de forma inadequada;
- Em onze anos de deficiência adquiriu sete cadeiras de rodas que custam entre dois e sete mil reais. Dentre elas, a elétrica não conseguia subir as ladeiras e quebrou. As demais se desgastaram em função da inclinação e pavimentação;
- Precisa se locomover pelo rolamento competindo com carros, motos e ônibus;
- Os motoristas de ônibus muitas vezes não sabem utilizar o equipamento para acesso do cadeirante, às vezes fazem comentários pejorativos ou simplesmente não param para atendê-lo;
- O lixo dificulta o acesso;
- O inverno causa uma grande insegurança, pois o trajeto fica escorregadio e o lixo se acumula nas ruas;
- Ele precisa se locomover com acompanhante.

Esse depoimento revela uma realidade difícil e distante do reconhecimento dos direitos do deficiente adquiridos ao longo das duas últimas décadas. Dessa forma, na discussão da cidadania e na perspectiva de criar essas condições de acesso, apresenta-se a visitabilidade, pela qual a comunidade pode construir conjuntamente novas práticas, criando novas soluções e melhorando inclusive sua articulação interna. Não é uma questão interessante apenas às pessoas com deficiência, mas a todos os moradores. Uma estratégia para criação de condições mínimas de circulação e segurança nos percursos urbanos. Essa é uma discussão ao nível da ordem próxima, onde as relações se estabelecem segundo sua própria cultura e experiência.

A vivenciabilidade diz respeito à ordem distante, a uma discussão da cidade, uma estratégia para democratizá-la, na qual se pensa um mínimo de condições de acesso (visitabilidade), mas caminha-se para uma situação mais ampla de vivência dessa obra. É um possível dentro de tantas impossibilidades, é uma proposta de recuperação do valor de uso. Se o abismo entre o concebido e o realizado é cada vez maior, talvez seja um indicativo de que deve-se pensar o espaço dentro das dinâmicas da vida.

O espaço apropriado, adequado para ser vivido e elemento gerador de possibilidades para o homem urbano precisa ser discutido, assim como a vida urbana. Lefebvre fez uma reflexão em seu livro “O direito à cidade” (1991) sobre a necessidade desse novo homem, desse outro modelo de vida distinto do rural. Reproduzir o campo ou perspectivas de planejamento isolado nas cidades deixa a possibilidade de vivência estéril. Não se vive mais no campo, as relações são outras e as dinâmicas também.

É preciso discutir as mudanças na cidade, e no que diz respeito à acessibilidade, a estrutura urbana. É um desafio ao desenho urbano, traduzir esse novo paradigma da inclusão e, numa perspectiva mais ampla, a visitabilidade-vivenciabilidade. Aumentar o leque de soluções e estratégias para retomar o valor de uso do espaço urbano, dar vida novamente à rua.

ANÁLISE ESPACIAL URBANA E A VISITABILIDADE NO CONJUNTO SANTA TEREZINHA, EM FORTALEZA-CE.



Conhecer a forma urbana é fundamental para identificar os desafios de aplicação de parâmetros de acessibilidade em áreas de assentamentos informais. Essas práticas pautadas nas necessidades básicas do abrigo constroem não só a moradia, mas um tecido urbano, uma morfologia específica que enfrenta restrições de recursos, espaços e técnicas.

As consequências se abatem sobre a vida de todos que compartilham esse espaço, trazendo problemas de infraestrutura, degradação ambiental, etc. Além disso, as condições de acessibilidade são extremamente precárias, as soluções de acesso são feitas no improviso e não oferecem autonomia a toda população, cerceando a vivência e a socialização da pessoa com deficiência e das pessoas com mobilidade reduzida.

Neste capítulo observa-se o resultado dessa informalidade com suas especificidades relativas à acessibilidade. Inicialmente com uma análise morfológica elaborada com base na metodologia de Vicente Del Rio (1990) e Panerai (2006). Posteriormente, com o conhecimento da morfologia da área é feita a reflexão sobre os limites e potenciais da visitabilidade e da rota acessível nesse contexto.

4.1. ANÁLISE ESPACIAL URBANA DO CONJUNTO SANTA TEREZINHA, EM FORTALEZA-CE.



Conhecer a forma urbana do Conjunto Santa Terezinha é uma operação metodológica essencial para a discussão e reflexão da acessibilidade dentro da informalidade. O acesso livre no meio urbano depende da disposição dos elementos constituintes da estrutura urbana, assim, esse espaço se configura também como o lugar da promoção (ou não) da cidadania. No caso das áreas informais esse debate se amplia dentro dos limites e potenciais dessa forma específica.

Nessa perspectiva, utilizou-se como referência teórico-metodológica para a análise morfológica da estrutura urbana do Conjunto Santa Terezinha, os estudos de Vicente Del Rio (1990) e Panerai (2006). Essa metodologia contribui para esse trabalho no sentido de conhecer a forma urbana, analisando os elementos a seguir, adotando e apresentando os elementos de análise da morfologia urbana de Del Rio (1990) para esse estudo:

4.1.1

Articulações: relações com a cidade, elementos e público-privado.

4.1.2

Crescimento: modos, direções; pontos de cristalização, modificação de estruturas, limites e superação dos mesmos.

4.1.3

Traçado e parcelamento: estrutura fundiária, relações, circulação e acessibilidade.

4.1.4

Tipologias dos elementos urbanos: para esse estudo no que se refere aos passeios.

Sobre a importância desse procedimento metodológico, Del Rio (1990) aponta que a análise da morfologia urbana está em compreender a lógica da formação, evolução e transformação dos elementos urbanos e de suas inter-relações, a fim de possibilitar a identificação de formas mais apropriadas, cultural e socialmente, para intervenções na cidade existente e o desenho de novas áreas.

Compreendendo os elementos da morfologia urbana anteriormente citados, a análise morfológica da complexidade do tecido urbano do Conjunto Santa Terezinha se apresenta, subsidiando uma reflexão sobre os potenciais e limites acerca do acesso e circulação das pessoas com deficiência ou não em meio à informalidade.

O período morfológico analisado foi de 2000, ano da publicação da Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro do mesmo ano, que estabelece normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, até o ano de 2010 no qual foi aplicada a metodologia dos passeios acompanhados.

Delimitado o período 2000-2010, escolhido em função dos marcos legais de acessibilidade, faz-se necessário também uma recuperação da morfologia inicial do Conjunto Santa Terezinha a fim de expor as mudanças ocorridas em função das ocupações irregulares encontradas na estrutura urbana atual. Assim como uma contextualização na história dos bairros Vicente Pinzon e Mucuripe.

4.1.1 LOCALIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO NA CIDADE.



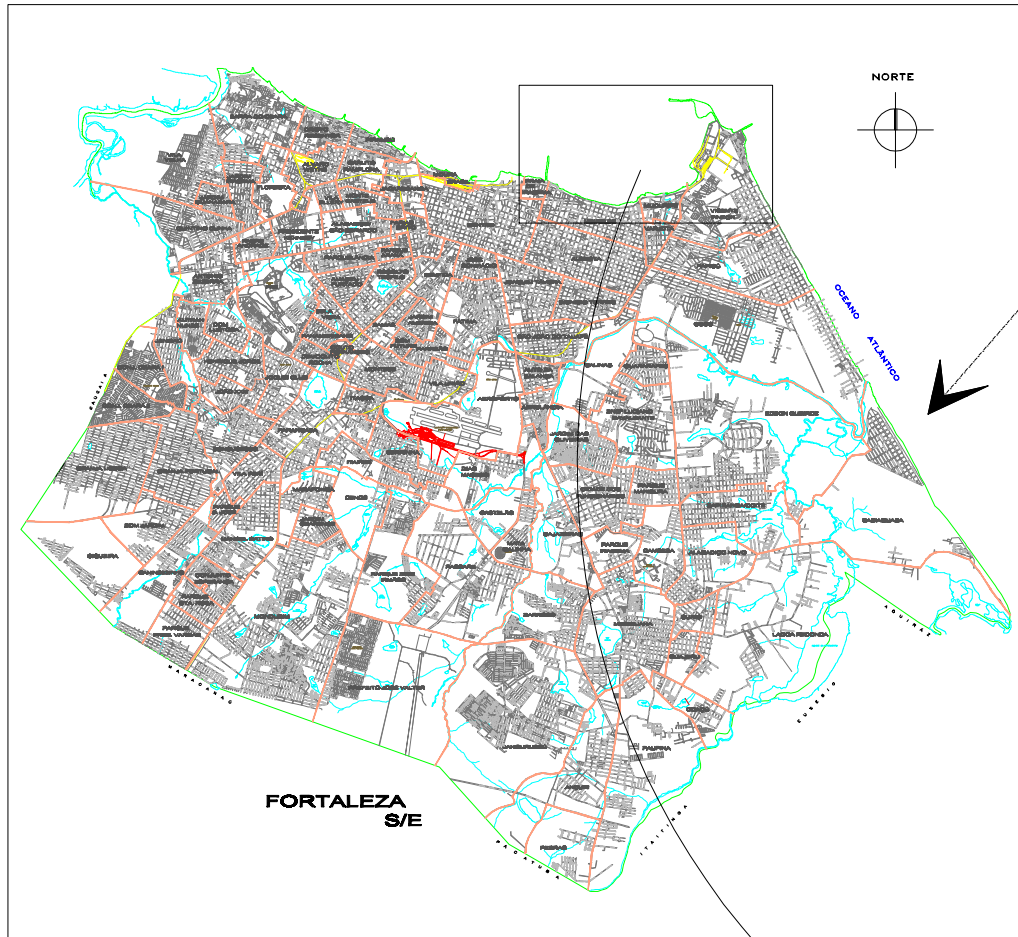
Situado no bairro Vicente Pinzon, a menos de 1 km da enseada do Mucuripe, o Conjunto Santa Terezinha foi inserido no ponto mais alto da cidade. Sua população inicial constituía-se de pescadores das antigas comunidades tradicionais do litoral fortalezense. Em função dos projetos de erradicação de favelas do programa PROMORAR ligado ao Governo Federal em convênio com o Governo do Estado, oito favelas deram lugar ao Conjunto Habitacional Santa Terezinha.

O Conjunto Santa Terezinha está inserido no bairro Vicente Pinzon, inaugurado em 30 de junho de 1979, sob uma área de paleodunas, na Zona de Interesse Ambiental da Praia do Futuro. Parte de sua área é também Zona de Interesse Social 2 (ZEIS-2). Para iniciar a análise espacial da estrutura urbana do conjunto é importante conhecer alguns indicadores demográficos e socioeconômicos, observando a tabela a seguir.

TABELA DE INDICADORES DO BAIRRO VICENTE PINZON

Bairro	Vicente Pinzon
População	39.551
População de pessoa com deficiência*	89
Domicílios	10.960
Alfabetizados	28.757
Déficit Habitacional (déficit absoluto) (fonte: Iplance)	223-374
Renda	Até 2 s.m - Acima de 50%
Densidade demográfica	143 hab/ha

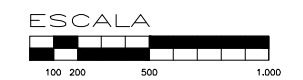
Tabela 01 – Indicadores do bairro Vicente Pinzon. Fonte: elaborada pela autora com base em dados Censitários 2000 e IPLANCE (Instituto de planejamento do Ceará). * Fonte: Cadastro de gratuidade do transporte público – ETUFOR.



LEGENDA:

- MEIRELES
- VARJOTA
- CAIS DO PORTO
- MUCURIPE
- VICENTE PINZON
- CONJUNTO SANTA TEREZINHA
- LIMITES DO CONJUNTO SANTA TEREZINHA
- LIMITES DE BAIRRO

ELABORADO PELA
AUTORA COM
BASE NA
CARTOGRAFIA DO
IPLANCE 1999.



**M A P A D E
L O C A L I Z A Ç Ã O
N A C I D A D E -
C O N J U N T O
S A N T A
T E R E Z I N H A .**

01

TABELA DE INDICADORES POPULACIONAIS E SÓCIOECONÔMICOS DO CONJUNTO SANTA TEREZINHA

Bairro de inserção	Vicente Pinzon
Área	20,08ha
População	9.411
Crianças 0 a 6 anos	6715
Idoso	559
Adolescente 12 a 18 anos	1882
Homem	2.496
Mulher	2.759
População de pessoa com deficiência*	15
Domicílios	1.920
Domicílios em situação irregular	898
Renda	Entre 1 e 2 s. mínimos
Densidade demográfica	468,7 hab/ha

Tabela 02. Tabela de indicadores populacionais socioeconômicos do Conjunto Santa Terezinha. Fonte: elaborada pela autora com base em censo realizado pela Associação dos Moradores do Conjunto Santa Terezinha, em dezembro de 2008; 1920 domicílios pesquisados. * Fonte: Entrevista com José da Silva Atanásio concedida em dezembro de 2010.

Uma das preocupações em termos de implantação, segundo Carla Calvet técnica do Estado, que trabalhou na fundação do Conjunto, foi a permanência das pessoas na área para manutenção das antigas relações com a urbe e a atividade pesqueira. Dessa forma, a localização escolhida foi muito pertinente. No mapa 01 e Figura 04, observam-se as relações de vizinhança e articulação com a cidade.

Localizado próximo ao litoral nobre de Fortaleza a inserção do Conjunto Santa Terezinha foi muito criticada por consolidar a população de baixa renda no ponto mais alto e nobre da cidade. No entanto, foi um reconhecimento dessa comunidade que já vinha sofrendo com a especulação imobiliária que aos poucos os expulsava de suas moradias.

4.1.2 CRESCIMENTO.



O Conjunto Santa Terezinha foi implantado entre dois bairros antigos de Fortaleza - Mucuripe e Vicente Pinzon no ano de 1979. Abrigo e fonte de renda de comunidades tradicionais pesqueiras, a enseada do Mucuripe inspirou poetas e cineastas com sua vida simples e bastante pacata.



Foto 06: Praia do Mucuripe em 1940. Fonte: www.blogdoguilhon.blogspot.com
Acesso em 12 de julho de 2010.



Foto 07: Enseada do Mucuripe em 1945. Fonte: www.fortalezanobre.blogspot.com
Acesso em 12 de julho de 2010.



Foto 08: Farol do Mucuripe em 1950. Fonte: www.blogdoguilhon.blogspot.com
Acesso em 12 de julho de 2010.

Mucuripe, etimologicamente é uma palavra Tupi que significa “Vale dos Mocós”, abrigava dois núcleos habitacionais. Um à margem direita do Riacho Maceió e outro à esquerda. Nos anos de 1940 foi escolhido para comportar o porto de Fortaleza, e posteriormente o farol. Na década de 1950 teve seu crescimento alavancado com o porto e deixou de ser uma área exclusiva de pescadores.

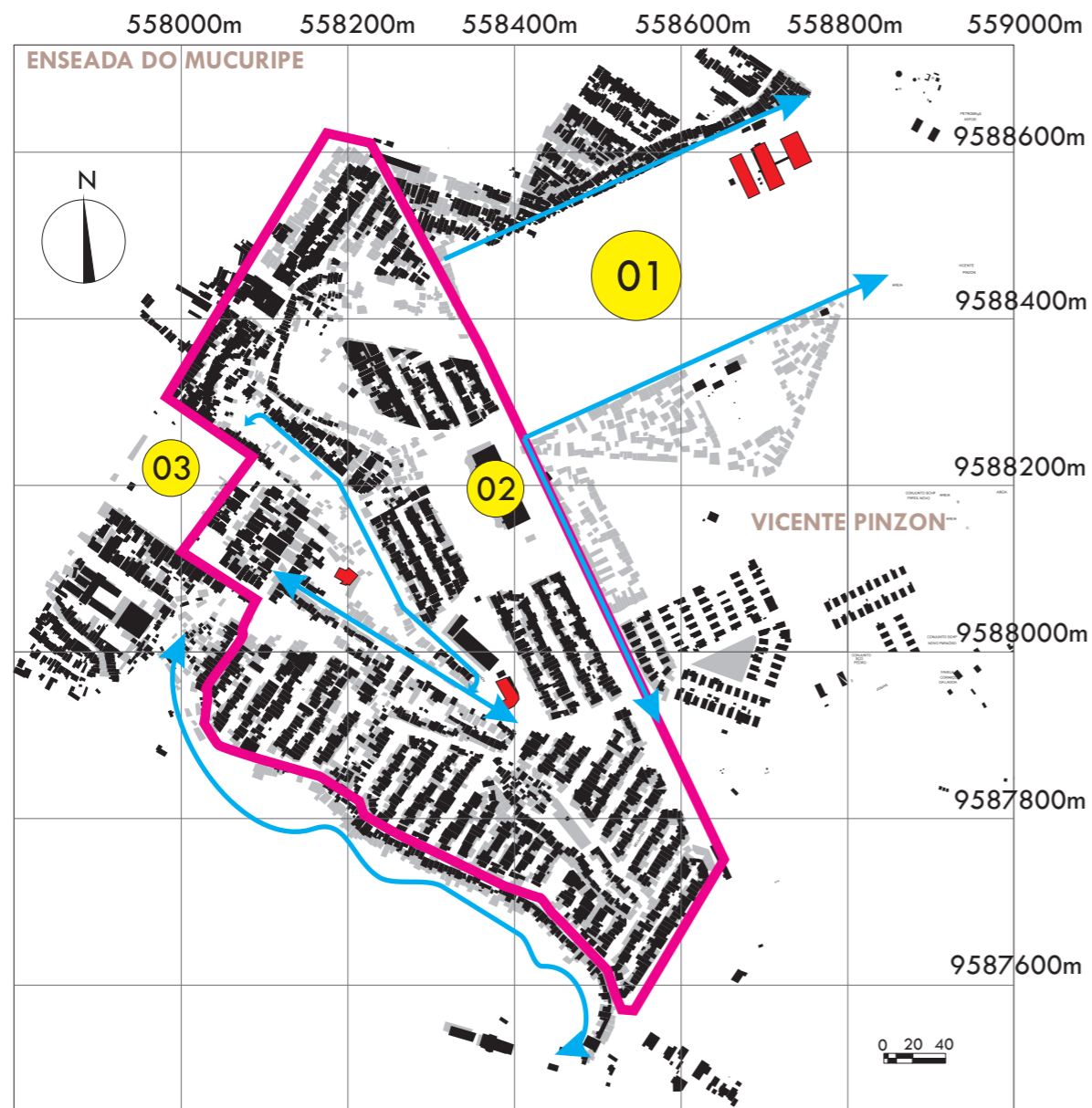
Cobiçada e transformada ao longo do tempo, quase nada resta dessas paisagens. Hotéis, edifícios e a atividade turística transformaram completamente a antiga ocupação do Mucuripe. A produção capitalista do espaço gerou um processo especulativo e deslocou a população tradicional, mantenedora de uma das identidades mais fortes da cidade, criando um novo espaço com atividades entremeadas: pesca, turismo e lazer.



Foto 09: Enseada do Mucuripe no ano de inauguração do Conjunto Santa Terezinha, 1979. Disponível em: http://media.photobucket.com/image/mucuripe%201979/ewaldo_album/postalnoturnodoMucuripeiniciodadeca.jpg. Acesso em 12 de julho de 2010.

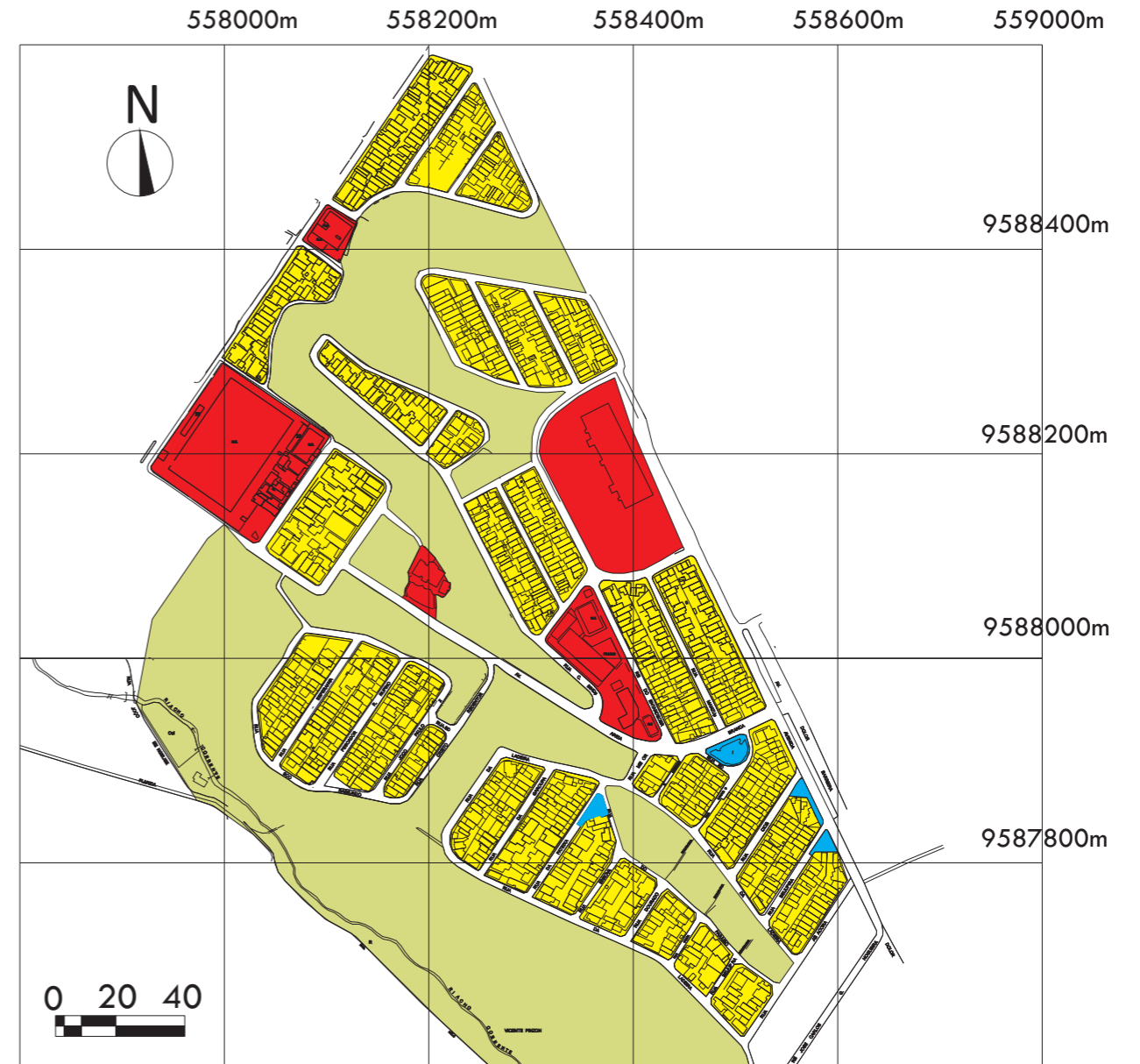
Pela imagem acima ainda se observam as dunas livres, com uma pequena ocupação no topo (esquerda superior), onde existia o Conjunto Santa Terezinha em sua morfologia original. As antigas favelas da enseada deram lugar a um conjunto ordenado numa experiência pioneira (em Fortaleza) de planejamento participativo que garantiu à população a permanência na região e a manutenção de suas relações de atividade pesqueira.

Como a planta original não mais se encontrava no arquivo público, a autora elaborou com base em relatos, a organização original do conjunto. No mapa 02 observam-se os platôs, a distribuição das áreas públicas e institucionais. No projeto inicial, as dunas foram preservadas e todo um sistema de cobertura vegetal foi implantado para contenção. No entanto, em função das ocupações informais a estrutura modificou-se e foi sobrecarregada com um crescimento de 356% em trinta anos, como mostra o mapa Nollí.



MAPA DE EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO DO CONJUNTO SANTA TEREZINHA EM FORTALEZA-CE

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE CARTOGRÁFICA FORNECIDA PELO IPLANCE 1999, E CAGECE 2004.



MAPA DE RECONSTRUÇÃO DA ÁREA ORIGINAL DO CONJUNTO SANTA TEREZINHA (1979) EM FORTALEZA-CE

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA SOBRE BASE CARTOGRÁFICA DA CAGECE - 2004 E ENTREVISTAS COM TÉCNICOS DA OBRADO CONJUNTO SANTA TEREZINHA.

LEGENDA:

- | | | |
|-------------------------|------------------------------------|--|
| ■ EDIFICAÇÕES. EM 1999. | — LINHAS DE CRESCIMENTO | ● PUNTO DE CRISTALIZAÇÃO - CAMPO TERRAMAR. |
| ■ EDIF. EM 2006. | ● PUNTO DE CRISTALIZAÇÃO - CAIC. | — LIMITE DO CONJUNTO SANTA TEREZINHA |
| ■ EDIF. INSTITUCIONAIS | ● PUNTO DE CRISTALIZAÇÃO - CAGECE. | ■ ÁREA RESIDENCIAL |
| ■ PRAÇAS | ■ ÁREA INSTITUCIONAL | ■ ÁREA DE PRESERVAÇÃO DE DUNAS. |

MAPA 02 - EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO DO CONJ. STA TEREZINHA - FORTALEZA-CE E RECONSTRUÇÃO DA ÁREA ORIGINAL DO CONJUNTO.

Como se observa nos mapas expostos, o Conjunto Santa Terezinha passou por um processo de crescimento desigual que aos poucos ocupou as encostas das dunas entre os platôs originais. Em relação aos pontos de cristalização apresentam-se três: um é o Caic, que embora tenha um terreno grande, forte atrativo das ocupações vem resistindo ao longo do tempo. O outro é a CAGECE que se manteve por ser responsável pelo fornecimento de água, e, por último o campo, de futebol do Instituto Terramar.

A comparação dos mapas expõe uma forte modificação na estrutura urbana com a criação de novas ruas e vielas improvisadas nas áreas de ocupação irregular. Esse crescimento intenso gerou um fenômeno de informalização do espaço através do qual, até mesmo as antigas residências apresentam ocupações irregulares dos passeios, reformas contrárias aos parâmetros exigidos na legislação, etc. A complexidade é tamanha que não se consegue distinguir o que é formal do informal, como mostram as imagens a seguir (esses pontos eram, no projeto original, encostas de dunas).



Fotos 10 e 11: Fotos do trecho do passeio acompanhado. Fonte: arq. pessoal da autora. Ano 2010.

Seriam necessários outros estudos aprofundados para esclarecer se essa prática urbana gerada na ilegalidade promoveu uma informalização nas áreas formais do conjunto. Contudo, é o que aparenta. Além disso, observa-se que para a população residente, as consequências resultantes das ocupações irregulares são inúmeras, tais como: dificuldades de circulação com diversos obstáculos, trechos sem passeio, lixo acumulado, problemas de saneamento e muito entulho.

Essa constante construção e reconstrução informal gera muitos fatores de impedimento, sobretudo para as pessoas com deficiência. A autora lembra, quando do início da pesquisa, tentando uma comunicação com PCD's locais, a presidente da associação de moradores revelou não ter conhecimento de nenhum. O que não é estranho, pois as dificuldades nos percursos urbanos são tamanhas que para algumas deficiências torna-se impossível uma autonomia de circulação, e isso reitera a invisibilidade dessas pessoas.

4.1.3 TRAÇADO E PARCELAMENTO: ESTRUTURA FUNDIÁRIA, RELAÇÕES, CIRCULAÇÃO E ACESSIBILIDADE.



O Conjunto Santa Terezinha foi implantado num terreno de 20.080h. adquirido através de doação da Fundação do Serviço Social de Fortaleza para a Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza – PROAFA no Governo de Virgílio Távora. Foram financiadas pelo BNH em convênio com o Governo do Estado do Ceará, 1.022 unidades habitacionais.

Os lotes tinham uma medida padrão de 5,50m x 20,0m, perfazendo uma área de 110m². As casas implantadas nesses lotes eram de três tipos³²:

- Tipo “A” ou embrião (quarto, sala, cozinha e banheiro): com área de 19,94m².
- Tipo “B” (Dois quartos, sala cozinha e banheiro): com área de 29,75m².
- Tipo “C”: com área de 36,30m².

³² Dados coletados no Arquivo Público da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Governo do Estado do Ceará, consultado em julho de 2009.

Os índices urbanísticos de implantação do Conjunto foram³³:

- Área dos lotes: 28,62% do terreno.
- Área do sistema viário: 19,38% do terreno.

- Área institucional: 4,08% do terreno.
- Área verde (destinada à preservação das dunas): 47,92% do terreno.

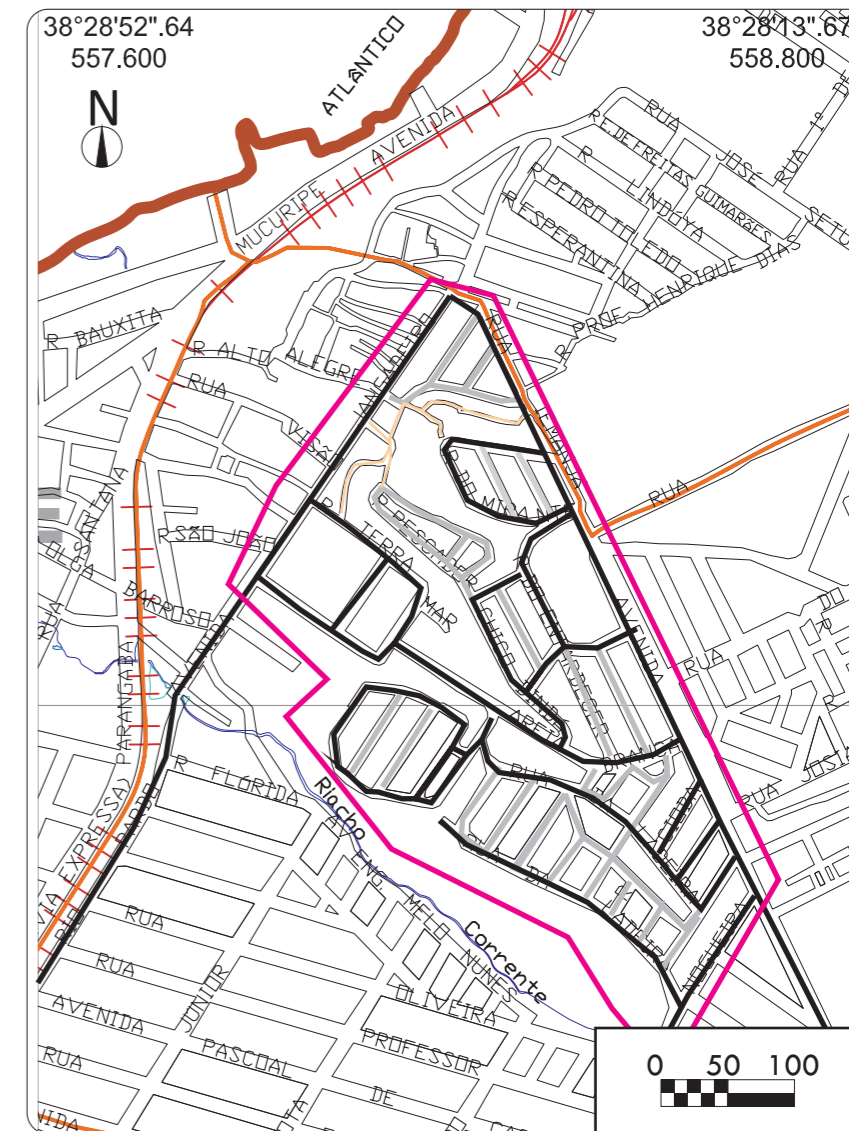
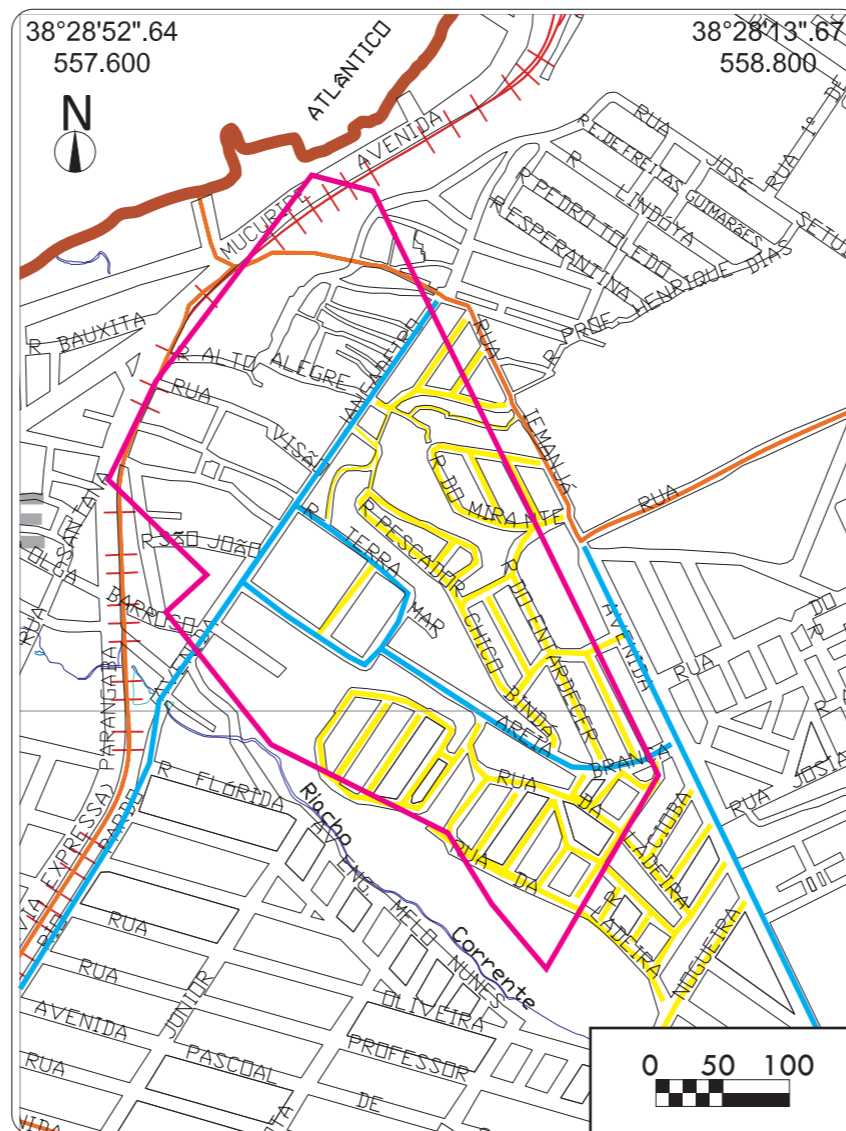
No Mapa 03, de uso do solo e sistema viário, observa-se a hierarquia das vias e os diversos usos no trecho do passeio acompanhado. Em relação à mobilidade urbana, o conjunto é servido de duas linhas de ônibus: 804. Aldeota- Santa Terezinha <> Papicú, e 905 – Meireles- Centro <> Santa Terezinha.

³³ Dados coletados no Arquivo Público da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Governo do Estado do Ceará, consultado em julho de 2009.



MAPA DE USO DO SOLO DO TRECHO DO PASSEIO ACOMPANHADO

ELABORADO PELA AUTORA COM BASE EM LEVANTAMENTOS FEITOS NO LOCAL E BASE CARTOGRÁFICA IPLANÇE - 1999.



MAPA VIÁRIO - HIERARQUIA DAS VIAS E PAVIMENTAÇÃO

ELABORADO PELA AUTORA COM BASE EM LEVANTAMENTOS FEITOS NO LOCAL E BASE CARTOGRÁFICA DA SEINF-2004 / PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA.

LEGENDA DO MAPA DE USO DO SOLO:

- Uso Institucional
- Uso Residencial
- Uso Comercial
- Uso Misto
- Trecho percorrido

LEGENDA DA HIERARQUIA DAS VIAS:

- Pavim. em Asfalto
- Pavim. em pedra tosca
- Pavim. em piçarra
- Via coletora
- Delimitação do Conj. Santa Terezinha.

- Via local
- Delimitação de bairro
- Litoral
- Linha férrea

Essa hierarquia de vias apresentada mostra mudanças e vielas construídas para acesso de moradias irregulares, principalmente no espaço reservado anteriormente para preservação de dunas. As ruas tem pavimentação de piçarra ou cimento rústico, são muitas vezes estreitas e com batentes que impossibilitam a circulação da população deficiente.

No que se refere à acessibilidade, segundo o técnico Fernando Hugo Oliveira engenheiro da obra, o projeto não contemplava os parâmetros da NBR – 9050, pois a mesma teve sua primeira publicação do ano de 1985. Contudo, pelos resquícios de passeios e arruamentos observa-se que seria possível uma adaptação, não fossem as ocupações irregulares das áreas públicas.

Então, o que a estrutura urbana do Conjunto Santa Terezinha nos informa no que se refere à acessibilidade? Três pontos se destacam na pesquisa documental e de campo: a informalização das áreas formais (reformas e ampliações fora da legislação vigente), as ocupações irregulares de áreas públicas (passeios, encostas das dunas, áreas verdes, canteiro central), a declividade e questões relacionadas ao relevo.

Esses três elementos observados pela autora e pelos usuários definem a pauta dos desafios de aplicação de parâmetros de acessibilidade em assentamento informal. Retomando o início do Conjunto, há diversos relatos de que o projeto foi construído junto à comunidade e contou com várias ações sociais complementares. Documentos revelam a preocupação do Governo em superar a condição de vulnerabilidade, para isso, oficinas e cursos de capacitação foram promovidas na comunidade. Dentre elas, higiene e limpeza, vacinação, prevenção do câncer e arborização.

Segundo Carla Calvet, socióloga da equipe de implantação do conjunto, “as pessoas foram ensinadas inclusive a utilizar o vaso sanitário, que no começo a gente chegava nas casas e as pessoas não sabiam pra quê servia, botavam flores...” A população participou da elaboração do projeto, expondo suas necessidades e participando ativamente do devir do Santa Terezinha.

Quando se mudaram para o conjunto fizeram uma boa avaliação do trabalho da equipe do Governo e estavam felizes com o resultado e sua nova vida. No entanto, essa conquista foi se perdendo ao longo do tempo com as ocupações algumas vezes violentas das áreas livres destinadas ao lazer e à preservação das dunas. O projeto inicial encontra-se completamente desfigurado, a ponto de restarem apenas os equipamentos comunitários como resquício.

Existem fotos da inauguração do Conjunto nos arquivos do jornal 'O Povo' que por questões de reforma e falta de pessoal não disponibilizou para a pesquisadora o material. A reportagem data de 30 de junho de 1979. A seguir, observa-se a imagem das primeiras ocupações irregulares no ano de 1989.



Foto 12: Casa com carro na frente. Fonte: Arquivo Agência Diário do Nordeste/Miguel Portela - data: 28.12.1989

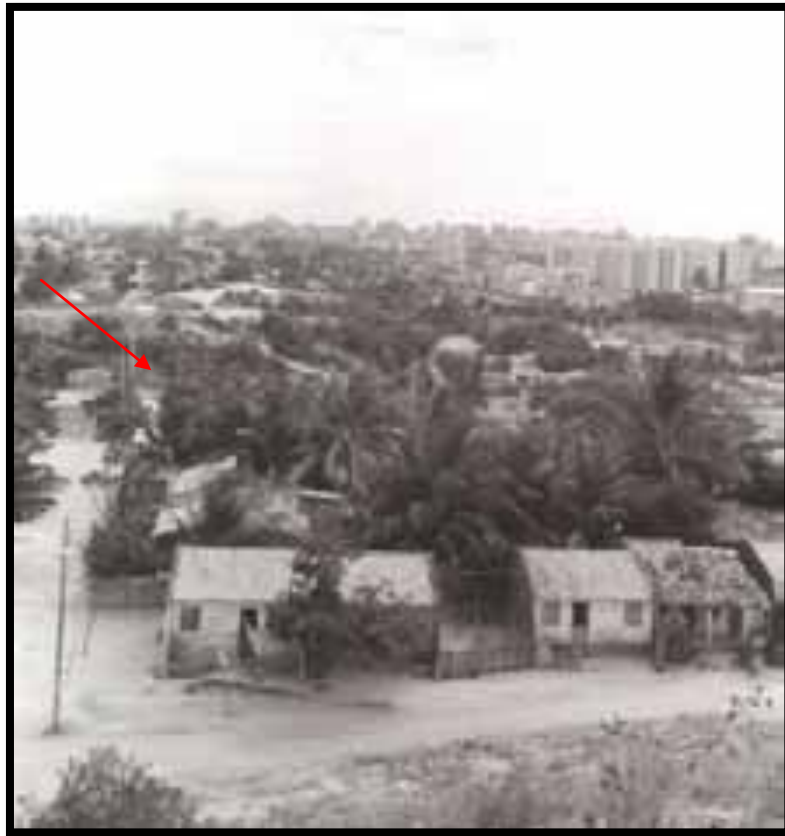


Foto 13: Foto vertical da casa na areia: Arquivo Agência Diário do Nordeste - data: 07.11.1989

Nessa imagem é possível visualizar a vida pacata e tranquila que tinham os moradores do Santa Terezinha em 1989. Em vermelho a Avenida Areia Branca, do trecho escolhido para o passeio acompanhado, ainda apresentava as dunas entre os platôs, livre com poucas ocupações datadas de 1987 no primeiro processo de ocupação irregular.

Hoje a vida no Conjunto Santa Terezinha é bem diferente e movimentada. As encostas das dunas completamente ocupadas e um cotidiano bastante diferente. A pesca não é mais a atividade principal, nem o turismo ou o artesanato. Há em desenvolvimento um forte comércio local, e as novas gerações não vivem mais das atividades tradicionais, lançam-se no mercado de trabalho em outros segmentos.

4.1.4 TIPOLOGIAS DOS ELEMENTOS URBANOS: CALÇADAS.



Os maiores desafios para a aplicação de parâmetros de acessibilidade estão nas calçadas e muitas vezes na ausência delas. No trecho pesquisado do passeio acompanhado foram observadas três tipologias através da observação direta.

TIPOLOGIA A – passeio revestido com ladrilho hidráulico, desnível de 15cm e com largura de 2,5m. Calçada ainda original do Conjunto, com pontos danificados e trechos sem faixa livre de 1,2m, ocupados com mobiliário urbano, lixo e sem piso podotátil.



Foto 14 e 15. Calçada do ABC Mucuripe, início do trecho do passeio acompanhado. Fonte: Arquivo pessoal da autora. Data: março de 2010.

TIPOLOGIA B – passeio revestido com cerâmica, desnível variando entre 15 e 25cm, largura entre 40 e 60cm, sem piso podotátil e sem faixa livre de 1,2m.



Foto 16 e 17: Calçada residencial, meio do trecho do passeio acompanhado. Fonte: Arquivo pessoal da autora. Data: março de 2010.

TIPOLOGIA C – passeio sem revestimento, trechos com lixo, entulho, variação de largura de 0,5 a 2,5m, sem faixa livre de 1,2m e ausência de piso podotátil. Desnível variando entre 15 e 45cm.



Foto 18: Calçada com lixo, meio do trecho do passeio acompanhado. Fonte: Arquivo pessoal da autora. Data: março de 2010.

TIPOLOGIA D – passeio revestido de cimento rústico, trechos com lixo e entulho, variação de largura de 10 a 100cm, sem faixa livre, desnível variando entre 15 e 140 cm, ausência de piso podotátil.



Foto 19 e 20: Passeio de um comércio e residência.
Fonte: Arquivo pessoal da autora. Data: março de 2010.

Há ainda no trecho, vários pontos sem passeio onde os pedestres disputam espaço com carros, motos e coletivos. Como se observa nas fotos acima a dificuldade de circulação atinge toda a população, o que amplia a discussão sobre direito a circular pela cidade. Abaixo segue uma tabela comparando um passeio ideal (sugerido pela NBR 9050) com os encontrados no trecho.

TABELA COMPARATIVA das calçadas	Tipologia da NBR 9050	Tipologia A	Tipologia B	Tipologia C	Tipologia D
Mobiliário Urbano com piso de alerta	Sim	Não	Não	Não	Não
Faixa livre de 1,2m	Sim	Sim	Não	Não	Não
Revestimento antiderrapante e estável	Sim	Não	Não	Não	Não
Piso podotátil	Sim	Não	Não	Não	Não
Desnível de um passeio para outro Máx. 2,5cm	Sim	Não	Não	Não	Não
Acesso por guia rebaixada	Sim	Não	Não	Não	Não
Obstáculos (lixo, entulho, veículos etc.)	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Vegetação em altura correta e que preserve o passeio.	Sim	Sim	Sem vegetação	Sem vegetação	Sem vegetação

Tabela 03. Comparativo passeio padrão NBR 9090 – passeio do Conjunto Santa Terezinha. Fonte: elaborada pela autora com base em levantamento em campo. Ano 2010.

A tabela acima revela uma série de inconformidades nas calçadas do Conjunto Santa Terezinha. Além das soluções improvisadas nas ocupações irregulares, que por vezes suprimem este espaço, a questão vai além. No código de obras e posturas de Fortaleza - capítulo XL do Artigo 605 ao 613 -, em nenhum ponto é mencionado o tratamento a ser dado na interseção entre o passeio de um lote para o outro. Nesse caso, o relevo pode gerar situações de impedância já que cabe ao proprietário solucionar o caso, por vezes através de degraus. Essa lacuna também se apresenta na NBO 9050.

Dessa forma, a legislação (isso inclui a NBR 9050 e o Código de Obras e Posturas de Fortaleza) deixa margem para soluções que, por si, inviabilizam a autonomia dos pedestres PCD's. É uma fragilidade nos dispositivos legais que precisa ser sanada, sob pena de comprometer o sucesso das políticas de acessibilidade.

4.2. CONCEITOS E PARÂMETROS DA NBR-9050: DESAFIOS E POTENCIAIS DE APLICAÇÃO NO CONTEXTO DO CONJUNTO SANTA TEREZINHA.



Quanto à legislação o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei Federal nº 10.048 de 8 de novembro de 2000, oferece às áreas de aglomerados subnormais na Seção II, Art.15 §2 a seguinte regulamentação:

Nos casos de adaptação de bens culturais imóveis e de intervenção para regularização urbanística em áreas de assentamentos subnormais, será admitida, em caráter excepcional, faixa de largura menor que o estabelecido nas normas técnicas citadas no caput, desde que haja justificativa baseada em estudo técnico e que o acesso seja viabilizado de outra forma, garantida a melhor técnica possível.

A NBR 9050 de 2004 abre uma classificação interessante para os níveis de acessibilidade das edificações, pois sugere uma ideia de processo na construção da acessibilidade. No texto da norma os espaços são classificados em adaptado, adaptável, acessível e visitável, da seguinte forma:

3.2. Acessível: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação.

3.3. Adaptável: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características possam ser alteradas para que se torne acessível.

3.4. Adaptado: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características originais foram alteradas posteriormente para serem acessíveis.

3.5. Adequado: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características foram originalmente planejadas para serem acessíveis. [...]

3.4.4. Visitável: Parte de unidade residencial, ou de unidade para prestação de serviços, entretenimento, comércio ou espaço cultural de uso público que contenha pelo menos um local de convívio social acessível e um sanitário unissex acessível.

(ABNT NBR 9050, 2004:p.02)

Partindo para a estrutura urbana do Conjunto Santa Terezinha encontramos uma situação grave de impedância, não só no trecho do passeio acompanhado, mas na comunidade de maneira geral. Os resquícios de área urbanizada e formal do conjunto misturam-se a uma informalidade crônica. Não é só uma ocupação irregular das encostas, frequente em realidades similares, mas das calçadas, das praças, das vias, etc.



Fotos 21 e 22: Informalidade nos passeios e áreas públicas. (arquivo pessoal, 2009)

Impossível falar em acessibilidade urbana sem mencionar os passeios, como observado nas imagens anteriores; os fatores de impedância³⁴ são inúmeros e vão desde a ocupação irregular à obstrução dos mesmos. No projeto original do conjunto habitacional Santa Terezinha, as vias principais tinham passeios com 2,5m de largura e as demais entre 1,5m e 2m, com piso antiderrapante. Embora não garantisse uma acessibilidade plena (já que o projeto data de 1979 e a primeira versão da NBR 9050 data de 1986), disponibilizava um espaço possível de aplicação da norma.

³⁴Fatores de impedância: Elementos ou condições que possam interferir no fluxo de pedestres. São exemplos de fatores de impedância: mobiliário urbano, entradas de edificações junto ao alinhamento, vitrines junto ao alinhamento, vegetação, postes de sinalização, entre outros (NBR 9050: 55-56)

No entanto, com o aumento da informalidade fica difícil aplicar a norma NBR- 9050 de 2004, a seguir, referente aos passeios:

6.10.5 Interferências na faixa livre

As faixas livres devem ser completamente desobstruídas e isentas de interferências, tais como vegetação, mobiliário urbano, equipamentos de infraestrutura urbana aflorados (postes, armários de equipamentos, e outros), orlas de árvores e jardineiras, rebaixamentos para acesso de veículos, bem como qualquer outro tipo de interferência ou obstáculo que reduza a largura da faixa livre. Eventuais obstáculos aéreos, tais como marquises, faixas e placas de identificação, toldos, luminosos, vegetação e outros, devem se localizar a uma altura superior a 2,10m.

6.10.8 Dimensionamento das faixas livres

Admite-se que a faixa livre possa absorver com conforto um fluxo de tráfego de 25 pedestres por minuto, em ambos os sentidos, a cada metro de largura. Para determinação da largura da faixa livre em função do fluxo de pedestres, utiliza-se a seguinte equação: $L = F/K + \sum i \geq 1,20$ Onde:

L é a largura da faixa livre; F é o fluxo de pedestres estimado ou medido nos horários de pico (pedestres por minuto por metro); K = 25 pedestres por minuto;

$\sum i$ é o somatório dos valores adicionais relativos aos fatores de impedância.

Os valores adicionais relativos a fatores de impedância (i) são:

- a) 0,45 m junto a vitrines ou comércio no alinhamento;
- b) 0,25 m junto a mobiliário urbano;
- c) 0,25 m junto à entrada de edificações no alinhamento.

(ABNT NBR 9050, p.55-56)

Esses parâmetros não se aplicam à maioria do contexto urbano do conjunto Santa Terezinha em função da ocupação irregular dos passeios. Dessa forma, não há como pensar em faixa livre, alinhamento e outros, pois o passeio não existe em alguns trechos das vias. Diante dos fatos, mas pensando as áreas onde ainda não há invasão das calçadas, o parâmetro que mais se aproximaria de aplicação no urbano do morro seria o passeio com acesso por rebaixamento (imagem abaixo retirada da norma):

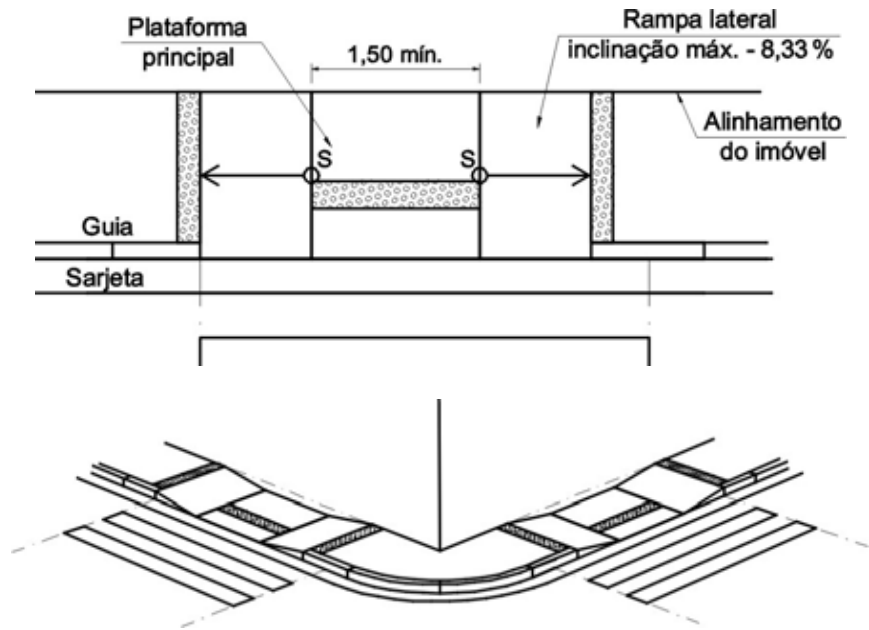


Fig.05: Rebaixamento D. Fonte: NBR 9050 de 2004.

Como as Áreas de Interesse Social contam com uma legislação própria onde os dimensionamentos da estrutura urbana podem variar, deve-se pensar num dimensionamento mínimo de 1,2m para que um cadeirante possa utilizá-la. Pensando nesse mínimo é preciso rever o posicionamento do mobiliário urbano e procurar alternativas de modelos, ou do próprio alinhamento dos mesmos para que não comprometam a faixa livre.

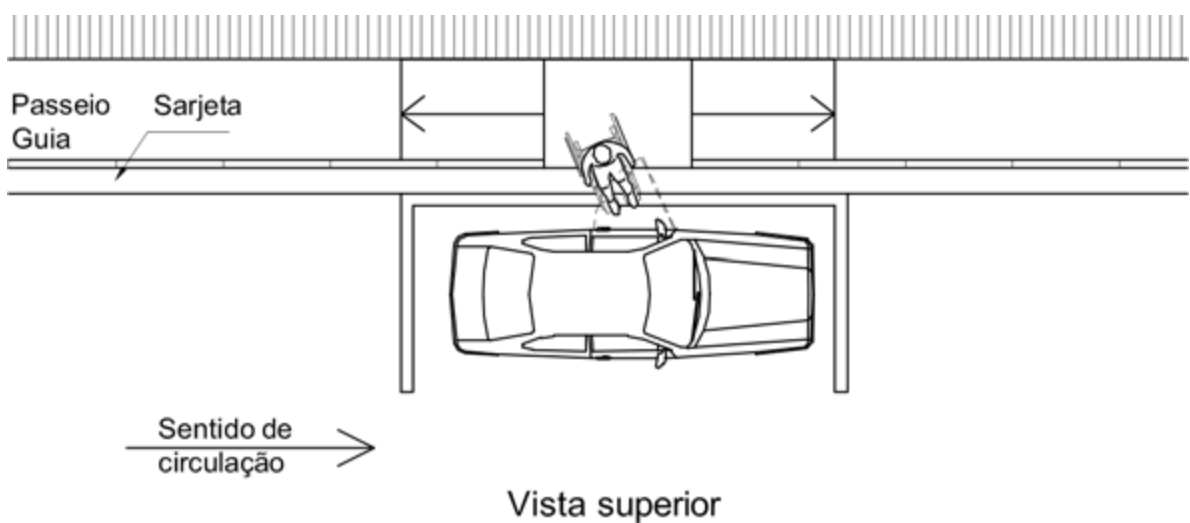


Fig.06: Estacionamento na via. Fonte: NBR 9050 de 2004.

A figura anterior, em termos de estacionamento com acesso por rebaixamento na via, seria a mais próxima de uma possível aplicação normativa no contexto do morro.

Outro ponto importante na análise é o fator relevo, as inclinações e suas implicações na acessibilidade do urbano no Morro Santa Terezinha. Quando o governo decidiu relocar às favelas da enseada do Mucuripe, um ponto positivo da escolha do terreno foi a proximidade com a área antes habitada, no entanto, o que havia no local eram dunas que foram movimentadas formando três platôs onde o conjunto se implantara.

Quem conta essa história de implantação é o engenheiro Fernando Hugo Oliveira, que trabalhou na construção como técnico do Estado. “... Quando chegamos lá realmente era uma duna limpa, com pés de murici... muita gente inclusive criticava a Primeira-Dama na época porque ela estava colocando pessoas faveladas no melhor canto da cidade... porque lá tem uma visão belíssima de toda cidade... saíram de uma condição onde não tinham nada, para um local totalmente saneado e com energia...”.³⁵

Com relação à invasão das encostas ele relata “... Uma das coisas que lamento muito é de não terem respeitado as encostas das plataformas, dos platôs que a gente chamava. As pessoas realmente carentes de moradia começaram a usar as encostas, que na época a gente fez todo conjunto com plantas, com capim e grama pra sustentar a duna e alguns acessos entre os platôs e tudo isso foi destruído por essa ocupação desordenada...”.

Questionando a escolha do terreno por questões ambientais o engenheiro coloca: “... Naquela época não se dava muita atenção a esse aspecto, apesar de que a gente era uma preocupação assim, que eu chamo muito primária... não como hoje. A gente se preocupava assim com as encostas, preservar o verde, áreas institucionais... na época a legislação permitia a construção nesse local”.

³⁵ Entrevista concedida em 10 de outubro de 2010, em Fortaleza-Ce.

Pergunto a ele – e quanto à acessibilidade? “... Não era tão exigente quanto é hoje, não se pensava tanto. Na época não foi visto isso, é tanto que não me lembro de nenhum banheiro adaptado. O próprio acesso entre os platôs era feito por escadarias. O acesso, como os platôs eram interligados, se fazia pelas próprias avenidas, não tinha um acesso mais curto, só pelas escadarias. A acessibilidade na época não foi vista...”. Pergunto em relação ao entorno urbano, o que foi pensado para acessibilidade nos passeios etc. Ele é taxativo – “não foi pensado”.

Pensando no ambiente urbano atual e observando no Mapa 04, o relevo do trecho onde foi aplicado o passeio acompanhado, percebe-se uma situação de acessibilidade dificultada pela implementação em área de dunas. Quando se busca os parâmetros da NBR 9050 relativo às inclinações e desníveis, verifica-se uma incompatibilidade entre o permitido e a inclinação natural do relevo. A norma permite uma inclinação para rampas de, no máximo 12,5% (muito abaixo dos 24% de inclinação encontrados no percurso), conclui-se portanto, que alguns pontos de percurso exigiriam muito esforço de parte da população, tal como: idosos e pessoas com mobilidade reduzida (PMR). Somado aos batentes entre os lotes, configura-se uma impedância aos cadeirantes.

Na Avenida Areia Branca, a mais movimentada do Conjunto interligando-o à cidade, por onde passam os transportes coletivos e se concentram as atividades comerciais do Santa Terezinha, observa-se pedestres caminhando pela via, competindo com o fluxo, concentrando os pontos críticos principais de acessibilidade na comunidade.

Referente aos desníveis, os parâmetros normativos da NBR 9050 (2004, p.39) exigem:

Desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em rotas acessíveis. Eventuais desníveis no piso de até 5 mm não demandam tratamento especial. Desníveis superiores a 5 mm até 15 mm devem ser tratados em forma de rampa, com inclinação máxima de 1:2 (50%), conforme figura 76. Desníveis superiores a 15 mm devem ser considerados como degraus e ser sinalizados conforme figura 63. (dimensões em milímetros)



Fig 07: Desníveis. Fonte: imagem retirada da NBR 9050 de 2004.

Quanto à solução de desníveis, a leitura da maioria das pessoas da comunidade é criar um plano que desce por degraus. Dessa forma, além de se configurar um fator de impedância para parte da população, ocorre sem regras definidas e com um cálculo muito improvisado de espelhos e patamares, como se observa a seguir.



As fotos 23 e 24: Ilustram o problema dos desníveis na Avenida Areia Branca. Fonte: Arquivo Pessoal da Autora.



Foto 25 e 26: Mostram problemas de desnível do passeio que não acompanha o greide da rua e mobiliário dificultando a circulação em decorrência da invasão do passeio. Fonte: Arquivo pessoal da autora.



Foto 27: Demonstra que a insegurança no ato de caminhar acontece não só para o deficiente, mas para todos.
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2010.

Em função dessa realidade encontrada no Morro Santa Terezinha observou-se a necessidade de acrescentar à normativa um conceito que viabilizasse um mínimo de acessibilidade em meio a tanta informalidade. Já que a própria lei de parcelamento permite parâmetros diferenciados em Áreas de Interesse Social, são necessários estudos mais aprofundados no sentido de estabelecer diretrizes e alguns elementos mínimos que garantam acessibilidade e segurança para a população. Essa pesquisa inicia essa discussão, propondo possibilidades dentro de tantas impossibilidades encontradas. Como disse Lefebvre (1978): “O possível, só é possível buscando o impossível”.

4.3 O CONCEITO DE VISITABILIDADE - VIVENCIABILIDADE E A ROTA ACESSÍVEL COMO ESTRATÉGIA DE ACESSIBILIDADE EM ÁREAS INFORMAIS.



Lefebvre em seu livro *O direito à cidade*, de 1991, expõe a cidade como uma mediação, onde relações dialéticas movimentam, modificam, constroem e reconstróem os espaços e se reinventam. Decerto que apenas um conceito não esvazia, nem concretiza a acessibilidade nessas áreas informais. Para isso é preciso encontrar possibilidades entre e nas ordens próxima e distante, entre forças e mediações.

Entre as mediações, a acessibilidade é parte e complemento do conteúdo do direito à cidade, da obra social. No Brasil representa uma busca, a inclusão. Desde a publicação da primeira norma³⁶ que subsidiou soluções de design e desenho urbano para acessibilidade, pouco se viu de mudança nas áreas informais. Mais uma vez o lugar ficou fora das ideias. Contudo, a questão não se esvazia nessa colocação. Não se trata apenas de parâmetros ou conceitos, mas de conteúdos reunidos. Para essa reflexão, apresentam-se algumas possibilidades.

Para iniciar essa discussão é necessário adotar um ponto de partida, uma primeira possibilidade dentro dessas áreas informais para viabilizar a acessibilidade. Para isso, identificam-se as condições mínimas de acesso propostas pela norma NBR 9050 de 2004, condensadas no conceito de rota acessível:

Rota Acessível (trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência. A rota acessível externa pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, rampas, etc.) (ABNT NBR 9050 de 2004, p.4)

³⁶ NBR 9050 de 1986.

Posteriormente retoma-se o conceito de “espaço visitável” relacionado a uma qualidade da forma urbana, onde a rota acessível (enquanto estudo técnico e estratégia) pode ser apresentada como um de seus elementos. Define-se visitabilidade como a qualidade ambiental de um espaço urbano com vista a permitir uma condição mínima de acessibilidade e segurança para a população (deficiente, idoso, criança etc.) circular em meio urbano.

A visitabilidade é uma discussão da acessibilidade a nível local, pontual. Necessariamente um acordo social de ordem próxima³⁷ feito em conjunto com a comunidade e representado através de um planejamento mediado por profissionais que irão elaborar projetos a serem aprovados pela população beneficiária.

Nessa mediação é necessário expor alguns elementos básicos para a constituição do projeto de acessibilidade em assentamentos informais, são eles: uma rota acessível e os ‘pontos de visita’ ou ‘pontos de visitabilidade’. Esses pontos são locais escolhidos pela comunidade, nos quais se acumulam funções ou serviços urbanos importantes, tais como: equipamentos urbanos, áreas de lazer, pontos de ônibus que possibilitem articulação da comunidade com a cidade, lugares de vivência e socialização.

Depois de escolhidos, os pontos de visita se transformam na ‘rede de visitabilidade comunitária’ pela qual a comunidade inicia o processo de introdução da acessibilidade, possibilitando tanto uma melhor qualidade de vida para a pessoa com deficiência como um diálogo constante sobre o espaço urbano e as formas de garantir acesso e cidadania. Para isso, apresentam-se as diretrizes de formação da rede de visitabilidade comunitária:

- Deve-se buscar garantir um percurso com rota acessível, escolhido pela comunidade, respeitando a viabilidade das dimensões encontradas em meio urbano podendo ter pontos de visita para a articulação da pessoa com deficiência em trechos nos quais não há espaço suficiente para essa rota;
- O alinhamento do mobiliário urbano deve ser pensado no contexto, pois se observa que pelo limite do passeio muitas vezes se configura num obstáculo, já que a população constrói seus acessos para as casas junto à porta;

³⁷ Ordem próxima e distante, são conceitos de Henri Lefebvre para relações próximas entre indivíduos ou grupos, e relações de sociais mais amplas, respectivamente.

- Os desníveis existentes devem ser demarcados com diferenciação de cor para melhor visualização;
- Os pontos de visita devem ser sinalizados para fácil visualização;
- Deve-se priorizar a implantação de pontos de visita em equipamentos urbanos tais como: escolas, centros comunitários, postos de saúde e praças. Nesses locais os edifícios devem ser adaptados ou configurar espaço visitável³⁸.
- Nos pontos de visita, colocar pontos de ônibus adaptados e sinalizados.

Concluindo a ideia de visitabilidade (nas relações próximas e cotidianas entre os cidadãos e seu espaço compartilhado, um acordo social mínimo para condições limitadas de acesso), observa-se que é nessa escala dentro da informalidade, em que pode se iniciar a discussão, já que a construção de um afeta o acesso de todos. É também nesse nível que a impossibilidade gerada por práticas urbanas informais pode se transformar em uma nova obra através da força da comunidade. No coletivo que, segundo Lobosco (2009), fortalece a identidade do grupo e a estratégia de sobrevivência e sem a qual a solução não se concretiza.

A vivenciabilidade (nas relações distantes entre o grupo e a cidade, cidade formal – informal) é a escala de um acordo mais amplo, de uma discussão dinâmica e constante sobre as cidades que se quer construir. Um envolvimento social para elaboração de técnicas, e uma transformação para superar uma disputa desleal por um espaço segregado e segregador. Construindo uma perspectiva desafiadora da convivência com diferenças e divergências. O humano se adequa à obra ou a obra se adequa ao homem?

Nessas dimensões de alcance, cada conceito compõe o conteúdo indissociável da relação dialética visitabilidade-vivenciabilidade. De forma que não é possível para a comunidade construir esse espaço democrático sozinha dadas as restrições, e por isso essa é uma continuação da discussão sobre como assegurar a função social da terra. É mais um reforço na busca da inclusão ampliada (social e espacial).

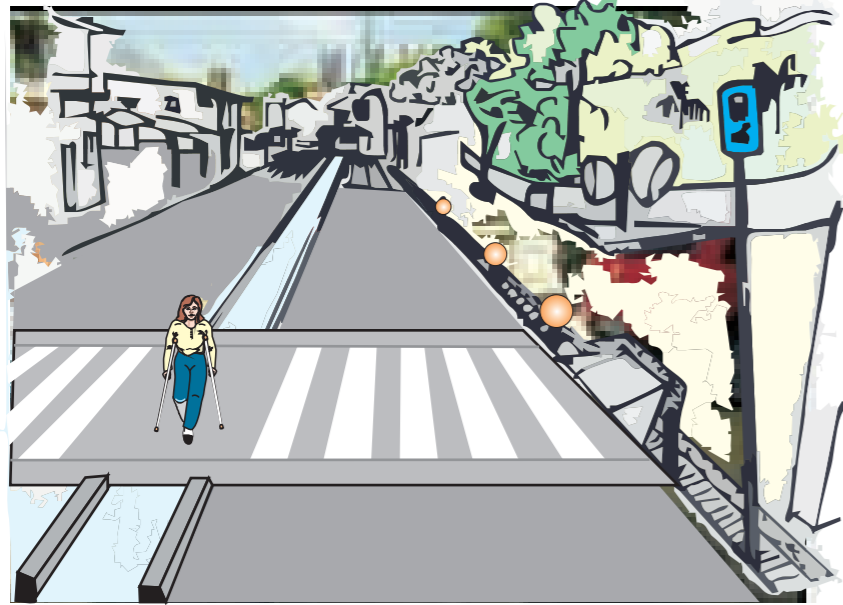
³⁸ Parte de unidade residencial, ou de unidade para prestação de serviços, entretenimento, comércio ou espaço cultural de uso público que contenha pelo menos um local de convívio social acessível e um sanitário unissex acessível. (NBR- 9050)

Dadas as reflexões, expõe-se um caminho para a acessibilidade em assentamentos informais. Uma possibilidade dentre impossibilidades: a discussão ampliada para a elaboração de estratégias considerando a relação 'visitabilidade – vivenciabilidade' , o interesse da comunidade em prol dessa abertura à discussão da acessibilidade e uma ferramenta: o desenho urbano. Nesses elementos reside um potencial para essas áreas repletas de especificidades, uma mudança conjunta, própria das relações dialéticas que se modificam na interação. Modificam e são modificadas.

A seguir apresenta-se o Mapa 04 com pontos de visitabilidade na Avenida Areia Branca escolhidos com representantes da comunidade.

Soluções simples, mas que trariam um aumento na qualidade de vida da população. Esses dois pontos foram escolhidos com representante da comunidade como locais estratégicos por onde se poderia chegar, inclusive, a outros pontos da cidade. De fato, não há proposta pronta, e sim, soluções possíveis apontadas por quem vive nesses locais.

PONTO DE VISITA CENTRO COMUNITÁRIO








CRUZAMENTO COM SEMÁFORO E FAIXA DE PEDESTRES



PONTO DE VISITA - ABC MUCURIBE



LEGENDA:

-  RESERVATÓRIO DE ABASTECIMENTO
-  ESCOLA
-  01 CENTRO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
-  02 CENTRO COMUNITÁRIO
-  POSTE
-  PERCURSO
-  PONTO DE ÔNIBUS PROPOSTO
-  01 PONTO DE VISITA
-  PONTO DE ÔNIBUS ATUAL
-  02 PONTO DE VISITA

MAPA 04 - PONTOS DE VISITA NA AVENIDA AREIA BRANCA.

ELABORADO PELA AUTORA COM BASE EM CONSULTA À REPRESENTANTES DA COMUNIDADE.

III PARTE

Passeio Acompanhado no Conjunto Santa Terezinha,
em Fortaleza-Ce.



PASSEIO ACOMPANHADO EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS: OS DESAFIOS DA ACESSIBILIDADE NO CONJUNTO SANTA TEREZINHA, EM FORTALEZA-CE.



Apesar das leis e políticas públicas de acessibilidade (como a NBR-9050) terem sido feitas para aplicação em todo o território nacional de forma homogênea, sabemos que existem algumas situações onde o contexto urbano se diferencia em sua estrutura urbana, relevo etc. - caso dos assentamentos informais.

Nas áreas informais da cidade, onde a ocupação irregular gera espaços morfologicamente diferenciados, a implantação de adaptações de acessibilidade torna-se ainda mais difícil. Com o intuito de conhecer as dificuldades encontradas pela pessoa com deficiência nesse espaço urbano específico, e realizar uma primeira análise sobre quais implicações essas especificidades morfológicas trazem para a aplicação da NBR-9050 realizamos o passeio acompanhado.

Essa metodologia criada por Dischinger (2000) permite conhecer o urbano do ponto de vista da pessoa com deficiência, e também observar pontos de impedância de acesso e fatores da morfologia urbana que comprometem a acessibilidade. Essa metodologia nos servirá como instrumento de diagnóstico e o resultado será um elemento de verificação da aplicação e alcance da NBR 9050 em contexto de informalidade.

Dessa forma, apreendemos os desafios impostos pelas condições do relevo e morfologia urbana do assentamento informal à aplicação da normativa NBR 9050 e suas implicações no cotidiano de pessoas com mobilidade reduzida.

5.1 O CAMINHAR COMO MÉTODO E APREENSÃO DAS ESPECIFICIDADES URBANAS DO CONJUNTO SANTA TEREZINHA.



A presente metodologia visa compreender as dificuldades de trabalhar acessibilidade em assentamentos informais, e nessa busca compreendemos que há três pontos importantes para a fundamentação teórica e metodológica: o primeiro é o sujeito com sua percepção diferenciada por sua condição corpórea e necessidades especiais de espaço. Em segundo, o espaço público de um assentamento informal com características que dificultam as adaptações de acessibilidade, e em terceiro, o Estado, que regulamenta esse espaço.

Para apreender a percepção e a necessidade do usuário para quem a legislação é voltada, será utilizado o Método do *Passeio Acompanhado* (Dishinger, 2000) que consiste em escolher um entrevistado, e determinar um percurso relevante ao estudo. O pesquisador deve apenas acompanhar o entrevistado, mas não conduzir ou ajudar na realização das atividades. As conversas são gravadas e os pontos relevantes são transcritos. Os eventos significativos são fotografados e localizados em mapa sintético do percurso.

Essa metodologia é útil na apreensão de elementos do cotidiano além de um diagnóstico mais preciso e real das condições de acessibilidade. O exercício de caminhar, observar e ampliar a percepção nos dá a tônica de um cotidiano diferenciado da vida de uma pessoa com deficiência, e seus desafios ao realizar deslocamentos e utilizar os equipamentos urbanos.

Retomando a multidimensionalidade de Lefebvre, é nessa etapa que temos a maior aproximação das dimensões. “Direito à cidade-pessoa com deficiência-urbano informal”, “segurança–circulação-invasão”, “normativa--adequação-assentamento informal” enfim, seus desdobramentos que ampliam a percepção e nos revelam tanto os problemas a serem enfrentados, quanto os possíveis contidos nas impossibilidades. O esquema a seguir mostra esses desdobramentos e suas possibilidades.



Figura 08: Esquema elaborado pela autora – Possibilidades nas interseções dialéticas.

Embora já muito modificado, o conjunto mantém resquícios no ganho da estrutura viária. As caixas são amplas e bem pavimentadas. No entanto, as condições do passeio pioraram com as reformas realizadas pelos próprios moradores. Em parte foram ocupados de forma irregular e sua pavimentação em maioria é bastante escorregadia ou instável, além da sua inexistência em alguns pontos.

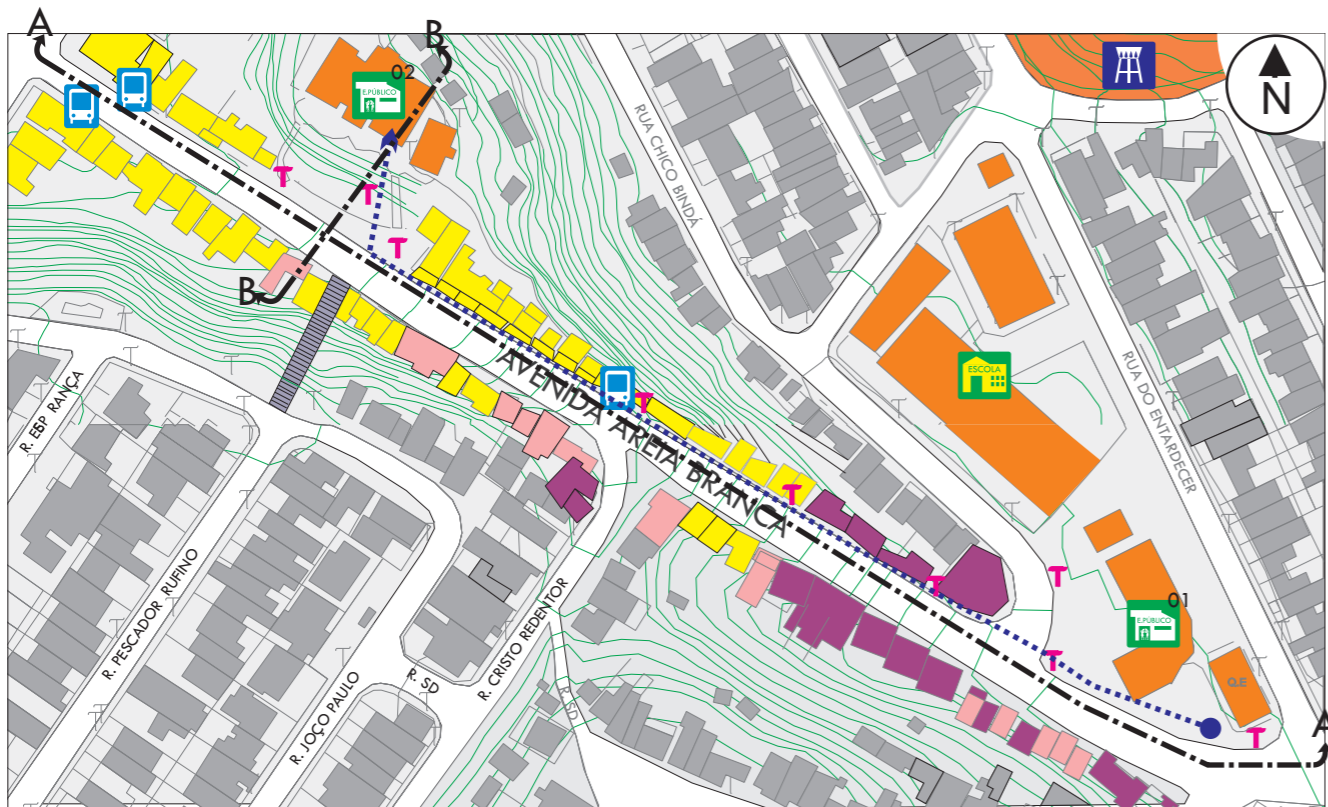
A inclinação resultante de uma construção em área de dunas está ainda presente. A maior parte das vias tem inclinação superior a 30% e esse é outro fator impactante em termos de acessibilidade. Em função disso e das reformas no passeio, a problemática é potencializada nos seguintes fatores: “ocupação irregular do passeio-pavimentação-inclinação imposta pelo relevo”, “ocupação irregular - mobiliário mal posicionado - insegurança para o pedestre”. A dialética aqui ultrapassa as relações e acontece entre o usuário e o espaço. Na prática de temporalizar o espaço, a população acaba criando uma situação de insegurança.

5.2 O TRECHO ESCOLHIDO E OS PERCURSOS DO PASSEIO ACOMPANHADO.



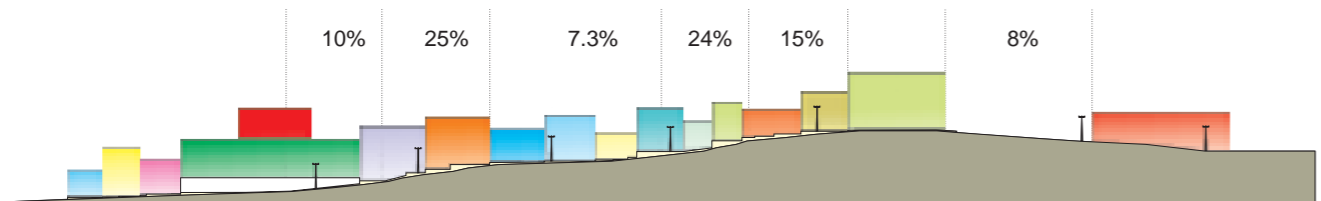
O trecho escolhido para o percurso do passeio acompanhado concentra todos os conflitos de uso do espaço advindos da ocupação irregular. As lojas de comércio e serviços colocam mercadorias nos passeios ou os utiliza como área do lote, fazendo com que em muitos pontos da Avenida Areia Branca os pedestres tenham de andar pelo rolamento, junto com os carros, simplesmente pela inexistência de calçadas.

Os conflitos de uso são muitos, carros mal estacionados, escadas de acesso aos lotes sobre a via, lixo, entulho e etc. A Avenida Areia Branca, que de início era uma via ladeada por dunas, atualmente está completamente ocupada, como se pode observar nos Mapas 04 e 05. Além disso, é o ponto mais íngreme do terreno do Conjunto Santa Terezinha no qual os problemas relativos ao relevo se evidenciam. Em função dessa complexidade esse foi o trecho escolhido.



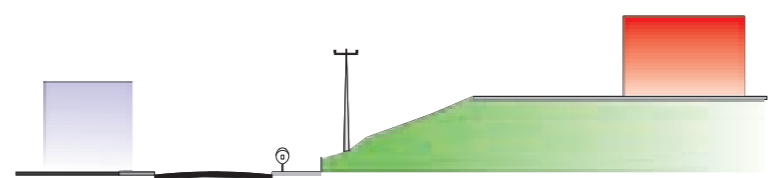
MAPA DE USO DO SOLO E RELEVO.

ESCALA: 0 10 50



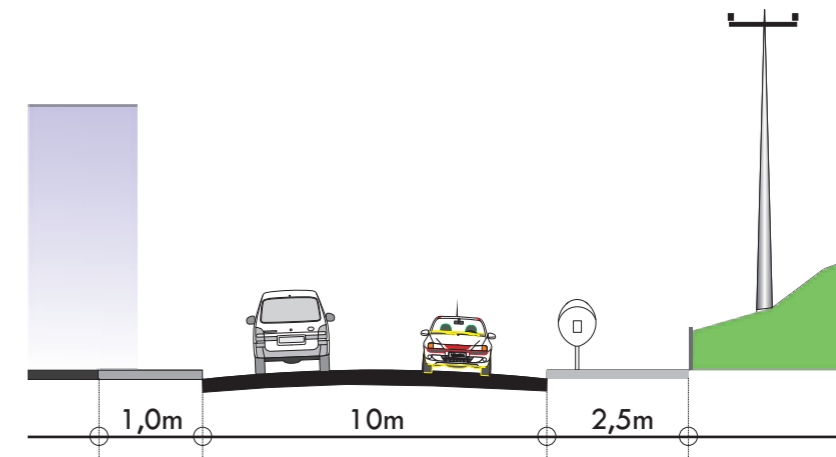
PERFIL DE INCLINAÇÃO DO TRECHO DO PASSEIO ACOMPANHADO. CORTE AA - Av. Areia Branca

0 10 20

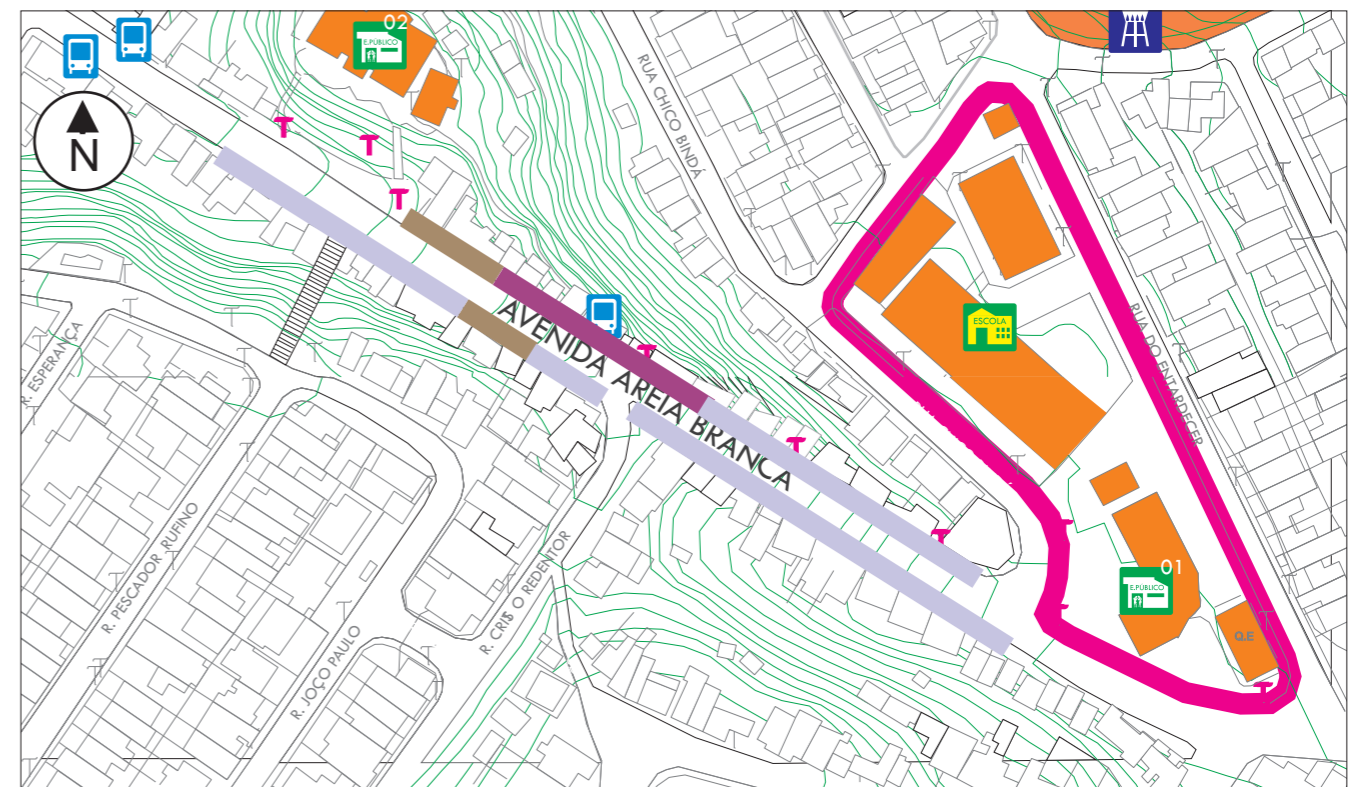


Corte BB - Av. Areia Branca

0 10 20



PERFIL DA CAIXA DA VIA - Av. Areia Branca



MAPA DE TIPOLOGIA DAS CALÇADAS

ESCALA: 0 10 50

LEGENDA:

T POSTE
 PERCURSO

ESCOLA ESCOLA

01 CENTRO DE PROFISSIONALIZAÇÃO

02 CENTRO COMUNITÁRIO

ÁREA INSTITUCIONAL

RESERVATÓRIO DE ABASTECIMENTO

PONTO DE ÔNIBUS

ÁREA RESIDENCIAL

USO MISTO

COMÉRCIO/SERVIÇO

TIPOLOGIA CALÇADA A

TIPOLOGIA CALÇADA B

TIPOLOGIA CALÇADA C

TIPOLOGIA CALÇADA D

**MAPA 05 - USO DO SOLO E RELEVO/
 TIPOLOGIA DAS CALÇADAS DO
 TRECHO DO PASSEIO ACOMPANHADO.**

ELABORADO PELA AUTORA COM BASE EM LEVANTAMENTOS NO LOCAL SOBRE CARTOGRAFIA FORNECIDA PELO IPLANCE, 1999.

05

No mapa 04 alguns pontos se destacam: o relevo, os diversos usos do espaço, e os conflitos no espaço público (passeios e via). É um lugar bastante vivo, onde as pessoas circulam e executam diversas atividades. A rua é uma espécie de vitrine onde os serviços são expostos e convivem, não sem ônus, diariamente. Os riscos advindos dessa efervescência são altos, diversos acidentes já aconteceram, pois tudo acontece no mesmo local. O lado positivo é essa vida comunitária pouco vista nas áreas formais. O negativo é a insegurança, a falta de uma organização na conjunção desse uso diversificado das áreas comuns.

O relevo tem um peso dramático nesse percurso, pois como se observa no mapa 04, as inclinações variam muito chegando a 25% em alguns pontos. As consequências disso são as soluções improvisadas de acesso aos lotes, rampas, escadas, avançando sobre as calçadas e rolamento. Há relatos de moradores que começam a evitar esse percurso. Vilanir Nascimento, moradora desde a inauguração do conjunto, diz: “A cada ano que passa fica mais difícil andar por ali, não sei até quando poderei subir, algumas vezes até evito, imagine para os idosos como é”.

Outro ponto são os diversos usos convivendo no mesmo espaço, conserto de eletrodomésticos, bicicletas, mercadinhos, carros estacionados, ônibus, lixo, entulho etc. Por essa razão as pessoas acabam andando pelo rolamento. Como se observa no mapa 04, a caixa da via permite a criação de uma faixa de circulação para os pedestres, é um potencial que pode ser aproveitado.

Entretanto, qualquer proposta deve ser discutida com a comunidade sob pena de não se efetivar. É uma difícil mediação já que os interesses são muitos e diversos, mas é um exercício necessário. Para melhorar a qualidade de vida dos moradores é preciso uma reflexão dessa obra construída por eles. Esse diálogo pode levar a um amadurecimento da relação comunidade-espaço, otimizando uma solução através de um pacto social. A seguir, apresenta-se o mapa 05 os desafios e o relato do percurso realizado com pessoa com deficiência (uso de muletas).



01
Largura da calçada: 2,0m.
Piso em ladrilho hidráulico,
Sem sinalização podotátil.



02
Largura da calçada: 0,7m.
Piso em cimento rústico, sem
sinalização podotátil.
Sem rebaixamento.



03
Largura da calçada: 0,3m.
Piso em cerâmica, sem
sinalização podotátil.
calçada obstruída.



04
Largura da calçada: 0,7m.
Piso em cerâmica,
Sem podotátil.



05
Largura da calçada: 0,8m.
Piso areia, ocupado por lixo,
Sem sinalização podotátil.



06
Largura da calçada: 2,5m.
Piso em ladrilho hidráulico,
Sem podotátil, com buracosl.

LEGENDA:

- RESERVATÓRIO DE ABASTECIMENTO
- ESCOLA
- CENTRO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
- CENTRO COMUNITÁRIO
- POSTE
- PERCURSO
- PONTO DE ÔNIBUS
- ÁREA INSTITUCIONAL
- ÁREA RESIDENCIAL
- COMÉRCIO/SERVIÇO
- USO MISTO

**MAPA 06 - PERCURSO DO PASSEIO
ACOMPANHADO COM PESSOA
COM DEFICIÊNCIA.**

ELABORADO PELA AUTORA COM BASE EMLEVANTAMENTOS NO LOCAL SOBRE IMAGEM RETIRADA DO GOOGLE EARTH FOTOAÉREA DE 2009, ACESSO EM 08/11/2010.

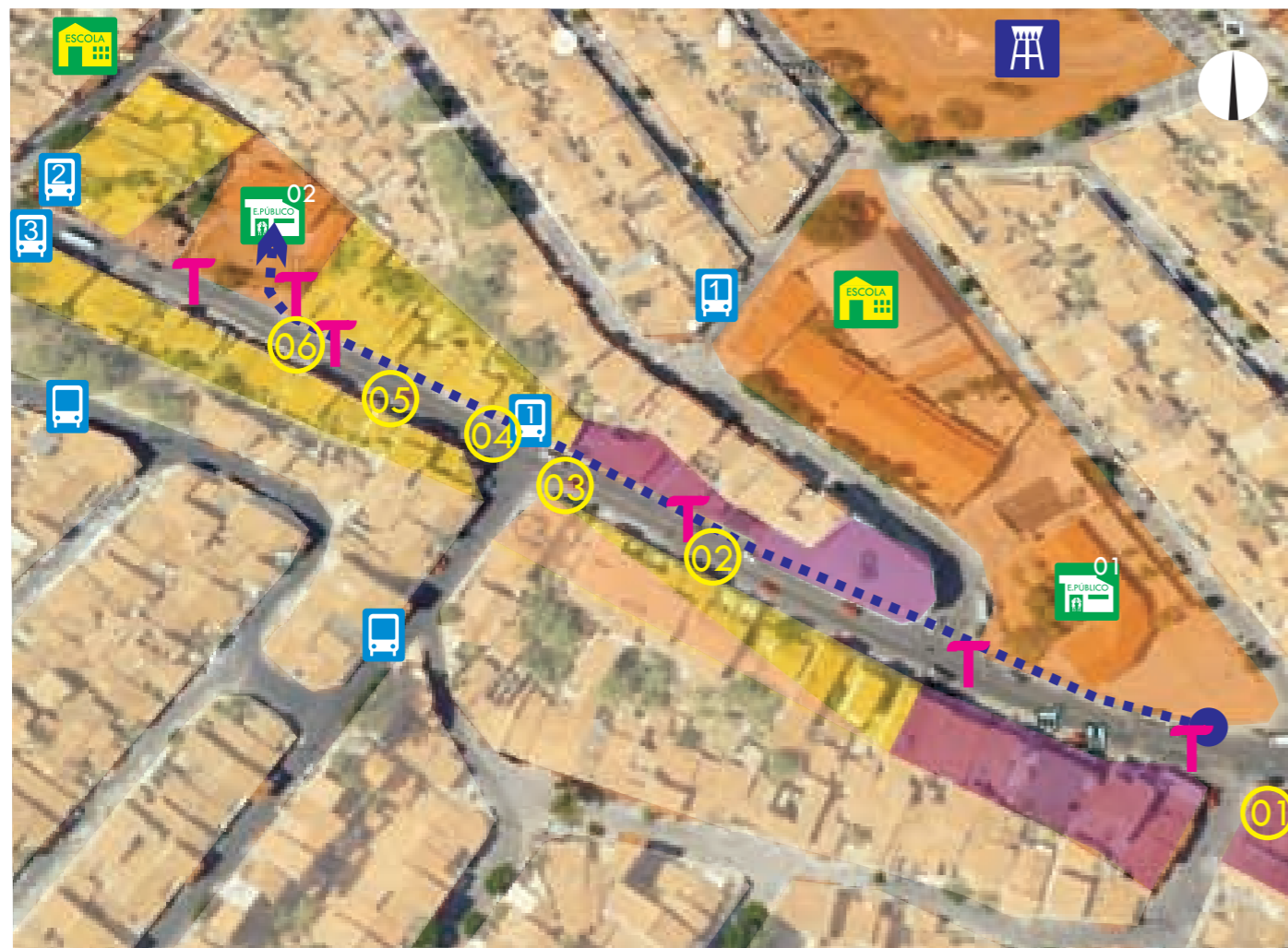
No depoimento final sobre o trecho, o entrevistado Edmar relata:

- *Os muitos desníveis podem prender a muleta;*
- *As calçadas são estreitas;*
- *Os obstáculos atrapalham (referindo-se ao mobiliário urbano mal colocado);*
- *Tenho que andar no meio da rua porque o povo coloca os troços na calçada;*
- *Imagino fazer isso na época de chuva, quantas quedas, quantas borrachas da muleta perderia.*

Para Edmar ficou explícita a insegurança que a pessoa com deficiência sente nesses locais, obstáculos como lixo, entulho, veículos etc. Tudo isso somado ao fato de ter de andar olhando para trás para não ser atropelado. A leitura feita pelos moradores a respeito de uma “urbanização” com calçadas revestidas de cerâmica nas quais se pode escorregar torna a situação ainda mais precária. Além disso, as ocupações irregulares das calçadas fazem com que não haja espaço para a envergadura da muleta e a pavimentação inadequada faz as borrachas de proteção deslizarem. Alguns pontos de impedância em relação às Pessoas com Mobilidade Reduzida (PMR):

- Os desníveis fazem o percurso perder sua continuidade;
- As invasões causam um estreitamento dos passeios.
- A pavimentação é inadequada;
- As ocupações estáticas dos passeios e mesmo da via o fazem andar na rua e por isso, geram insegurança;
- O posicionamento dos mobiliários urbanos é inadequado;
- Buracos, lixo e entulho ocupando áreas de circulação.

Por fim a PMR conseguiu acessar o equipamento público Centro Comunitário Santa Terezinha, no entanto, foi um percurso perigoso e muito distante do que pede a NBR 9050. Segundo Edmar. o trajeto foi cansativo, perigoso e gerou muita ansiedade já que a preocupação com os veículos e com o espaço necessário para a locomoção com muletas foi constante. O outro percurso do passeio acompanhado foi realizado com um deficiente auditivo e uma pessoa com mobilidade reduzida (PMR). O mapa 06, a seguir, mostra os pontos críticos do percurso.



01 Largura da calçada: 2,0m.
Sem faixa de travessia,
Sem sinalização sonora.



02 Largura da calçada: 0,7m.
Piso em areia, carro estacionado obriga o pedestre ir para rua.



03 Calçada ocupada, carros obstruindo a passagem, pedestres precisam circular pela rua.



04 A via de mão dupla é utilizada pelos pedestres que competem com carros.



05 Motos e bicicletas competem com pedestres que circulam pela rua.



06 No centro comunitário os carros ocupam a calçada, crianças andam pela rua.

LEGENDA:

- PERCURSO
- PONTO DE ÔNIBUS
- RESERVATÓRIO DE ABASTECIMENTO
- ÁREA INSTITUCIONAL
- COMÉRCIO/SERVIÇO
- POSTE
- ESCOLA
- CENTRO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
- CENTRO COMUNITÁRIO
- ÁREA RESIDENCIAL
- USO MISTO

MAPA 07 - PERCURSO DO PASSEIO ACOMPANHADO COM PESSOA COM MOBILIDADE REDUZIDA E DEF. AUDITIVO.

ELABORADO PELA AUTORA COM BASE EM LEVANTAMENTOS NO LOCAL SOBRE IMAGEM RETIRADA DO GOOGLE EARTH FOTOAÉREA DE 2009, ACESSO EM 08/11/2010.

Para Vanessa, deficiente auditiva, o ponto mais crítico foi o da travessia da rua onde não há semáforo e ambas as ruas do cruzamento possuem mão dupla como se observa na Foto 01 do Mapa 06. Segundo ela, fica difícil a orientação com tanto movimento ao redor e sem a faixa de pedestre. Nessa situação sentiu grande insegurança. A entrevistada Camila, com mobilidade restrita, relatou que o desafio da travessia foi ser ágil em tempo hábil para atravessar.

Na Foto 02 (mapa 07) tiveram de caminhar pelo meio do rolamento em razão do lixo e do carro estacionado. Para Vanessa, o perigo não foi maior por que estava acompanhada, já que não podia contar com a audição para sentir a proximidade dos carros. Camila procurou caminhar mais rápido, não sem dificuldades por conta de suas restrições de mobilidade.

Nas Fotos 03 e 04 (mapa 07) elas constatam que a insegurança atinge a todos, não é perigoso apenas para os deficientes. A Foto 04 mostra um ponto crítico: carro, bicicleta, idosos, mulher com criança andando pelo rolamento.

A Foto 05 (mapa 07) mostra a ocupação do passeio por bicicletas em conserto, dificultando a circulação. Observam-se também os carros estacionados em uma das duas únicas calçadas do trecho e as pessoas andando pela rua.

Após o percurso a entrevistada Vanessa (pessoa com deficiência auditiva) relata:

- *Para o pessoa com deficiência auditiva é muito complicado tantos carros naquele primeiro cruzamento, o ideal seria colocar um semáforo.*
- *Na descida é muito complicado, pois o surdo tem que ficar toda hora olhando para trás, se não vem carro.*

Para ela, a maior dificuldade foi a orientação sem sinalização e calçada para o pedestre.

Entrevistada Camila (PMR) revela suas maiores dificuldades no percurso:

- *Esse trecho é muito inclinado, é uma descida muito grande. Você desce praticamente correndo.*
- *Não tem calçada, você tem que ir pelo meio da rua.*
- *Os carros ficam estacionados quase no meio da rua e você tem que passar.*

Para ela, a dificuldade maior foi a inclinação da ladeira.

Os três entrevistados destacaram os maiores desafios: o relevo, a falta de sinalização, a falta das calçadas e os obstáculos na rua (lixo, entulho, carros). As dificuldades variam com a deficiência ou restrição de mobilidade, mas é compartilhada por todos que circulam nesse contexto.

5.3 O TRECHO ESCOLHIDO E O PERCURSO DO PASSEIO ACOMPANHADO ATRAVÉS DA LEITURA TÉCNICA

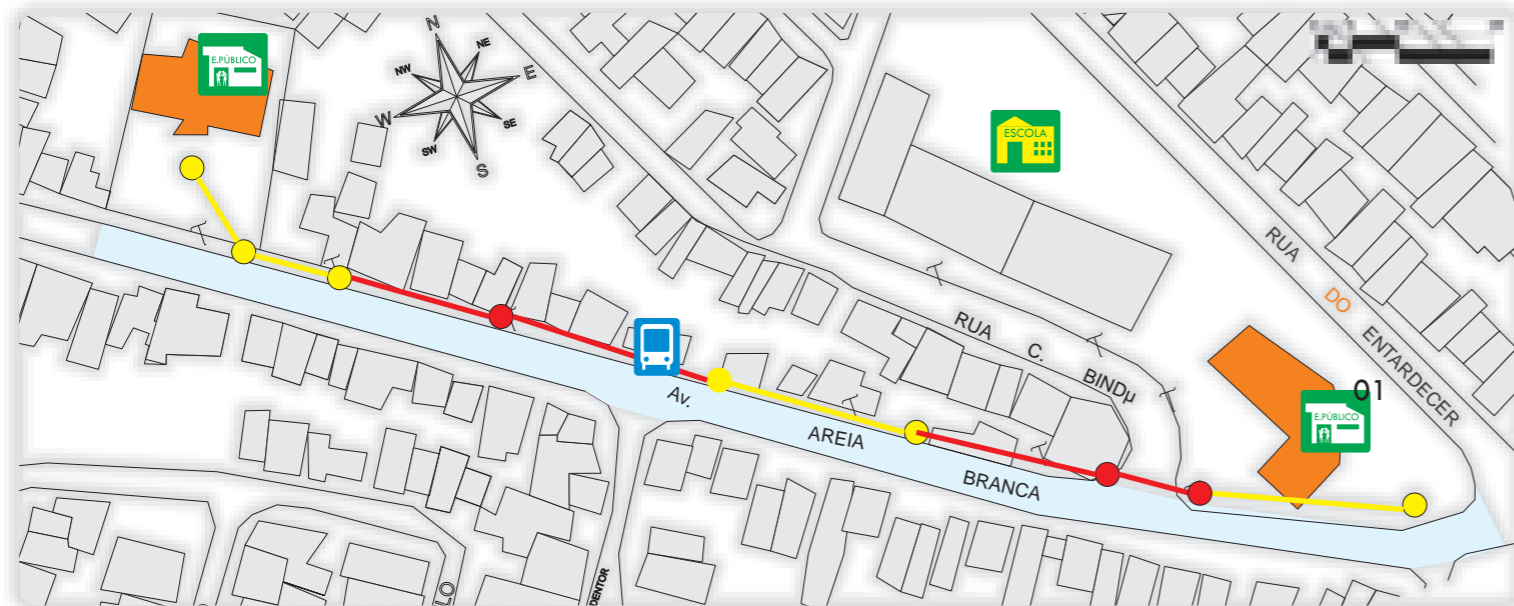


O trecho escolhido é o mais movimentado do conjunto, a avenida principal de interligação do morro com a cidade. Nesse contexto encontram--se alguns equipamentos públicos e muitos comércios. Na visita ao conjunto foi feito um levantamento com medição e registro dos passeios em seu estado atual, posição de mobiliário urbano, material de pavimentação e sinalização podotátil foi revelado:

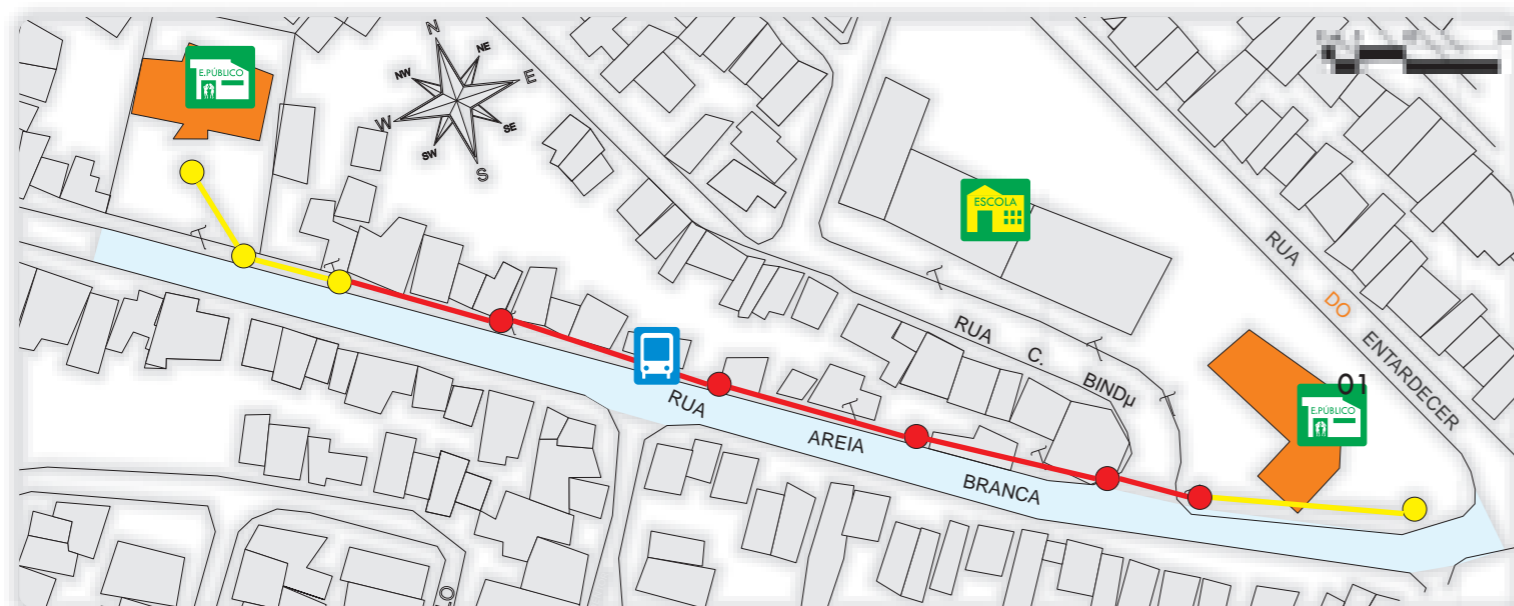
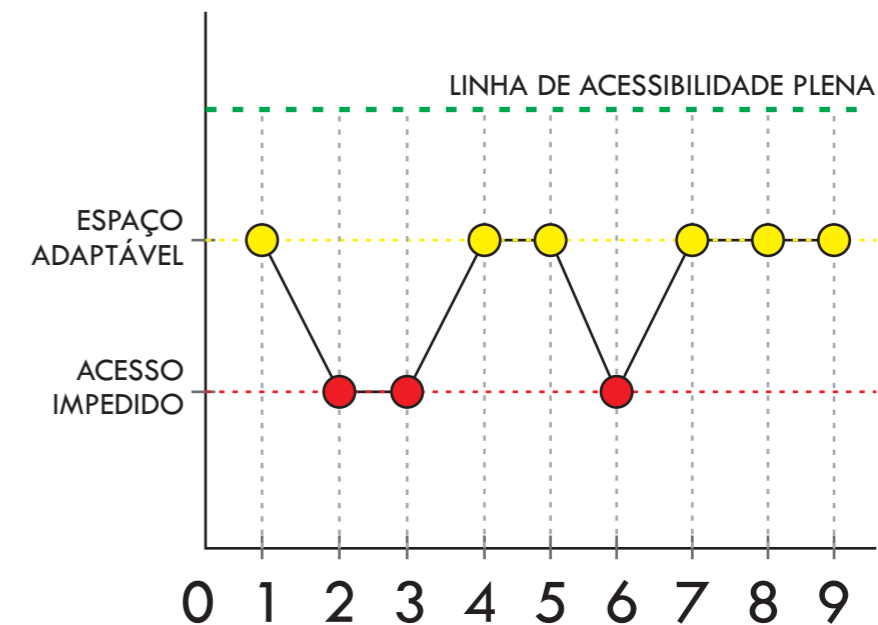
- Há ocupação irregular dos passeios (originalmente media 2,5m e em alguns trechos não chega a 0,4m, quando não é inexistente);
- Há acúmulo de lixo e entulho em parte do trecho;
- Alguns comerciantes, além de utilizarem o passeio como parte do lote, ocupam a rua com objetos em conserto;
- Em nenhum ponto há sinalização podotátil;

- A pavimentação inadequada se faz presente com cerâmicas lisas, piso hidráulico deteriorado, e, em algumas partes, areia;
- A ocupação irregular dos passeios impossibilitou postes de iluminação em parte do trecho e criou um mau posicionamento dos mesmos;
- Os passeios, em alguns pontos, não acompanham o greide da rua, tendo uma diferença de nível de mais de 1m;
- Em nenhuma esquina do trecho se observa rampa de travessia,
- Não há sinalização ou adaptação do ponto de ônibus;
- Não há faixa de pedestre nas travessias.

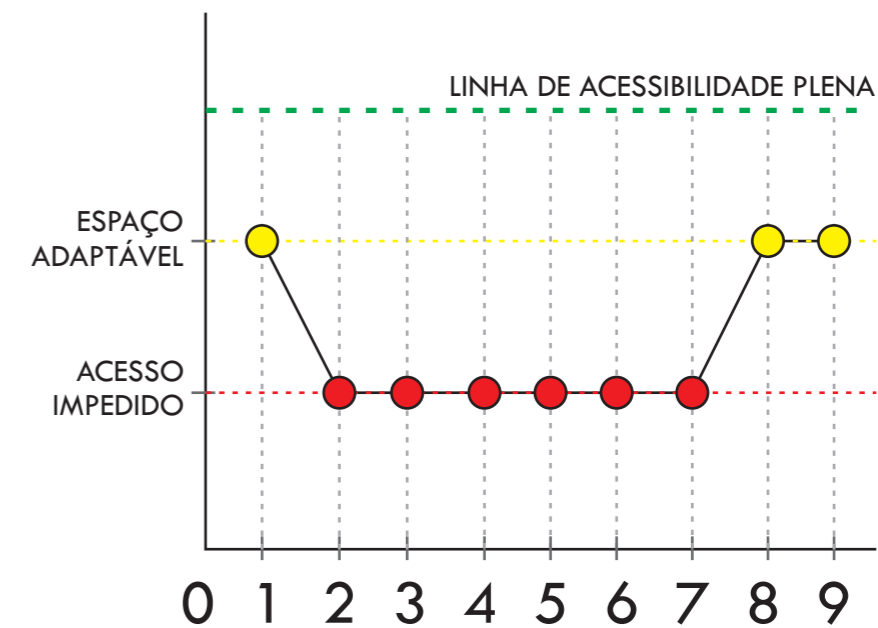
A seguir apresenta-se o mapa da leitura técnica mostrando pontos críticos dos dois percursos, assim como gráficos de desempenho do espaço urbano frente aos graus de acessibilidade encontrados.



MAPA DA LEITURA TÉCNICA - NÍVEIS DE ACESSIBILIDADE NO PERCURSO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LOCOMOÇÃO COM MULETAS).



MAPA DA LEITURA TÉCNICA - NÍVEIS DE ACESSIBILIDADE NO PERCURSO PARA DEFICIENTE AUDITIVO E PESSOA COM MOBILIDADE REDUZIDA.



LEGENDA:

- ESPAÇO LIVRE-ACESSÍVEL
- ESPAÇO ADAPTÁVEL
- ACESSO IMPEDIDO
- CENTRO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
- ESCOLA
- CENTRO COMUNITÁRIO
- PONTO DE ÔNIBUS
- LINHA DE ACESSIBILIDADE PLENA

MAPA 08 - LEITURA TÉCNICA DO TRECHO DO PASSEIO ACOMPANHADO.

ELABORADO PELA AUTORA COM BASE EM LEVANTAMENTOS NO LOCAL SOBRE IMAGEM RETIRADA DO GOOGLE EARTH FOTOÁREA DE 2009, ACESSO EM 08/11/2010.

Para a pessoa com deficiência física - uso de muletas - o trecho apresentou dificuldades, sobretudo pelo espaço que essa deficiência exige na envergadura das muletas, desníveis e problemas de pavimentação e ocupação nos passeios. O entrevistado Edmar logo mencionou o período de chuvas, para ele o mais perigoso do ano devido a possíveis acidentes, com grande preocupação. Ele acredita que muitos deficientes nessa época evitam sair de suas casas em função do risco de acidentes.

A leitura técnica aponta através do gráfico dos graus de acessibilidade, uma classificação de espaço adaptável no qual se indica que com algumas melhorias - como uma via de pedestres apontadas na Figura 11 como solução de visitabilidade - a qualidade de vida e a segurança de circulação se elevariam muito. A seguir os pontos críticos, segundo leitura técnica.



Fotos 28 e 29: Passeio tomado por lixo e ausência de rampas. Fonte: Arquivo pessoal da autora.



Fotos 30 e 31: Passeio ocupado de forma irregular e pavimentação inadequada. Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Em relação à entrevistada Vanessa, deficiente auditiva, os maiores riscos aconteceram na travessia do primeiro cruzamento, pela falta de sinalização e orientação decorrentes do grande fluxo de carros, sem semáforo e faixa de pedestres. No decorrer do percurso, caminhar pelo meio da rua foi outro ponto crítico, pois ela confiou na amiga para resguardar-se dos carros.

Para a entrevistada Camila, o maior desafio visivelmente foi a inclinação, pois ela perdeu o ritmo de caminhada algumas vezes e poderia ter caído. Se o percurso tivesse sido feito em sentido contrário talvez ela não tivesse conseguido completá-lo devido ao esforço necessário. Como se pode observar, os gráficos, se comparados, mostram uma dificuldade maior no segundo percurso. Isso se deve ao fato de que a falta de um sentido de orientação (audição), e a dificuldade de locomoção sem ajudas técnicas (bengala, muleta) da PMR tornou a circulação mais difícil para Vanessa e Camila.

Um resultado inicialmente surpreendente, já que se imagina uma dificuldade maior para um amputado do que para pessoa com deficiência auditiva ou PMR. No entanto, o que se observou foi que a orientação pelos sentidos é fundamental em ambientes com muita informação, a audição fez muita falta num contexto tão complexo e que necessita tanta atenção em função dos riscos de acidente.

Deficiências que em uma área formal, onde já há indícios de adaptações, parecem menos limitantes, em situações extremas como a encontrada na Avenida Areia Branca no Conjunto Santa Terezinha têm maior dificuldade de articulação na circulação. A PMR, por não estar utilizando de nenhuma ajuda (bengala, ou objeto de apoio), ressentiu-se na declividade, teve dificuldades de controlar os movimentos tornando árduo o percurso que durou menos de cinco minutos.

Concluindo, as dificuldades das variadas deficiências e restrições de mobilidade não são óbvias e se exacerbam em contextos informais nos quais as adaptações inexistem, ou tem um contexto de aplicação mais dificultado por suas características urbanas. Em seguida, colocam-se os desafios e as perspectivas para acessibilidade no contexto informal.

5.4 O CAMINHAR NO CONJUNTO SANTA TEREZINHA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.



“... Os assentamentos informais – e a conseqüente falta de segurança da posse, vulnerabilidade política e baixa qualidade de vida dos seus ocupantes que lhes são características – resultam não somente do padrão excludente dos processos de desenvolvimento, planejamento e gestão das áreas urbanas, mas também da natureza da ordem jurídica em vigor. Ao longo do processo de urbanização intensiva, mercados de terras especulativos, sistemas políticos clientelistas e regimes jurídicos elitistas não têm oferecido condições suficientes, adequadas e acessíveis de acesso à terra urbana e à moradia, para os grupos sociais mais pobres, assim provocando a ocupação irregular e inadequada do meio ambiente urbano...” (ROLNIK, et al., 2006. p.18)

Como é conhecido e relatado por vários autores, os assentamentos informais muitas vezes estão localizados em encostas de morros, dunas em situações de alta declividade e sofrem alto risco de desabamento, dentre outros inconvenientes. No caso do Santa Terezinha, dados do censo da associação dos moradores, revelam que em 2005 havia 700 casas em situação irregular no conjunto; em 2008 o número subiu para 898 casas irregulares, fruto da ocupação de áreas públicas.

Esse aumento da informalidade gera impactos no tecido urbano. Observa-se no conjunto, além do processo de verticalização, a invasão dos passeios e as ocupações estáticas do mesmo. Os espaços públicos também estão bastante sucateados e a última reforma aconteceu em 1990 com a Praça Governador Tasso Jereissati.

Em nenhum ponto do trecho percorrido onde havia cruzamento de vias se observou rebaixamento, e caso houvesse, seria difícil uma aplicação da norma com um dos rebaixamentos propostos devido à ocupação irregular do passeio. Com exceção dos passeios dos prédios institucionais, a maioria varia de largura entre 0,30m e 1,00m, isso quando existem. Nessas dimensões nem o módulo para pessoa com deficiência (1,2m x 0,90 - para atender diversas deficiências) poderia ser atendido.

O poste, embora alinhado no passeio corretamente, por conta da invasão se configura em obstáculo. A norma pede uma faixa livre de 1,20m, mas não é possível ser contemplada nesse contexto. O problema das ocupações irregulares impossibilitam muitas pessoas com deficiência circular na comunidade.



Foto 32 e 33: Falta de sinalização tátil e mobiliário urbano em alinhamento inadequado. Fonte: Arq. pessoal.

Diante da observação do percurso surgiu o questionamento: a invisibilidade da pessoa com deficiência no conjunto se deve à própria dificuldade de circular nesse meio urbano? Essa indagação remeteu a uma série de depoimentos dos usuários desse espaço. José da Silva Atanásio, cadeirante há onze anos, relata existir cerca de quinze deficientes como ele morando no Santa Terezinha. Muitos deles ficam em casa por conta da dificuldade de circular pelas ruas e pelo constrangimento que passam nos ônibus. Nesses anos em que viveu na condição de cadeirante, foram sete cadeiras. Segundo ele, as elétricas não têm força de enfrentar as ladeiras, as não motorizadas duram mais. A manutenção fica onerosa, é lixo, pedras etc., e as peças se desgastam mais rapidamente pelas péssimas condições de circulação enfrentadas em seus cotidianos.

Ao tentar mobilizar cegos para o percurso do passeio acompanhado todos recusaram o convite, além da violência, informaram que só circulam em ambientes conhecidos e não se sentiram seguros para subir o morro em um trajeto desconhecido. Realmente é muito difícil, pois o barulho e a falta de referência de orientação confundem os sentidos e aumentam a insegurança. Para os deficientes auditivos o drama é parecido, pois a falta de sinalização, de faixas para pedestres os confundem no percurso. Isso se soma ao fato de precisarem andar pelo rolamento, por não existirem calçadas em vários trechos, tendo de olhar para trás durante a caminhada, o que deixa o trajeto perigoso e estressante.

Então, as dificuldades de percurso cotidianamente agravam a invisibilidade da pessoa com deficiência. A complexidade se apresenta dialeticamente no trinômio: Fragilidade social - Condição corpórea da pessoa com deficiência - Estrutura urbana informal com suas especificidades explicitadas nos conflitos de uso, nas relações estabelecidas 'no' e 'com' o espaço público. Diante do quadro exposto, o que fica evidente com a experiência do passeio acompanhado é que a qualidade do espaço público urbano tem um peso enorme para a vivência da cidade.

Diante da experiência, da vivência e da percepção, proporcionadas pelo ato de caminhar refletindo sobre o trajeto, observam-se dois pontos importantes no caminho da sociedade inclusiva: o acordo social estabelecido no espaço público ampliado³⁹; e as mudanças nas políticas públicas no sentido de que, assim como a legislação de parcelamento aceita condições especiais em áreas de interesse social, o sistema normativo referente aos parâmetros de acessibilidade pode oferecer soluções específicas para o contexto local.

No espaço informal observa-se um potencial comunitário, um campo de decisões a serem tomados por quem está modificando o espaço cotidianamente. Observa-se uma vida cheia de atividades realizadas no espaço público interferindo o tempo todo na circulação dos pedestres por isso, por esse espaço ser tão coletivo, é preciso que haja a compreensão e a reflexão da obra. Um novo desafio para o poder executivo: mediar esse espaço, e não apenas regulamentar.

³⁹ Espaço de discussão, cidadania e reflexão sobre a vida nas cidades, compreendendo o direito de voz no planejamento como ferramenta transformadora da produção do espaço expostos desde a Constituição, e com o Estatuto das Cidades, dá-se o espaço público ampliado, fortalecido na dimensão local, com os acordos comunitários.

IV PARTE
Configuração Urbana Informal e Acessibilidade



**CONFIGURAÇÃO URBANA INFORMAL E PARÂMETROS DE ACESSIBILIDADE:
POTENCIALIDADES E DESAFIOS DE APLICAÇÃO NO CONJUNTO SANTA
TEREZINHA.**



Essa pesquisa objetivou compreender as especificidades da estrutura urbana de um assentamento informal e identificar quais são os desafios e limites definidos por essa configuração urbana à aplicação de parâmetros de acessibilidade em áreas informais. Nesse sentido, constatou-se que a complexidade das questões inseridas nesse objetivo foi diversificada em todo o processo, relacionada não apenas ao que é definido no espaço público pela forma, pela estrutura urbana e suas funções, mas também pelos conteúdos e dinâmicas sociais encontrados no Conjunto Santa Terezinha.

Assim sendo constatou-se que, se para Lefebvre a cidade é uma obra social, observou-se nesse trabalho que a acessibilidade também o é.

Nesse processo de compreensão da relação de parâmetros de acessibilidade-informalidade, fez-se presente a necessidade de iniciar o trabalho com a reflexão sobre a produção do espaço informal e seu contexto no Brasil. Assim como as dificuldades de mensurar o problema e os paradigmas ocultos na invisibilidade social revelando a fragilidade social das pessoas residentes nessas áreas. A falta de acessibilidade nesse contexto nos remete também a uma falta de direitos.

Esses conteúdos contribuíram para identificar os desafios das políticas de enfrentamento da informalidade e para a crítica da produção desigual do espaço na qual a maior parcela da população acaba tendo de resolver sua necessidade de abrigo com a autoconstrução, gerando problemas de acessibilidade, dentre outros. Em contraposição a essa realidade, na perspectiva da justiça social onde se discute a função social da propriedade e os direitos de terceira geração, a Constituição de 1988 e o Estatuto das Cidades de 2001 colocam seus instrumentos e dispositivos legais para o reconhecimento da cidade real em prol da recuperação e reintegração das áreas informais na cidade através da regularização fundiária e da lei específica para as Áreas de Interesse Social.

Nessa perspectiva, novas possibilidades surgem na discussão e concretização do direito à cidade. A acessibilidade é um dos tantos caminhos para essa discussão. A transversalidade do tema traz fortes questionamentos sobre essa obra social que é a cidade, suas dinâmicas espaciais e sobre a vida cotidiana, no que se refere aos hábitos urbanos de ocupação dos espaços que interferem diariamente no acesso e na vivência do lugar.

Seguindo com o estudo, outra etapa importante da análise foi identificar as dificuldades de aplicação dos parâmetros de acessibilidade baseado no estudo das implicações formais do urbano informal, fundamentado em três categorias de análise relativas a esse contexto urbano em seus diferentes aspectos: a forma (a estrutura urbana informal), as estruturas (as regulações normativas referentes à acessibilidade), e as funções (de permitir o livre acesso e as trocas sociais no espaço público, circular). Interligando esses três conteúdos os conflitos são expostos dialeticamente entre eles, advindo sem dúvida, das questões sociais resultantes desse movimento de forças.

Nesse sentido, no que se refere à forma da estrutura urbana informal suas características e especificidades que mais desafiam a aplicação de parâmetros de acessibilidade e que expõe a condição de aplicação parcial da NBR 9050 nessas áreas foram:

- O relevo acidentado, e as soluções improvisadas relativas aos desníveis (restringindo ou mesmo tornando impraticável em alguns pontos os parâmetros relativos à inclinação de rampas);

- O traçado irregular das vias de circulação; sejam eles relativos à largura das vias ou pela circulação feita por escadarias, que impede parcela da população de circular (restringindo ou limitando a aplicação da faixa livre nas calçadas, assim como a sinalização podotátil);
- A relação próxima entre espaço público e privado, com os diversos usos da via e das calçadas com objetos e veículos, conflitantes com a circulação; (limitando ou tornando impraticável a faixa livre e a continuidade dos percursos);
- As limitações de espaço ou de materiais (restringindo a solução de rampas em determinadas situações, o uso de pontos de ônibus com abrigo).

Nas imagens a seguir, observam-se esses conflitos e suas inter-relações.



Foto 34 e 35: Os problemas relativos à relação relevo-informalidade. Arquivo pessoal, 2010.



Foto 36: Acesso por escadarias, sem possibilidade de rampa devido às ocupações irregulares. Arq. Pessoal, 2010.

São estas as características específicas dos assentamentos informais que somadas aos conteúdos sociais das relações estabelecidas entre o homem, os espaços e a vizinhança que diferenciam essas áreas de outras na cidade, e por isso suas questões relativas à acessibilidade também são diferenciadas. É importante observar, nesses elementos formais identificados, que nem tudo é problema ou impedimento, é possível um diálogo no conflito para a superação dos obstáculos. Partindo da perspectiva da acessibilidade também como uma obra social é preciso uma reflexão em separado desses elementos.

Começando a reflexão com o relevo, observam-se não só os problemas de soluções dos desníveis que por vezes inviabilizam o acesso, mas um elemento da paisagem que tem um forte valor cultural nas ocupações tradicionais das culturas praianas. No Ceará, muitas cidades estão inseridas em falésias e dunas, e nesses casos, as implicações aos tecidos urbanos são muitas. Como especificidade de muitas áreas informais o relevo é uma característica cujas questões residem não apenas nele em si, mas na sua relação com a informalidade, e é essa relação que precisa ser discutido como solucionar os acessos sem gerar impedimento. Como será feito o acesso ao lote e onde será a via de circulação? Como o espaço público será compartilhado entre pedestre, veículos e usos?

E essas respostas se diferenciam e precisam ser desenvolvidas junto à comunidade. Sem dúvida, o desenho urbano pode facilitar essas soluções, mas é de suma importância que essa alternativa seja assimilada pelos moradores em seu cotidiano. Em razão dessa observação, evidencia-se outra escala cujas decisões precisam envolver toda a comunidade: a pontual (a da rua). Nela as intervenções urbanísticas podem partir da discussão e da compreensão dos hábitos dos moradores da rua, precisamente do ponto de intervenção, sem perder de vista o todo, mas considerando que podem existir práticas diferentes de uma rua para outra, diferenciando as soluções.

A importância do estudo dessas práticas urbanas relativas à relação entre o espaço público e privado se evidencia como outro elemento importante de compreensão para a aplicação de parâmetros de acessibilidade, pois expõe tanto a dificuldade de acesso resultante do conflito de usos quanto o potencial transformador de um espaço cheio de encontros, conflitos e necessidades. A rua pulsa, e sobressalta o pedestre.



Fotos 37 e 38: Os diversos usos e ocupações irregulares na rua dificultam a segurança da circulação. A foto 36 é também um ponto de ônibus. Arquivo pessoal da autora, 2010

Como exemplo desse sobressalto observa-se a Foto 37. Nesse mesmo local há um ponto de ônibus não sinalizado, uma oficina que utiliza a calçada como canteiro para sua reforma e a rua com os consertos e serviços, ônibus passando dos dois lados da via e carros estacionados. Apesar da insegurança, muitas pessoas transitam. Entretanto, alguns passam a evitar esse trecho que para idosos, cadeirantes e cegos oferece um risco constante. Diante disso, de que forma pode-se restabelecer a participação desses pedestres na construção do lugar, dessa comunidade que também é sua?

A essa indagação não se segue uma resposta pronta, pois um último elemento formal deve ser observado: a restrição de espaço e materiais. Essa limitação é ampla e vai do espaço privado onde o lote não tem tamanho definido e articula-se com o espaço público através de escadarias. Nas vias apresentam-se outros desafios como a circulação descontinuada pelas ocupações irregulares das calçadas e vias e a falta de sinalização.

Outra restrição é a de recursos e materiais pelas quais o espaço vai sendo construído com algumas inadequações perante os parâmetros de acessibilidade. Piso escorregadio, rampas muito inclinadas, canteiros de obra em locais inadequados, assim como o descarte do entulho. A própria dinâmica de construção e transformação corrente observada nesse espaço durante o período da pesquisa expôs uma realidade ilusoriamente passageira na qual a circulação é constantemente interrompida por esses processos. Diante disso, de que maneira melhorar e modificar o espaço garantindo a circulação?

São essas perguntas geradas pelos elementos formais que pode fomentar a discussão sobre uma forma mais harmônica de compartilhar esse espaço. Diante desses questionamentos advindos da complexidade desse ambiente urbano informal retomam-se os parâmetros contidos na NBR 9050 buscando soluções e potenciais de aplicação. Nessa perspectiva, parâmetros tais como: a rota acessível, a faixa livre e o conceito de espaço visitável⁴⁰, ampliam as alternativas projetuais para implementação da acessibilidade nesse contexto.

Com esses elementos é possível traçar uma estratégia para iniciar um processo de abertura para assimilar a acessibilidade como uma necessidade e um valor na comunidade. Dessa forma, a visitabilidade surge como um elemento a ser agregado à NBR 9050, não descartando a necessidade de realizar outros estudos mais aprofundados a respeito do que seriam parâmetros mínimos. Nesse estudo, o encontrado no campo nos levou à elaboração das seguintes diretrizes de visitabilidade, que marcam um princípio de discussão da acessibilidade em áreas informais:

⁴⁰ O conceito de espaço visitável atualmente pela NBR 9050 é aplicado apenas às edificações, em função disso esse estudo propõe um desdobramento (a visitabilidade) levado ao urbano.

- Mobilizar a comunidade em torno da discussão sobre a importância da acessibilidade na vida comunitária;
- Conhecer o cotidiano da comunidade e suas reais necessidades;
- Construir uma rede de visitabilidade junto à comunidade numa parceria entre comunidade, planejadores e representantes do poder público;
- Garantir uma faixa livre articulada e sinalizada dentro da comunidade;
- Garantir sinalização podotátil e marcação dos desníveis (por cor);
- Sinalizar e disponibilizar mapas da comunidade com os pontos de visita disponíveis e os serviços acessados em cada um deles;
- Garantir pontos de visitas nos equipamentos públicos com pontos de ônibus, potencializando as condições de acesso.

Paulatinamente precisamos construir a acessibilidade num esforço igual ao descrito pelo poeta Olavo Bilac⁴¹: “Trabalhando e teimando, e limando, e sofrendo, e suando”. Arquitetos assumem hoje um papel muito mais rico e interessante, o de mediadores entre várias dimensões: “acessibilidade-comunidade-assentamento informal”, “normativa-planejamento participativo-elaboração de parâmetros”.

Depois desse estudo acredita-se que a questão da implementação da acessibilidade deve ser vista como um processo. Não é algo pronto, retirado somente de normas ou manuais. Já que a cidade é um produto social que expressa todos os seus conflitos, é preciso repensar essa obra, rever valores, construir soluções. O planejamento participativo, acredita-se, é a chave para essa questão.

Dessa forma a relação apresentada na ‘visitabilidade-vivenciabilidade’ expõe uma discussão inicial: como garantir um mínimo de condições de acesso possibilitando uma visita? Essa indagação gera uma primeira contradição: é direito à cidade esse que só permite visita? Se visto como uma questão acabada, não. Entretanto a visitabilidade-vivenciabilidade é uma proposta de processo, de elaboração e assimilação da importância de conceitos e conteúdos da acessibilidade e do direito à cidade.

⁴¹A um poeta – poesia de Olavo Bilac do livro Bilac Tempo e Poesia publicado em 1965.

Nessa dinâmica proposta há processos importantes a serem feitos individual e coletivamente: a reflexão constante da obra, a consciência do potencial transformador das comunidades humanas, a luta pela vida nas cidades e por uma justa partilha das conquistas advindas do trabalho, da produção da cidade. Visitabilidade-vivenciabilidade é um tema transversal que discute o espaço em função da vida e não a vida em função do espaço, propõe uma cidade provocadora de oportunidades, de encontros.

Na perspectiva da acessibilidade como processo dinâmico, a visitabilidade-vivenciabilidade em áreas informais é uma abordagem onde não se pode perder de vista a estratégia: é uma visita que se prolonga até uma permanência. Para vivenciar a cidade, é preciso um esforço social em muitas frentes: em soluções de desenho urbano, um maior controle social do espaço e suas dinâmicas, e uma interação social para que a pessoa com deficiência ultrapasse o estigma e seja aceita na comunidade como membro com necessidades que devem ser reconhecidas e importantes para todos.

Numa perspectiva ampliada, é necessária a elaboração do homem urbano, como dizia Lefebvre (1991), e um pensamento filosófico que promova o encontro para emergir a nova obra. Não só o debate, mas a construção do direito à cidade e desse outro espaço urbano modificado por outra pauta, mais justa.



Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR – 14021:1997**– Transporte- Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência em ônibus e trólebus, para atendimento urbano e intermunicipal. Impresso no Brasil, ABNT,1997.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050:2004** – Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. Impresso no Brasil, 2ª Edição, Rio de Janeiro: 2004, 97p.

BARROS, Fernanda Paes de Witold Zmitrowicz. **Readequação do uso de áreas de fundo de vales desocupadas por intervenções em assentamentos informais**. São Paulo: EDUSP, 2005.

BINS ELY, Vera Helena Moro; OLIVEIRA, Aíla Seguin Dias Aguiar de. **Acessibilidade Em Edifício De Uso Público**: Contribuição De projeto De Extensão Na Elaboração De Dissertação. In: PROJETAR 2005 (II Seminário Sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura; Rebatimentos, Práticas, Interfaces), 2005, Rio de Janeiro. PROJETAR 2005, 2005.

BRASIL. Comissão Especial Câmara Federal. **PL 20/2007- Lei de Responsabilidade Territorial**. Brasília, 10 Setembro 2007.

BRASIL, Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: SF, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>. Acesso em 04/jun/2009.

BRASIL. Presidência da República. **Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000. 5 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 4 jun. 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº10.048 de 8 de novembro de 2000 e 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000. 20p.

BRASIL. LEI Nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. **Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.** Brasília, 1979.

BRASIL. **Retratos da deficiência no Brasil I(PPD)** /Marcelo Neri... [et al.].Rio de Janeiro:FGV/IBRE, CPS, 2003.

CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. (1998).*Cartilha de Acessibilidade.*

Diário Oficial da União. **Estatuto das Pessoas com Deficiência.** DECRETO nº 3.298 que regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989. Estado do Ceará.

Ministério das Cidades. Programa Brasil Acessível, caderno 2. **Construindo a cidade acessível.**Brasília,2004.

Ministério das Cidades. Programa Brasil Acessível, caderno 3. **Implementação do Decreto nº5.296/04.**Brasília,2004.

Ministério das Cidades Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana. Princípios e Diretrizes. Documento Para Debates a Ser Apresentado Ao Comitê Técnico De Trânsito, Transporte E Mobilidade Urbana Do Conselho Das Cidades. Ministério das Cidades Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana. Junho de 2004. Disponível em: http://www.viverbemnacidade.org.br/img/vb_mo_biblioteca/20080410181701.pdf.

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. **Acessibilidade um direito de todos –** Cartilha de orientação. Organizado por Rebecca Monte Nunes Bezerra.[et al.].Natal,2007.

PEREIRA, Sílvia Regina. **Percursos Urbanos:** Mobilidade Espacial, Acessibilidade E O Direito À Cidade. Grupo de Estudos Territoriais (GETERR) Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/297.htm>>. Acesso em: 19/12/2009.

Teses e Dissertações:

ARAÚJO, Maria Selma de Castro. **Os Donos da Casa:** das Políticas de Habitação aos Significados da Moradia. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Públicas e Sociedade. Fortaleza, 2005.

BRANDÃO, Fátima Regina Lopes. **A elaboração do saber nas lutas pela moradia:** um estudo sobre ocupações de terreno em Fortaleza. Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado em Educação da UFC. Fortaleza: 2001.

BUENO, Laura Machado de Mello. **Projeto e Favelas:** metodologia para projetos De urbanização, 2000. Tese (Doutorado), São Paulo: FAUUSP, 2000.

COHEN, Regina. **Cidade, corpo e deficiência:** Percursos e discursos possíveis na experiência urbana. 2006.228f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

DINIZ, João Paulo Gomes. **Chegar? Permanecer? Utilizar?** O olhar dos portadores de deficiência sobre a acessibilidade de dois centros comerciais em natal/RN. 2006. Trabalho Final de Graduação. Departamento de Arquitetura e Urbanismo Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

DISCHINGER, Marta. **Design for all senses:** accessible spaces for visually impaired citizens. Goteborg. Suécia, 2000. –Departament of Space and Process, School of Arqitetur, Chalmers University of Tecnology.

PIRES, Teresa Cristina Vieira. **A cidade sem barreiras é para todos?** Avaliação das condições de deslocamento no bairro da Cidade Alta, Natal/RN, face às intervenções em acessibilidade processadas entre 1993 e 1998. 2007.277f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

RABELO, Gilmar Borges. **Avaliação da acessibilidade de pessoas com deficiência física no transporte coletivo urbano 2008.**195f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil).

Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, Universidade federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

SILVA, Éder Roberto da. **O Movimento Nacional pela Reforma Urbana e o Processo de Democratização do Planejamento Urbano no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). Programa de Pós-graduação em Engenharia urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

SOUSA JÚNIOR, Rômulo Andrade de. **Avaliação da política pública de acessibilidade no período de 1992 a 2002 na cidade de Natal 2005**. 173f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

Internet:

ARAÚJO, Marinella Machado; CALENGAR, Patrícia Carvalho; AZEVEDO, Eder Marques. **Acessibilidade urbana no Estatuto da Cidade: o papel do plano diretor na construção dialógica das cidades sustentáveis**. In: IV Seminário Internacional Sociedade Inclusiva. Belo Horizonte, 17-20 de outubro de 2006. Disponível em: www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/sem4/038.pdf.

BARROS, Ana Maria Leite de. **Cidades, Fábricas de Excluídos?** In Anais: XII Encontro de geógrafos da América Latina. Montevideo, 2009. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area05/5056__Barros_Ana_Maria_Leite_de.doc (acesso em junho de 2010).

BBC. BRASIL. **Brasil 'tem a melhor legislação para deficientes das Américas**. http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2004/08/040825_deficienciass.htm. Acesso em 03/01/2009.

CARDOSO, Leandro. **Acessibilidade Urbana e Exclusão Social: novas Relações, velhos Desafios**. Disponível em: http://redpgv.coppe.ufrj.br/arquivos/Acessibilidade_e_Exclusao_SIMPURB2007.pdf.

CHOGUILL, Charles L. **Cidades Sustentáveis E Política Urbana**: Considerações Sobre A Política Urbana Nacional Do Brasil. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/dhtm/seer/index.feiz/cpgau/article/viewfile/129/34>

COORDENADORIA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA CORDE. **Direitos de cidadania** – Pessoas com Deficiência, Programa Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência. Disponível em: <http://www.presidência.gov.br/sedh/corde>>. Acesso em: 19/12/2009.

COSTA, Maria Clelia Lustosa. **Cidade 2000** - expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza. (Dissertação de Mestrado em Geografia Humana). São Paulo: FFLCH/USP, 1988.

DISCHINGER, Marta. BRANDÃO, Milena. GUIMARÃES, Elom Alano. RIGO, Walmir. **Passeios Acompanhados** – Método investigativo de leitura e compreensão do espaço construído através da interface usuário-pesquisador. In: 6º ERGODESIGN – 6º Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade de Interfaces Humano-Tecnologia: Produtos, Informação, Ambiente Construído e Transporte, CD-ROM, Bauru, 2006. ISBN: 85-99679-02-3.

FERNANDES, Edésio. **Os desafios da regularização fundiária em assentamentos informais consolidados**. In: REVISTA AU. São Paulo, ano 24, edição nº 186, setembro de 2009. Disponível em: <http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/186>. Acesso em: 05/01/2011.

FERREIRA, João S. W. **A cidade para poucos**: breve história da propriedade urbana no Brasil. Artigo para publicação no livro editado pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz, (no prelo), São Paulo, 2005. Retirado da FAUUSP (acesso em: 12 de junho de 2010).

FILHO, Prof. Mário Galvão de Queirós; SILVA, Prof. Edissa Fragoso da. **Por Uma Política Nacional de Acessibilização Urbana**. II Conferência Estadual das Cidades. Disponível em: <http://www.bengallegal.com/mariogalvao.php>>. Acesso em: 03/01/2009.

FROTA, H. B. . **REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DIREITO À MORADIA EM FORTALEZA/CE**. In: CONPEDI. (Org.). XVI Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008, v., p. 1576-1590.

GOMES, R. C. C.; SILVA, V. P. **Política Habitacional e Urbanização no Brasil**. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, num.146(083).< [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(083\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(083).htm)> [ISSN: 1138-9777]. Acesso em 10 de dezembro de 2009.

GUIMARÃES, Yanna. **Ponto Turístico Abandonado**. *Jornal o povo*, Fortaleza, 07 de fevereiro de 2008. Acesso 10 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.achanoticias.com.br/noticia.kmf?noticia=6944505>.

LIMONARD, Ester. Entre **A Ordem Próxima E A Ordem Distante**: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefévre. Ester Limonard PPGeo, Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Ciências, campus praia vermelha, Departamento de Geografia, UFF, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, JA, Brasil.2003. Acesso ao texto completo em: <http://www.uff.br/posgeo/publicações.htm>

LOBOSCO, Tales. **Práticas urbanas e produção do espaço em ocupações informais**. In: *Geotextos*, vol. 5, n.2, 2009. disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewArticle/3785>.

MOURA, Rosa. **Política Urbana Regional E Metropolitana**. Painel II – 2ª Conferência Nacional das Cidades. Brasília, dezembro 2005. Disponível em: <<http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/rede/parana/2confnaccid/falag2.pdf>>. Acesso em: 20/12/2008.

PEREIRA, Sílvia Regina. **Percursos Urbanos: Mobilidade Espacial, Acessibilidade E O Direito À Cidade**. Grupo de Estudos Territoriais (GETERR) Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/xcol/297.htm>>. Acesso em:19/12/2009.

Prefeitura da Natal. **Município e acessibilidade**. Apresentação em ppt disponível em:www.natal.rn.gov.br/semurb/plano_diretor/paginas/2004/dezembro/17/municipioeacesibilidade_dez2004.pdf>.

Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. **Acessibilidade No Transporte Coletivo Rodoviário Urbano**. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. Xerém2008. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/painelsetorial/palestras/Acessebilidade%20no%20Transporte%20Coletivo%20Rodovi%C3%A1rio%20Urbano%20%20Ricardo%20Paranhos.pdf>>. Acesso em: 21/12/2009.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. **A contribuição de Henri Lefébvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia.** *Confis* [on line] 2009, posto online em 20 de março de 2009, consultado em 10 de dezembro de 2009. URL: <http://confins.revues.org/index5633.html>

TISSI, Maria Cristina. **Reabilitação Baseada Na Comunidade – Rbc**, Relações com o sistema público de saúde. REATA disponível em: www.entreamigos.com.br/textos/reabili/reabaco.htm. Acesso em: 03/01/2009.

UNFPA. **État de la Population Mondiale 2007: Libérer le Potentiel de la Croissance Urbaine.** New York, 2007. Disponível em <www.unfpa.org>, Página da web do Programa das Nações Unidas para a População. Acesso em 17 de outubro de 2007.

UN-HABITAT. **Slums of the World: The face of urban poverty in the new millennium?** Nairobi, 2003. Disponível em <www.unhabitat.org/guo> Página da web do The Global Urban Observatory do Programa das Nações Unidas para Habitação.

ZORNITTA, Fernando. **Turismo: a Cearensidade e a Sustentabilidade.** Fortaleza, 2005. Acesso em 10/12/2009 <http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=7575>

Livros

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único.** Desmanchando Consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BERNAL, Cleide. **A metrópole emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza.** Fortaleza: Editora UFC, Banco do Nordeste S.A., 2004.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil.** Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

CAMBIAGUI, Silvana. **Desenho Universal**. Métodos e Técnicas para Arquitetos e Urbanistas. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007.

CORRÊA, R. L. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.(Série Princípios)

DEÁk, Csaba; RAMOS, Sueli Schiffer (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento**. São Paulo: Editora Pini Ltda., 1999.

FERNANDES, Édesio. **Cidade ilegal x ilegal**. In: Valença, Márcio Moraes (org.). Cidade (i)legal. Rio de Janeiro: Mauad, 2008. Cap. 2, p.21-42.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade**. São Paulo: Annablume, 2007.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Trad. Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonsalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume, 2005.2ed.

LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne**. Vol.II . Paris: L'arche editeur, 1961.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Ed anthropos, 1974.

LEFÉBVRE, Henri. Tradução de Mario Gaviria. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Editora Ediciones Península, 1978.

LEFEBVRE, Henri. Tradução de Rubens Eduardo Frias. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 4ed. 2006.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e Cidade**. São Paulo: Atual Editora, 1997.

_____. **Métropole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias**. In: Arantes, O. B. F.; Maricato, E.; Vainer, C. A cidade do pensamento Único: Desmanchando Consensos. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Fernanda. **Sta. Terezinha: o morro de uma cidade**. Fortaleza: Tempo D'imagem, 2009.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PASTERNAK, Suzana. **A favela que virou cidade**. In: Valença, Márcio Moraes (org.). *Cidade (i)legal*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008. Cap. 5, p.73-108.

PASTERNAK, Suzana. **A cidade que virou favela**. In: Valença, Márcio Moraes (org.). *Cidade (i)legal*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008. Cap. 6, p.109-134.

ROLNIK, Raquel... [et al.]. **Regularização fundiária de assentamentos informais urbanos**. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2006. 224p.

ROLNIK, Raquel. **Planejamento Urbano nos Anos 90: Novas perspectivas para novos temas**". In: Ribeiro, Luis César de Queiroz & SANTOS JR., Orlando Alves dos(orgs.). *Globalização, Fragmentação, Reforma Urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira:1994.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEÁK, Csaba & SCHIEFFER, Sueli Ramos (orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.

SASSAKI, Romeu K. **Vida Independente**. São Paulo: RNR, 2004.

SOUZA, Ângela Gordilho. **Limites do habitar**- segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2000.



Acessibilidade - Como possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos (NBR 9050).

Adaptável: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características possam ser alteradas para que se torne acessível. (NBR- 9050)

Adaptado: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características originais foram alteradas posteriormente para serem acessíveis. (NBR- 9050)

Assentamentos informais – Assentamentos urbanos localizados em áreas públicas ou privadas, compreendendo as ocupações e os parcelamentos irregulares ou clandestinos, bem como outros processos informais de produção de lotes, ocupados predominantemente para fins de moradia e implantados sem autorização do titular de domínio ou sem aprovação dos órgãos competentes, em desacordo com a licença expedida ou sem o respectivo registro imobiliário. (PL nº3057 - 12/12/2007, Art 3º,§XXX)

Barreira arquitetônica, urbanística ou ambiental: Qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano. (NBR- 9050)

Calçada: Parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário, sinalização, vegetação e outros fins - Código de Trânsito Brasileiro.

Calçada rebaixada: Rampa construída ou implantada na calçada ou passeio destinada a promover a concordância de nível entre estes e o leito carroçável. (NBR- 9050)

Equipamento Comunitário – Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares. (Lei 6766, Cap.II§2).

Estrutura Urbana – Trata-se do tecido urbano que compõe a cidade, composto por passeios, logradouros e mobiliário urbano.

Equipamento Urbano: Todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados. (NBR- 9050)

Espaço Acessível: Espaço que pode ser percebido e utilizado em sua totalidade por todas as pessoas, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. (NBR- 9050)

Fatores de Impedância: Elementos ou condições que possam interferir no fluxo de pedestres. São exemplos de fatores de impedância: mobiliário urbano, entradas de edificações junto ao alinhamento, vitrines junto ao alinhamento, vegetação, postes de sinalização, entre outros. (NBR- 9050)

Impraticabilidade: Condição ou conjunto de condições físicas ou legais que possam impedir a adaptação de edificações, mobiliário, equipamentos ou elementos à acessibilidade. (NBR- 9050)

Logradouro público – É o espaço livre destinado pela municipalidade à circulação, parada ou estacionamento de veículos, ou à circulação de pedestres, tais como calçada, parques, área de lazer, calçadões. (CTB)

Mobiliário Urbano: Todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante autorização do poder público em espaços públicos e privados. (NBR- 9050)

Mobilidade: “Habilidade de movimentar-se, em decorrência de condições físicas e econômicas.” (VASCONCELOS, Eduardo A., 1996). “A mobilidade é um atributo associado às pessoas e aos bens, corresponde às diferentes respostas dadas por indivíduos e agentes econômicos às suas necessidades de deslocamento, consideradas as dimensões do espaço urbano e a complexidade das atividades nele desenvolvidas.” (VASCONCELOS, Eduardo A., 1996)

Mobilidade Urbana: “É um atributo das cidades e se refere à facilidade de deslocamentos de pessoas e bens no espaço urbano. Tais deslocamentos são feitos através de veículos, vias e toda a infraestrutura (vias, calçadas etc.) que possibilitam esse ir e vir cotidiano. (...) É o resultado da interação entre os deslocamentos de pessoas e bens com a cidade. (...)” (Anteprojeto de lei da política nacional de mobilidade urbana, Ministério das Cidades, 2. ed, 2005).

Passeio: Parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último caso, separada por pintura ou elemento físico, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas - Código de Trânsito Brasileiro.

Pessoa com Mobilidade Reduzida: Aquela que, temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por pessoa com mobilidade reduzida, a pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante entre outros. (NBR- 9050)

Reforma: Intervenção física em edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que implique a modificação de suas características estruturais e funcionais. (NBR- 9050)

Visitável: Parte de unidade residencial, ou de unidade para prestação de serviços, entretenimento, comércio ou espaço cultural de uso público que contenha pelo menos um local de convívio social acessível e um sanitário unissex acessível. (NBR- 9050)